

Na Escola Secundária José Afonso, a degradação das instalações não tem limites

Uma escola à portuguesa



Provisória há 36 anos, a Escola José Afonso, na Arrentela, Seixal, tem buracos nos tectos e paredes, ratos a passear pelas salas, plásticos em vez de

vidros, casas de banho indescritíveis. Cansados desta situação, alunos, professores e funcionários estão em pé-de-guerra.

Pág. 9

Manuel Carvalho da Silva reafirma a importância da luta dos trabalhadores

Palavras descruzadas

Entrevista nas páginas Centrais



Toxicod dependência Pacote legislativo

O PCP divulga seis projectos de lei a apresentar à Assembleia da República para prevenção da toxicod dependência e maior eficácia no combate à droga.

Pág. 5

União Europeia Teste no Kosovo

A força militar da União Europeia avança em Abril e o teatro escolhido para as operações é o Kosovo. Até 2003, o Eurocorpo deverá contar com 60 000 efectivos.

Pág. 20

Colômbia Guerra suja

A organização Human Rights Watch denuncia em Washington o envolvimento do Exército colombiano na guerra suja, em estreita colaboração com os paramilitares.

Pág. 22

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)

50 números: 8 100\$00

25 números: 4 200\$00

EUROPA

50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU

50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Resumo

23 Quarta-feira

A JS entrega no parlamento um projecto de lei que permite que os casais homossexuais beneficiem dos direitos das Uniões de Facto • A Comissão Étnica decide retirar a imunidade parlamentar a Paulo Portas para responder em Tribunal pelo processo que lhe foi movido por Pinto da Costa quando ainda era director do Independente • É dissolvida oficialmente a Interfet, dando lugar às forças de manutenção de paz da ONU em Timor-Leste • A União Europeia, estranhamente, responsabiliza os líderes Kosovares pelos conflitos em Mitrovica e exorta-os a intervirem contra a violência.

24 Quinta-feira

O PCP apresenta na Assembleia da República um projecto de lei que visa legalizar todos os imigrantes clandestinos com dois anos de permanência em Portugal • A União Europeia rejeita a proposta de iniciação de negociações com a Comunidade Andina das Nações (CAN) com vista a um Acordo de Associação • José Eduardo dos Santos, presidente de Angola, anuncia, durante a reunião do comité central do MPLA, que as Forças Armadas angolanas já controlam praticamente todas as fronteiras do país • Wesley Clark, comandante supremo das forças aliadas em missão na Europa, pede ao Conselho Permanente da Nato o envio de mais dois mil soldados para o Kosovo.

25 Sexta-feira

José Machado, presidente do CPCP (Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas), critica o projecto de lei apresentado pelo Governo e defende que os únicos critérios para a participação eleitoral dos emigrantes é a «regular inscrição nos cadernos eleitorais e o uso dos direitos cívicos» • Ivanov anuncia que o Tribunal Militar russo vai abrir um inquérito para investigar as alegadas atrocidades cometidas pelos soldados federais a terroristas tchecos capturados • O Conselho Permanente da Nato decide que por enquanto não irá mandar mais tropas para o Kosovo • Inicia-se a campanha eleitoral em Espanha, que é marcada pelos ataques do PP e do PSOE ao Partido Nacionalista Basco (PNV) e à ETA pelos atentados dos últimos dias.

26 Sábado

Realiza-se, em Setúbal, o Encontro Regional da JCP de Setúbal com a participação de Carlos Carvalhas • O Tribunal de Contas detecta irregularidades financeiras na GNR, não havendo no entanto seguimento do processo pois estas irregularidades estão amnistiadas • Wolfgang Schues-

Encontro Regional de Setúbal da JCP

sel, chanceler austríaco, ameaça apresentar uma acção judicial contra a União Europeia caso os direitos do seu país sejam lesados no seio da organização • Um tribunal cubano condena três dissidentes por estes terem insultado os símbolos nacionais ao inverter a bandeira cubana • Lionel Jospin, primeiro-ministro francês, é apedrejado por manifestantes palestinos na Cisjordânia devido às suas declarações chamando terroristas às acções do Hezbollah.

27 Domingo

O comissário europeu dos direitos humanos, Álvaro Gil-Robles, desloca-se à Tchechénia para visitar os campos de detenção de independentistas tchecos, onde os russos são acusados de praticarem torturas • Antigos combatentes da Renamo acusam publicamente a liderança do movimento de os esquecer e ameaçam uma revolta dentro do partido • Cientistas norte-americanos conseguem criar pela primeira vez uma combinação entre uma célula humana viva e um circuito integrado • Duas mil pessoas manifestam-se em Nova Iorque contra a absolvição de quatro polícias acusados de matar um cidadão guineense, Amadou Diallo.

28 Segunda-feira

O PCP anuncia, em conferência de imprensa, a apresentação de um conjunto de seis projectos de lei para a prevenção da toxic dependência e a luta contra a droga • Uma sondagem DN/TSF/Markttest revela que cerca de 44,2 por cento dos portugueses concorda com as medidas tomadas pela UE contra a integração da extrema-direita no governo austríaco • Vitalino Canas, secretário de Estado da Presidência portuguesa do Conselho de Ministros, durante a II Conferência Interinstitucional sobre a política Antidroga na Europa, afirma que Portugal não tem «nenhuma ideia de criar salas de administração de drogas» e que vai esperar a realização de um debate no País.

29 Terça-feira

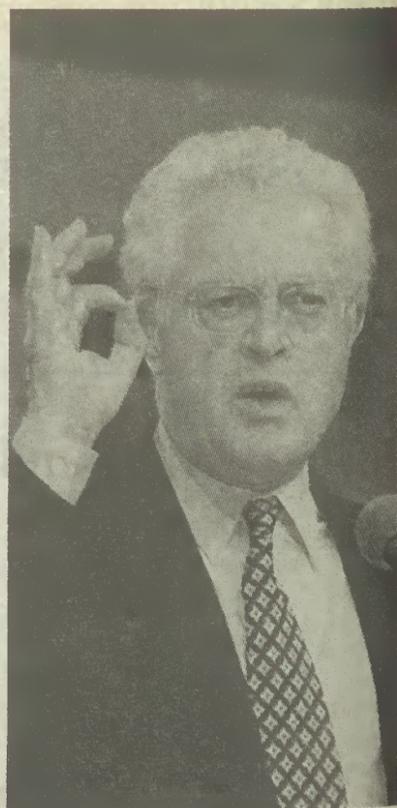
Cem por cento dos alunos da Faculdade de Letras do Porto fazem greve exigindo o funcionamento de aulas em regime nocturno • Abdurrahman Wahid, presidente indonésio, visita Timor-Leste onde cerca de 300 jovens timorenses tentam impedir a passagem da comitiva indonésia, obrigando militares portugueses a intervirem • António Guterres afirma que a demissão de Joerg Haider não alterará a posição dos outros 14 países da UE em relação ao governo austríaco • A Procuradoria-Geral da República da Guiné-Bissau anuncia a detenção de várias individualidades políticas ligadas a Nino Vieira.

Aconteceu

Jospin e o «terrorismo»

O primeiro-ministro francês, Lionel Jospin, foi apedrejado numa universidade palestina por estudantes em fúria com a sua afirmação de que os ataques do Hezbollah libanês contra os ocupantes israelitas são «actos terroristas». As afirmações de Jospin foram proferidas durante uma visita

oficial ao Médio Oriente, com deslocações a Israel e à Palestina. Mas as afirmações do primeiro-ministro gaulês não enfureceram, apenas, a generalidade das chancelarias árabes: no seu próprio país a contestação às suas afirmações foram imediatas, com o presidente francês, Jacques Chi-



Agrava-se o défice das nossas exportações

Segundo O Eurostat, centro estatístico da União Europeia, o défice da balança de transações em Portugal agravou-se no ano passado, registando o nosso país um prejuízo nas contas

com o exterior na ordem dos dois mil e 200 milhões de contos, dado que as importações portuguesas se cifraram nos quatro mil milhões de contos, enquanto as importações ascenderam

a seis mil e 200 milhões de contos, só no ano de 1999. No ranking da União Europeia, Portugal está em penúltimo lugar no que concerne ao comércio externo, sendo o último lu-

gar ocupado pela Grécia, enquanto os países mais poderosos da União Europeia apresentaram saldos altamente positivos e favoráveis nas respectivas balanças de transações.

Assinale-se, entretanto, que este agravamento de prejuízos nas contas de Portugal com o exterior tem sido uma constante, apesar dos propalados «crescimentos» da nossa economia.

Lucília do Carmo em nome de rua



A fadista Lucília do Carmo e o músico Frederico Valério, duas figuras marcantes do fado e da cultura portuguesa, foram homenageados pela Câmara Municipal de Lisboa com a atribuição dos seus nomes a duas ruas da Freguesia de S. Francisco Xavier, em Lisboa. A rua que recebeu o nome de Lucília do Carmo fica entre a Rua da Cruz a Caselas e a Rua Sam Levy, enquanto o nome de Frederico Valério foi atribuído ao arruamento do Bairro de Caselas entre a Escola Primária e os lotes D, C e B.

Lucília do Carmo nasceu em Portalegre em 1919 e faleceu em 1998, com 79 anos, após uma carreira emblemática de fadista, nomeadamente na casa de fado que fundou em Lisboa, o lendário «Faia». Frederico Valério nasceu em Lisboa, em 1913, morreu em 1982 e foi autor, entre outros grandes êxitos, de muitos dos fados cantados por Amália. À cerimónia da inauguração das novas ruas estiveram presentes a vereadora Rita Magrinho, responsável directa pela homenagem, o vereador Rui Godinho, primeira figura no PCP na coligação PCP/PS que governa a capital e o fadista Carlos do Carmo, filho da homenagem a Lucília do Carmo.

Catástrofe em Moçambique

As cheias estão a causar uma catástrofe humanitária sem precedentes em Moçambique, estimando-se, neste momento, que o desastre já tenha provocado mais de 300 mil deslocados, grande parte deles em risco de vida, quer por se encontrarem encurralados em cima de telhados, árvores e até postos de alta tensão, quer pela iminência de uma epidemia de malária e cólera, cujas condições de proliferação subiram 300% devido à inquinação da água potável. A situação é absolutamente desesperada, dado que as autoridades moçambicanas só dispõem, até ao momento, de quatro helicópteros cedidos pela África do Sul e três aviões

ligeiros, que tiveram de abandonar o transporte de alimentos de emergência para se dedicarem, em exclusivo, ao resgate de dezenas de milhares de pessoas encurraladas pelas águas em várias províncias do Sul do país e, mesmo aí, optando por transportar apenas crianças, dada a impossibilidade de levar os adultos. A ONU já lançou um apelo dramático ao mundo pedindo transporte aéreo imediato, dado ser o único meio capaz de chegar às incontáveis dezenas de milhares de pessoas encurraladas pelas águas que, em muitas zonas, subiram cinco metros. O Governo português disponibilizou, até agora, envio alimentar de urgência.



Crónica Internacional

• Domingos Lopes

Abu-Jamal e os outros presos

No plano mundial, os EUA são hoje a potência dominante e a sua política externa funda-se numa ideologia imperial. Eles querem ser (e afirmam-no) os líderes do mundo e serem os seus donos.

Os EUA são talvez o país mais rico do mundo mas nem por isso livres de uma pobreza que toca os cinquenta milhões de norte-americanos. Clinton, o tal da «terceira via» de Blair, Schroder e Guterres, deu golpes profundos na assistência social, em nome do ataque às despesas sociais e ao défice público. Aumentou o número de pobres que ficaram mais pobres e os ricos muito mais ricos. A Bolsa, como sempre reagiu bem a essas medidas. O ataque às redes de segurança social fez os especuladores financeiros saltarem de contentamento e deixaram as dezenas de milhões de necessitados e pobres ainda mais vulneráveis.

O ataque aos mecanismos de protecção social é hoje chique.

Ser pobre é ser mau. Ser rico é ser maravilhoso. O «capitalismo triunfante» da época clintoniana pode orgulhar-se entre outras coisas do seguinte: dois milhões de presos, dos quais três mil e setecentos condenados à morte. Os dois milhões de presos são na esmagadora maioria negros, hispanos e brancos de origem social humilde.

Ser pobre
é ser
mau.
Ser rico
é ser
maravilhoso

O Estado imperial, uma espécie de Roma moderna, é implacável para com os «inimigos» externos que não se adaptam à sua ordem e para os que internamente não aceitam as suas leis. Os EUA bateram o recorde de execuções em 1999 e rivalizam com países como o Iraque, a Arábia Saudita, o Irão, o Afeganistão e a China no número de execuções. É, aliás, curioso que muitos dirigentes norte-americanos continuem a pugnar contra o aborto e simultaneamente defendam a condenação à morte.

O Estado norte-americano tornou-se tão zeloso na liquidação física dos seus cidadãos que, há tempos, pôs em funcionamento numa prisão um plano de emergência para ir a um hospital sacar um preso condenado à morte que se tinha tentado suicidar, e estava no hospital para receber tratamento para evitar essa morte, e poder em nome da justiça, aplicar-lhe a morte estatal.

A justiça dos EUA, como as diversas justiças, está ao serviço do poder dominante. Só que nos EUA se toma mais brutal e os números são arrasadores quanto ao número de presos e aos condenados à morte.

A JCP lançou uma campanha contra a pena de morte cuja validade e mérito são indiscutíveis. Vale a pena insistir. Ela poderá ser uma das muitas pontes entre as várias «juventudes» e uma aproximação da juventude a um conjunto de sérios problemas sociais e políticos que a pena de morte suscita.

É, pois, impossível não falar neste contexto de Mumia Abu-Jamal, negro norte-americano, condenado à morte em 3 de Julho de 1982, pelo juiz da «força» Albert Salvo. Aguarda no corredor da morte a sua hora. O seu processo é exemplar do que acabamos de afirmar quanto à natureza política do sistema penal dos EUA. Sem dinheiro para contratar um advogado a sério, o Estado nomeou-lhe um defensor que Abu-Jamal não quis, pois pretendia ser ele o seu próprio defensor, o que lhe foi recusado. O advogado inexperiente considerou-se ineficaz e sem meios para atacar a acusação. Abu-Jamal tornou-se um símbolo porque é um homem de uma ténpera rija: foi Pantera Negra nos anos 60, líder negro, revolucionário, jornalista e dedicado à luta dos direitos da comunidade negra. É esse o seu crime. O seu livro, escrito na cadeia e inicialmente proibido nos EUA, «A morte em flor», de leitura obrigatória, mostra-nos como um homem honrado, mesmo enterrado nos corredores da morte, pode continuar a luta contra a pena de morte, contra o sistema, pela Vida e contra o Império.

Editorial

UM PARTIDO SINGULAR

Comemorar setenta e nove anos de existência de um partido político é, por si só, um acontecimento digno de registo. Esse registo assume, no entanto, uma dimensão e um conteúdo muito particulares se se tiver em conta que no caso em questão – a comemoração do 79.º aniversário do PCP – estamos perante uma situação singular no panorama partidário nacional: a de um partido que, quando todos os outros soçobram face à ditadura fascista, ousou resistir-lhe e combatê-la; que, quando outros, apoiados política e financeiramente por grandes potências capitalistas, se fizeram porta-vozes e instrumentos da contra-revolução, se assumiu clara e frontalmente na defesa daquele que foi o acto de maior modernidade da História de Portugal: a Revolução de Abril; um partido que, por tudo isto, é o protagonista de uma história que tem as suas raízes na história do povo português e dela é parte integrante.

Nascido em 1921 sob o impulso da criação do primeiro partido comunista do Mundo – o

“O PCP ocupa o lugar que os seus ideais, os seus objectivos, o seu projecto exigem”

partido de Lênine – e da Revolução de Outubro – primeira grande tentativa na história da humanidade de construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados –, o PCP cedo se viu forçado a passar à clandestinidade. Apesar da repressão fascista que, durante quarenta e oito anos, fez dele o seu alvo principal, o PCP foi, nesse período, um influente partido nacional, um defensor intransigente dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, a grande força política da oposição ao fascismo, o pólo aglutinador da luta pela democracia e pela liberdade. E foi na continuidade dessa postura revolucionária que, após o 25 de Abril, a conquista e a defesa da democracia e da liberdade e de outras grandes conquistas dos trabalhadores e do povo – bem como o combate à contra-revolução e a luta contra a política de direita – estão indissolvelmente ligadas à actividade e à intervenção do PCP.

Sublinhe-se: nenhum outro partido nacional teve – na luta pela democracia, pela liberdade e pela defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País – papel semelhante ao desempenhado pelo PCP. E é necessário insistir no facto incontestável de que, quando lutar por esses objectivos tinha como consequência previsível a prisão, a tortura, por vezes a morte, foram os comunistas os únicos que, partidariamente organizados, travaram essa luta e sofreram essas consequen-

cias. Da mesma forma que é mister ter presente a intervenção do PCP no período posterior ao 25 de Abril e sublinhar a determinação, a coerência, a responsabilidade singulares dessa intervenção, visíveis todos os dias de todos estes quase vinte e seis anos de liberdade. Neste momento, comemorando o 79.º aniversário do PCP não comemoramos apenas 79 anos de vida do Partido: comemoramos 79 anos de luta travada em todas as situações e circunstâncias. Não reivindicando louros nem medalhas por tal postura, fazemos questão, no entanto, de separar as águas que a verdade manda que sejam separadas. E a ideia, aqui enunciada por diversas vezes, de que, ao afirmarmos-nos como somos e queremos ser, ao sublinharmos o que nos distingue de todos os outros partidos, não pretendemos dar lições seja a quem for, tem implícita uma outra: a de que, naturalmente, não recebemos lições de quem quer que seja.

Na nova situação hoje existente, em que, na sequência da derrota do socialismo no Leste da Europa, uma nova ordem imperialista procura o domínio absoluto do Mundo, a luta dos comunistas depara com crescentes dificuldades e complexidades. Mas continua. E é nessa determinação de continuar que reside a sua maior importância. A existência de partidos comunistas fortes, organizados, combativos, solidamente ligados às massas, firmes na sua natureza e identidade, convictos de que o socialismo e o comunismo constituem a única alternativa histórica ao capitalismo, é uma condição necessária e indispensável para fazer frente com êxito às ambições hegemónicas e totalitárias do imperialismo. Neste quadro, o PCP, como sempre aconteceu ao longo da sua história, ocupa o lugar que os seus ideais, os seus objectivos, o seu projecto exigem.

Fizemos, há 79 anos, uma clara opção de classe sustentada por uma definição assumida da identidade, da ideologia, dos ideais que queremos ter enquanto partido da classe operária e de todos os trabalhadores; definimos desde logo um projecto, uma táctica, métodos de análise, de organização e de acção baseados numa teoria – o marxismo-leninismo – que é ponto de partida indispensável para a análise que conduz à definição de uma linha política revolucionária, que é um instrumento insubstituível para a compreensão da situação concreta e para a acção revolucionária das forças que se propõem transformar o Mundo.

Quisemos ser, fomos, somos e seremos um partido revolucionário, portador de um projecto que é o mais moderno, o mais inovador, o mais humanista, o mais progressista de todos os projectos: a construção de uma sociedade nova, livre, justa, liberta de todas as formas de exploração e de opressão – conscientes das dificuldades e complexidades que tal tarefa comporta e de que a luta por esse objectivo integra as muitas e indispensáveis pequenas e grandes lutas de todos os dias; conscientes de que a firmeza de convicções e de princípios constitui o motor da coragem e da confiança necessárias para o êxito da luta que travamos.

Actual As ideias e as palavras

• José Casanova

No romance «1984», escrito nos anos 40, Orwell imagina uma espécie de código político-mediático - que designa por «novilíngua» - que, ao serviço do poder totalitário do Big Brother, manipula as massas através de uma estudada e sistemática utilização do eufemismo e da antífrase. A «novilíngua» orwelliana, devidamente adaptada, preenche hoje parte considerável do tempo e do espaço da comunicação social dominante e assume expressão marcante no ataque aos partidos comunistas. Gorbatchov e os que, com ele, conduziram o processo que viria a constituir a causa próxima da liquidação da URSS e do PCUS deram um contributo assinalável nesse sentido. Aliás, a maquiagem político-linguística produzida por esse grupo liquidacionista tem sido, nos últimos quinze anos, um instrumento utilizado para desorientar e desarmar ideologicamente significativos segmentos do movimento comunista e tem sido suporte de degenerescências, desvios, compromissos e capitulações suicidárias.

«Modernos», «progressistas», «democratas», «renovadores», «inovadores», «revolucionários» - assim eram designa-

dos por Gorbatchov e pelos seus homens de mão todos os que na ex-URSS actuavam visando a liquidação do socialismo e o regresso ao capitalismo. «Conservadores», «dogmáticos», «ortodoxos», «dinossauros», «direitistas», «anti-democratas» eram, para os protagonistas do «novo pensamento político», todos os que, procurando combater a estagnação e as práticas de afrontamento do ideal comunista, defendiam o socialismo e a retoma dos caminhos abertos pela revolução de Outubro - a mais radical, a mais progressista, a mais inovadora, a mais moderna revolução da história da huma-



nidade. Quando aceitou com um sorriso a dissolução da URSS (meses depois de 75% dos soviéticos, em referendo, terem decidido o contrário); e quando, com o mesmo sorriso, aceitou a suspensão do partido de que era secretário-geral e a repressão sobre milhares de comunistas - Gorbatchov descodificou a «novilíngua», ganhou definitivamente o estatuto de «democrata», foi capa da Time e herói do imperialismo.

Essa inversão do sentido das palavras e dos conceitos constituiu e continua a constituir uma forma perigosa de, através do falseamento dos dados, iludir pessoas e espalhar o confucionismo. A verdade é que, como se sabe desde Hegel, quando se mudam as palavras já se mudaram as ideias - por mais disfarces e artimanhas que se utilizem. Pelo que a ninguém surpreende a confissão pública do próprio Gorbatchov de que foi invocando e enaltecendo Lênine e o leninismo que destruiu e liquidou o partido de Lênine. E é igualmente evidente que a tarefa que hoje se coloca aos comunistas não é a de defender Lênine mas a de se defenderem com Lênine.

A política da política

• Edgar Correia

Na cobertura que um conhecido matutino fez do congresso do PSD foi sintomaticamente destacado que «a última noite fez lembrar uma novela sul-americana, daquelas capazes de desatar as emoções mais fortes», que «howe um pouco de tudo: cenas de ciúmes, queixas de traição, confissões de arrependimento, divórcios litigiosos e até momentos de humor involuntário; foram mais de seis horas de espectáculo» e que «TV é política, política, é TV».

Esta assimilação da vida política a um espectáculo - de duvidoso enredo e protagonistas - e a sua redução à lógica televisiva, se por um lado cola às evidências dadas a conhecer à opinião pública sobre o congresso do segundo partido português, tende por outro lado a escamotear que esta forma de fazer política e o entretenimento que proporciona tem sobretudo a ver com o facto do PSD ser um partido de interesses (bem) instalados, que nada de essencial tem a apresentar ao povo português para além dos truques e habilidades dos seus notáveis.

Poder-se-ia aqui também recordar o último congresso do PS, poucos meses antes das legislativas, e da função espectacular e de simples câmara de eco do Governo que cumpriu - ao ponto da votação de propostas apresentadas por membros do partido ter sido diferida para uma iniciativa pós-congressual.

Sustenta-se por isso aqui que também é política a forma como se faz política.

Não é por isso natural que os objectivos do PCP, a sua

natureza e identidade - que revelam o seu empenho no aprofundamento da democracia e o seu inconformismo face ao capitalismo, a par da sustentação dos interesses imediatos de todos os trabalhadores, do campesinato, dos intelectuais e outras camadas intermédias - tenham tradução no conteúdo do que os comunistas debatam e na maneira livre como o concretizam, em particular quando se trata de preparar e realizar o seu próprio Congresso?

Não é natural que os comunistas concentrem as suas energias no debate livre das ideias e das políticas, de forma a determinar as que melhor servem os seus objectivos fundamentais e a luta que conduzem por eles? E que lhes seja estranha a utilização de quaisquer técnicas de baixa política, de intriga e de calúnias de natureza pessoal?

Não é ainda natural, para uma força revolucionária, que as diferenças de opinião sejam consideradas como uma verdadeira riqueza, enquanto expressão da complexidade do real, e nunca como um embaraço? E que, o seu debate claro e argumentado seja assumido como única metodologia de apuramento e conclusão?

A preparação e a realização do XVI Congresso do PCP necessitam, pois, de serem assumidas como uma oportunidade única para o desenvolvimento de um profundo debate político e ideológico envolvente de todos os comunistas e para projectá-lo de forma fecunda sobre toda a sociedade, evidenciando ao mesmo tempo a diferença de prática democrática que nos deve singularizar na vida do país.



Identidade e distinção

• Leandro Martins

Nestas conversas com militantes e leitores do nosso jornal que, a propósito do aniversário do «Avante!», da remodelação que já foi introduzida e da campanha de divulgação em curso, se desdobram pelo País, surge, raramente, uma ou outra opinião a propor uma maior identificação do órgão central do PCP com outros jornais de expansão nacional. Identificação no aspecto, sobretudo, mas ainda na escolha dos «temas» a tratar: São opiniões que, como todas as outras, vamos apontando, do mesmo modo como não temos deixado de registar a concordância geral dos leitores, que nessas reuniões participam ou nos escrevem, com as linhas mestras desta remodelação. Se nos surpreendesse o Partido que temos também nos surpreenderia a «raridade»

da opinião que, de quando em quando, ainda surge a dizer que devíamos ser «mais como os outros» para sermos, eventualmente, mais lidos. O certo é que, mesmo sem recurso a elaboradas contas, se constata entre os leitores do «Avante!» interessados na sua divulgação para além das «fronteiras» do Partido, uma vontade forte de que o nosso jornal se distingua de todos os outros pelo que, na realidade, é - o órgão central do Partido Comunista Português. Só quem conhece menos a organização e os militantes que, de Norte a Sul, em diferenciadíssimas condições, participam na luta política e se habituaram a contribuir democraticamente para a escolha dos caminhos a seguir e das tarefas a realizar, poderia surpreender-se com essa vontade acrescentada de identificação

própria que a maioria dos comunistas deseja para o seu Partido e para o jornal do seu Partido. E só os menos atentos à campanha de intoxicação que vai por aí em relação ao rumo que o PCP deve tomar poderiam, por outro lado, estranhar a inquietação de muitos - que iria trazer de novo o nosso «Avante!» que pudesse pôr em causa as causas, os valores e os princípios?

Compreende-se, no entanto, a preocupação - cada vez mais rara, como anotamos - de não permitir que a identidade possa vir a transformar-se numa espécie de «ghetto da diferença», e por isso mesmo o «Avante!» se abre a uma grande variedade de temas e enriqueceu substancialmente o número e a qualidade das colaborações. Mas não teremos de ir a reboque dos títulos e dos «factos» a que outros se obrigam. Se assim não fosse, estávamos ainda agora a falar apenas de Viséu.



Frases

“Poucas opções revelam tão claramente a visão da sociedade e do futuro como a que se tem da televisão: reduzi-la a um espelho de audiências, cada vez mais massificador, estrangulando assim os potenciais de criatividade e de qualificação de um país com a confusão entre o modo como se reage ao que se vê - é isto, e só isto, que dão as *audimetrias* - e tudo aquilo que se gostava, podia e merecia ver, eis o que claramente releva de uma *visão mercantilista da sociedade e do futuro*.”

(Manuel Maria Carrilho
- «Expresso», 26.02.00)

“A RTP não podia - e do meu ponto de vista continua a não poder - assumir as obrigações do que em termos nacionais e europeus se designa por serviço público, a não ser em inovadora ruptura com a lógica comercial das estações privadas.”

(idem, ibidem)

“A lógica de mercado não só não é incompatível com o serviço público como é a única saída para o salvar.”

(Armando Vara - idem)

“A SIC utiliza o PSD na programação política como se apoderou do Benfica na programação futebolística. Com uma diferença notável: enquanto no Benfica a SIC parece ter encontrado já os homens e o modelo, no que diz respeito ao PSD pressente-se que a operação ainda não chegou ao fim. Foi das poucas indicações deste congresso com importância para o futuro.”

(José Medeiros Ferreira
- «Diário de Notícias», 29.02.00)

“Enquanto o PSD tiver um discurso estritamente liberal não ganhará eleições. Este Congresso do PSD também devia corresponder a uma viragem do PSD à esquerda e a uma clara assunção do PSD como partido de centro-esquerda. Principalmente porque o PS descambou e está a virar à direita.”

(Luís Filipe Menezes
- «Jornal de Notícias», 24.02.00)

“O PSD está farto de esperar. A desilusão está a tornar-se depressão, e com maquinistas sem rota não há passageiros que resistam. O descarrilamento pode continuar até ao próximo congresso...”

(José António Teixeira
- «Diário de Notícias», 26.02.00)

“O Partido Socialista ganhou muito com a imagem do eng.º Guterres. O facto de ser socialista e católico trouxe outra dimensão ao partido, que redundou em benefício do próprio PS. Se ele abandonasse o partido, este ressentia-se, grandemente.”

(D. Eurico Dias Nogueira
- «O Independente», 25.02.00)

“A minha trajectória no PS foi um grande equívoco.”

(Eurico de Figueiredo
- «O Diabo», 29.02.00)

“O processo dos hemofílicos, a sua história, as fugas de informação, a duplicidade das acusações, o empurra para a frente e agora empurra para trás, o espalhamento público, a hipocrisia política e judiciária levada ao extremo, mostrou como em vez da sociedade sonhada vivemos na sociedade adúladora de umbigos tão grandes e tão pesporrentes de arrogância, incompetência e mediocridade.”

(Fernando Moita Flores
- «Diário de Notícias», 28.02.00)

A expansão da toxicod dependência coloca novas exigências



O PCP anunciou na segunda-feira um conjunto de seis projectos de lei que vai apresentar na Assembleia da República para a prevenção da toxicod dependência e a luta contra a droga.

Mais eficácia no combate à droga

Francisco Lopes, membro da Comissão Política do PCP que fundamentou as medidas, diz que «não há hoje qualquer certeza de se estar a verificar uma inversão do agravamento da toxicod dependência», pois se há indicações do consumo de heroína estar a incidir em estratos etários mais elevados, afetando menos os jovens, «a

expansão para as zonas rurais, o crescimento do uso de outras drogas e o aparecimento de novas drogas sintéticas mostram que a situação é preocupante e coloca novas exigências de prevenção e intervenção».

A resposta ao problema continua, contudo, marcada por atrasos e insuficiências «inaceitáveis» e, passado

quase um ano sobre o anúncio da estratégia nacional de luta contra a droga, «nada de significativo foi implementado», não existe qualquer «estudo global sobre a incidência da toxicod dependência», acumulam-se «hesitações e contradições».

O sentido das propostas do PCP visa, assim, uma acção mais eficaz e profunda, não

com a ideia de se ter «todas as soluções na mão» ou de que as suas propostas sejam «ideias acabadas», mas sim com espírito de abertura à discussão e à contribuição de outros, com a convicção de que o problema «não se compadece com hesitações, falta de vontade política, ou pregação do derrotismo».

ção de danos, tratamento e reinserção social, enquadramento legal do consumo e combate ao tráfico de droga e branqueamento de capitais».

O consumo de droga está a incidir em estratos etários mais elevados

Ao mesmo tempo, é proposta do PCP propõe um conjunto de alterações de aperfeiçoamento da legislação existente nesta matéria nomeadamente: «aplicação do regime penal pre-

visto para as associações criminosas, não apenas às que se dediquem ao tráfico de droga e de percursoros, mas também às que se dediquem ao branqueamento de capitais provenientes dessas

práticas; alargamento da criminalização do branqueamento, a capitais oriundos de novos tipos de crime; afastamento do segredo bancário e fiscal; alargamento do prazo de suspensão de operações bancárias suspeitas; extensão dos deveres de comunicação e notificação, além das entidades já cobertas, nomeadamente as financeiras, a outras entidades que intervenham na contabilidade, auditoria financeira, transporte de bens e valores ou como intermediárias de negócios que envolvam montantes financeiros elevados e obrigação de identificação e conservação de registos nas transacções à distância».

Tráfico Atacar «onde mais dói»

Um dos projectos de lei que o PCP vai apresentar na Assembleia da República diz respeito à **definição dos princípios gerais da prevenção primária da toxicod dependência e à aprovação de medidas de intervenção em situações de risco e de reinserção social e laboral de toxicod dependentes em recuperação.**

Pela sua actualidade e urgência, destacam-se, entre as suas medidas, as que apontam a «determinação das áreas, bairros, situações ou grupos de risco» e a criação de um dispositivo nacional de centros de apoio fixos ou móveis para situações de risco confirmado, dada a transformação de algumas áreas e bairros em autênticos «hipermercados de droga» e «guetos» onde os toxicod dependentes se aglomeram em condições infra-humanas.

Um outro projecto de lei diz respeito ao **alargamento da rede de serviços públicos para o tratamento e a reinserção social de toxicod dependentes**, já que «a rede pública continua a ser insuficiente», particularmente nas

zonas mais populosas. O PCP pretende, ainda, alargar o conceito de «rede», de forma a abranger também os Centros de Dia e os Apartamentos de Reinserção e, a partir da actual rede, a eliminação das listas de espera para as primeiras consultas nos CAT e a criação de um dispositivo de comunidades terapêuticas com capacidade mínima de resposta pública e de centros de dia no âmbito de cada Direcção Regional do SPTT.

Não menos importantes são os dois projectos de lei do PCP que instituem o **Programa Nacional de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e aperfeiçoam as disposições legais destinadas a prevenir e punir o branqueamento de actividades criminosas**, de forma a atingir os seus autores «naquilo que mais lhes dói, nos seus lucros e patrimónios ilícitos, reduzindo e liquidando o poder económico dos indivíduos e das organizações criminosas».

Pese embora o aperfeiçoamento dos mecanismos legais no nosso país, os resultados

«são mínimos», faltando «uma estrutura com competência de análise e intervenção integrada» à semelhança do Programa Mundial da ONU Contra o Branqueamento de Capitais e do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI). Para suprir esta insuficiência, os comunistas propõem a instituição de um Programa Nacional de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, à criminalização da economia e à criminalidade organizada», assim como «a criação de uma Comissão Nacional que lhe dê concretização».



O projecto do PCP visa travar e diminuir o consumo de droga

Aperfeiçoar a legislação

As iniciativas do PCP «abordam um vasto conjunto de matérias incluindo a prevenção primária, redu-

Despenalizar o consumo

Como estratégias a adoptar na prevenção da toxicod dependência e na luta contra a droga – que devem ter como objectivo «evitar que mais pessoas caiam na dependência das drogas e dar oportunidade de tratamento e reinserção social aos toxicod dependentes» – o PCP propõe **dois projectos**

de lei que despenalizam o consumo de drogas e estabelecem o regime de mera ordenação social aplicável ao seu enquadramento.

Isto implica um firme combate ao tráfico; a informação sobre os sinais correspondentes ao comportamento de risco e apoio necessário; a consideração dos toxicod dependentes como doentes que precisam de ajuda e tratamento.

As propostas do PCP «demarcam-se», contudo, quer da actual legislação, que tende a criminalizar o toxicod dependente, quer das posições «que não se diferenciam do apelo ao consumo de drogas».

Mantendo, pois, a moldura penal actual para o tráfico, o PCP propõe «que o consumo e a detenção de substâncias para consumo, que na actual lei da droga são actos penalizados com multa e prisão até

um ano, sejam despenalizados, saiam do âmbito dos tribunais e passem a ser considerados como mero ilícito de ordenação social tratado no âmbito de uma entidade administrativa».

A aplicação de coimas, constituindo a forma de sanção normal no regime do ilícito de mera ordenação social é, no caso concreto do consumo de droga, uma medida «desajustada», pelo que o PCP propõe «como regra a advertência com chamada de atenção para as consequências perniciosas do consumo de drogas» e «o aconselhamento no sentido da aceitação de tratamento que se revele necessário». E como entidade administrativa para o contacto com os consumidores aponta o Instituto Português das Drogas e da Toxicod dependência (IPDT).

Pela regularização dos imigrantes

● António Filipe

O Projecto de Lei que o PCP acaba de apresentar com vista ao enquadramento legal da regularização de imigrantes indocumentados assume uma enorme importância política. Pela dimensão e gravidade do problema que se propõe resolver, mas também por contrariar com frontalidade e firmeza sinais de xenofobia que campeiam pela Europa. Os processos extraordinários de regularização de imigrantes abertos em Portugal em 1992 e em 1996 foram dois relativos fracassos. Assim, à entrada do ano 2000, muitos milhares de cidadãos imigrantes permanecem na ilegalidade, a trabalhar em condições de extrema precariedade. O excelente trabalho

revisão da lei de estrangeiros, decidiu avançar desde já com um projecto de lei para resolver o problema dos cidadãos indocumentados. A opção não passa por um novo processo extraordinário de regularização, findo o qual o que não ficasse resolvido ficaria indefinidamente por resolver. E não passa, como a experiência já demonstrou, pelo recurso a providências de carácter excepcional. A norma de regularização excepcional que existe na lei portuguesa (um célebre artigo 88.º) tem mais de 15 mil requerimentos apresentados ao seu abrigo que não obtém qualquer resposta das autoridades.

A solução passa por encontrar um quadro legal que, de forma permanente, estabeleça os critérios de regularização dos cidadãos indocumentados, extensivos às suas famílias. Concretamente, é preciso distinguir de entre todos os que entraram ilegalmente em Portugal, aqueles que cá se encontram a trabalhar ou que cá residem há tempo suficiente para que tenha plena justificação a

sua regularização. Por isso o PCP propõe que possam regularizar a sua situação os cidadãos que tendo entrado em Portugal até ao final de 1999, demonstrem dispor de condições económicas mínimas para assegurar a sua subsistência, designadamente através do exercício de uma actividade profissional remunerada por conta própria ou de outrem; e que, para além disso, possam ainda requerer a regularização os cidadãos que, à data da apresentação do requerimento, demonstrem residir permanentemente em Portugal há mais de dois anos. Ao contrário do que aconteceu em processos anteriores, estas normas não se destinam a vigorar transitoriamente, durante um período de escassos meses, mas antes, a regular de forma permanente os critérios de regularização que o Estado Português deve adoptar em relação aos cidadãos estrangeiros que residam e trabalhem no nosso país. A solução proposta pelo PCP é justa, equilibrada, e digna para um país como Portugal, que, tendo tantos dos seus nacionais a viver além-fronteiras, tem a estrita obrigação de tratar os cidadãos estrangeiros com a dignidade com que quer ver os portugueses serem tratados nos países onde residem. E é, finalmente, uma resposta firme e coerente aos ventos de xenofobia que sopram em alguns países europeus. Ao racismo, não se responde com cedências. Responde-se com acções concretas que garantam a todos os cidadãos, independentemente da sua origem nacional ou étnica, o respeito pela sua dignidade e pelos seus direitos fundamentais.



publicado no último número do «Avante!» sobre a situação de autêntica escravatura a que são sujeitos os trabalhadores ilegais por parte dos empreiteiros e a corajosa luta que o movimento sindical tem vindo a travar contra essa situação inqualificável dispensam mais palavras para justificar a justeza da aprovação de legislação que, sem cometer os erros dos processos de regularização anteriores, permita legalizar a situação destes trabalhadores.

Seria errado pensar que a presença entre nós de muitos trabalhadores ilegais se resume a uma herança do passado. Há de facto essa herança. Mas continuam a existir razões objectivas para o aumento incessante do número de ilegais, que vão para além do discurso governamental sobre as redes de imigração clandestina. É óbvio que tais redes existem e devem ser combatidas. Só que o problema da imigração ilegal está muito longe de se resumir a isso. A realidade é que existe uma necessidade objectiva de mão-de-obra de imigrantes em determinados sectores e existe uma lei de estrangeiros, aprovada já pelo governo PS, que restringe de uma forma tão drástica o acesso de imigrantes ao nosso país que se torna objectivamente um factor de crescimento da imigração ilegal. Por isso mesmo, o PCP lutou contra a actual lei de estrangeiros e assumiu no seu Programa Eleitoral o compromisso de tomar a iniciativa no plano legislativo com vista à sua revisão global. No entanto, por entender que a situação dos imigrantes ilegais não se compadece com a espera por um processo de



Milhares de trabalhadores imigrantes são sujeitos a uma exploração infame

Proposta inovadora para regularizar situação de imigrantes indocumentados

Pôr cobro à violação de direitos

Milhares de trabalhadores estrangeiros indocumentados vivem e trabalham no nosso país privados de quaisquer direitos. Regularizar a sua situação é o objectivo do PCP.

Trata-se de pôr cobro à dramática situação em que se encontram no nosso país esses milhares de cidadãos estrangeiros remetidos para uma situação de ilegalidade. O carácter inovador da proposta agora materializada em projecto de lei reside no facto de se tratar não de mais um processo extraordinário de regularização, limitado no tempo, mas sim do estabelecimento de um quadro permanente de regularização daquelas situações, desde que cumpridas algumas condições básicas e permaneçam em território nacional desde data anterior a 1 de Janeiro de 2000 ou demonstrem residir no nosso país há mais de dois anos.

Num momento em que ocorrem em vários países europeus fenómenos inquietantes de intolerância e xenofobia, como lembrou António Filipe em conferência de imprensa para apresentação das grandes linhas do projecto, a adopção das medidas preconizadas pelo PCP representaria «um exemplo positivo de combate à exclusão social dos imigrantes e de promoção da sua adequada inserção na sociedade portuguesa».

Esta é, aliás, do ponto de vista da formação comunista, a questão central desta problemática. Ou seja, a de que o «racismo e a xenofobia não se combatem com a exclusão social dos imigrantes, cedendo a pressões racistas e xenófobas». Ao contrário, como foi sublinhado, combatem-se «com a integração social, tratando os cidadãos com a dignidade a que, como seres humanos, têm direito».

Para além de considerar que a integração social plena daqueles cidadãos é uma «obrigação indeclinável do Estado português», o Grupo Parlamentar do PCP entende ainda que só por essa via será possível pôr fim à exploração infame a que esses trabalhadores estão sujeitos.

São bem conhecidas as condições de extrema precarie-

dade a que são sujeitos milhares de imigrantes, que têm sido a força de trabalho de grandes obras públicas, na sua grande maioria recrutados por subempreiteiros que lhes negam quaisquer direitos, em alguns casos mesmo o direito ao salário, valendo-se da sua situação ilegal.

O Grupo de Trabalho do PCP para a Imigração e Minorias Étnicas promove, entretanto, uma iniciativa pública de reflexão e debate sobre a regularização dos imigrantes no próximo dia 1 de Abril, às 15.00 horas, no Espaço Vitória, no Centro de Trabalho do PCP.

Hoje em debate Referendos locais

Alterações à legislação que regula os referendos locais estarão hoje em debate no Parlamento. De comum, entre os projectos em análise, está a adaptação da legislação ao enquadramento que resultou da revisão constitucional de 1997. É o caso da própria designação, que passou de consultas para referendos locais, e da definição da matéria sobre a qual aqueles podem incidir.

O projecto de lei do Grupo Parlamentar do PCP estipula que a iniciativa possa ser apresentada por cidadãos eleitores num número mínimo de 5 por cento de eleitores recenseados na área respectiva. Em nenhum caso, porém, será exigido que o número de proponentes seja superior a 5000.

Os referendos locais, ainda segundo o articulado do diploma comunista, poderão ter por objecto matérias sobre as quais os órgãos autárquicos devam pronunciar-se a título consultivo, sendo o resultado vinculativo quanto a estes.

A consagração de «critérios de objectividade, clareza e precisão nas perguntas» constitui outro dos objectivos visados no diploma da bancada comunista, que prevê simultaneamente a adopção no processo de referendo local dos mesmos mecanismos e regras utilizados nos demais actos eleitorais e referendários, designadamente no que respeita a prazos, publicidade, nomeação de mandatário e interposição de recursos.

PCP apresenta propostas de alteração ao Orçamento

Mais justiça para quem trabalha

Termina amanhã o debate na especialidade do Orçamento de Estado para 2000. Para os deputados comunistas foi mais uma batalha por propostas justas para o país e os trabalhadores.

A discussão nas duas últimas semanas, na Comissão de Economia, foi preenchida pela discussão de propostas oriundas de todas as bancadas. Após as votações ainda em sede de comissão previstas para o final da próxima semana, o processo conhecerá o seu epílogo nos dias 14 e 15 de Março com a subida a plenário para votações na especialidade e final global.

Para a bancada do PCP, esta voltou a ser uma oportunidade para, honrando os compromissos com os seus eleitores, lutar por medidas que consubstanciam o projecto político de esquerda por si preconizado para a sociedade portuguesa.

Tais propostas, na ordem das muitas dezenas, versando os mais variados domínios, não têm a pretensão de alterar radicalmente o que por si é considerado um mau Orçamento. Do mesmo modo que a hipotética aprovação de alguma delas não pode ser interpretada, como salientou Octávio Teixeira em declarações ao «Avante!», como querendo contribuir para branquear o que designou por

«política fiscal injusta e de classe» do Governo.

A questão é que o PCP não abdica de intervir e de apresentar as propostas que entende adequadas e necessárias, com isso visando significar, simultaneamente, que, independentemente de uma reforma fiscal global, seria possível no OE avançar com medidas de mais justiça.

E que tal só não se verifica, como fez questão de sublinhar o líder parlamentar comunista, «porque o Governo do PS política e socialmente o não quer». Por outras palavras, que o «OE é assim mau por opção política do PS».

«Introduzir mais justiça fiscal, fazendo pagar quem não paga e pode e deve pagar e, simultaneamente, reduzir a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho por conta de outrem», eis, pois, em síntese, o princípio que anima a intervenção dos deputados comunistas no debate em sede especialidade. Como se pode ver, entre tantos outros, pelos exemplos seguidamente referenciados.

Código do IRS

Recibos verdes

É sabido que muitos trabalhadores sujeitos a «recibo verde» não exercem qualquer profissão por conta própria, mas efectivo trabalho por conta de outrem, por imposição da entidade empregadora. Com esta proposta visa-se que os rendimentos desses trabalhadores sejam fiscalmente tratados pelo que são, isto é, rendimentos de trabalho dependente.

Presunção de rendimento

Considerando inaceitável que pessoas que exercem as funções de administração ou gerência de entidades com fins lucrativos declarem rendimentos ridiculamente baixos, por vezes não superiores ao salário mínimo, o Grupo Parlamentar do PCP entende que a presunção de rendimento, para além de uma norma anti-abuso, é um instrumento de aproximação à determinação do rendimento real.

A presunção de existência de remuneração permite assim estabelecer, no que toca ao exercício de funções de administração ou gerência de pessoas colectivas, tabelas de remuneração mínima, em função do volume de negócios.

Mais-valias líquidas

Não há qualquer justificação económica ou social, para que as mais-valias líquidas obtidas em instrumentos financeiros usufruam de um tratamento fiscal de favor relativamente à generalidade dos restantes rendimentos e, em particular, face aos rendimentos do trabalho. Trata-se, por conseguinte, de eliminar esse tratamento de privilégio e, conseqüentemente, o englobamento das mais-valias líquidas nos rendimentos do sujeito passivo de imposto.

Dedução específica

A alteração da dedução específica é a melhor forma de fiscalmente favorecer os rendimentos do trabalho dependente, beneficiando relativamente mais os mais baixos rendimentos. Por outro lado, e visando o princípio de tributação do rendimento líquido (rendimento bruto deduzido das despesas necessárias para o obter), a dedução específica pelos rendimentos do trabalho deve tender para o valor do salário mínimo.

Taxas de IRS

É política e socialmente inaceitável que, sendo reduzidas de forma substancial as taxas do IRC, não haja qualquer alteração das taxas do IRS. Por outro lado, o alargamento do número de escalões visa introduzir, de facto, o princípio da progressividade na tributação dos rendimentos. Da proposta apresentada pelo PCP resultam taxas médias inferiores que a do OE para todos os rendimentos colectáveis até 6400 contos (significa, para um casal, um rendimento bruto de 15000 contos/ano). Para um rendimento colectável de 6581 contos, a proposta do PCP prevê um pequeníssimo aumento (+0,0132%).

Remunerações da administração pública

O Governo prepara-se para impor a actualização salarial dos trabalhadores da função pública em não mais que 2,5%. O que significa, na prática, um efectivo congelamento das remunerações reais. Lesando a generalidade daqueles trabalhadores e, em particular, os que auferem menos rendimentos. Por isso, o PCP propõe que o aumento salarial de qualquer trabalhador da função pública não possa vir a ser inferior a 5.000\$00 por mês, tal como o reivindicam os sindicatos da Administração Central e Local.



Trabalhadores não aceitam o congelamento dos salários reais pretendido pelo Governo

Código do IRC

Reporte de prejuízos

O reporte de prejuízos é uma das principais fontes de evasão e fraude fiscal praticada pelas empresas constituídas em sociedades. Esse reporte só deve ser aceite quando as empresas registem, de facto, prejuízos na sua actividade normal. Eventuais resultados negativos à margem da actividade normal da empresa, por exemplo, especulação financeira, não deve ser passível de favor fiscal. Principalmente quando esses «prejuízos» de menos-valias são passíveis de fácil manipulação através da compra e venda de instrumentos financeiros em circuito fechado, entre empresas do mesmo grupo e/ou entre empresas e proprietários, administradores, gerentes, dessas mesmas empresas.

Taxas sobre os lucros

No discurso, toda a gente (excepto os banqueiros) consideram escandaloso que os lucros das instituições de crédito privadas, incluindo os maiores bancos privados do País, paguem uma taxa efectiva de IRS sobre os lucros obtidos igual a metade (ou menos) da taxa normal de IRC. O próprio Primeiro-Ministro considerou escandalosa e imoral essa situação. Não se entende, pois, que o Governo não proponha nada de substancial para a alterar. A proposta do PCP visa dar um primeiro, mas importante, passo nesse sentido.

Reforma Fiscal

Para que seja possível que a proclamada «reforma fiscal» possa ter incidência já no ano fiscal de 2001, e sendo certo que se assim não for não haverá qualquer «reforma fiscal» durante a legislatura, a bancada do PCP propõe que o Governo seja obrigado a apresentar as respectivas propostas de lei até ao fim do período normal desta sessão legislativa.

Tendo o Governo assumido como espinha dorsal dessa reforma o relatório «para o desenvolvimento da reforma fiscal» de 1996, e tendo sido elaborados durante a anterior legislatura, a solicitação do Governo do PS, 49 estudos e relatórios sobre os mais diversos aspectos dessa reforma, entende o PCP que o prazo limite de 14 de Junho é perfeitamente suficiente.

Benefícios Fiscais

O PCP propõe a eliminação de um largo conjunto de benefícios fiscais que, para além de ilegítimos, são política e socialmente escandalosos quando em contraponto com a pesada carga fiscal que incide sobre os rendimentos do trabalho dependente, e que absorvem o melhor do «despesismo» de 440 milhões de contos da despesa fiscal que o Governo prevê no Orçamento para 2000.

A generalidade das propostas apresentadas estão, aliás, contidas no relatório da Comissão criada pelo anterior Governo do PS para reavaliar os benefícios fiscais.

Sigilo Bancário

Apesar de haver todas as razões para alterar a mais retrógrada e apertada regulamentação de levantamento do sigilo bancário para efeitos fiscais, existente na União Europeia e na OCDE. Apesar de o «relatório Silva Lopes» o propor desde 1996. Apesar de até já Cavaco Silva advogar esse levantamento por essencial no combate à fraude e evasão fiscais. Apesar de tudo isto e muito mais, para o Governo do PS o sigilo bancário para efeitos fiscais continua a ser um tabu. O PCP há anos que propõe o levantamento desse sigilo bancário, em determinadas circunstâncias e com determinadas regras e garantias. A proposta agora subscrita pelos deputados comunistas dirige-se, apenas, a situações limite e, por isso, mais gritantes. Para ver se, pelo menos nestes casos, o Governo do PS deixa de ser menos retrógrado que Cavaco Silva.

Segurança Social

Em consonância com o projecto de lei por si apresentado em Novembro, o Grupo Parlamentar do PCP propõe o aumento das pensões mínimas do regime geral (para os beneficiários com menos de 15 anos de contribuição) e da pensão social, indexando-as ao salário mínimo nacional. Na proposta não estão incluídas as pensões de reforma do regime agrícola por o Governo ter, entretanto, anunciado a sua inclusão no Orçamento do Estado.

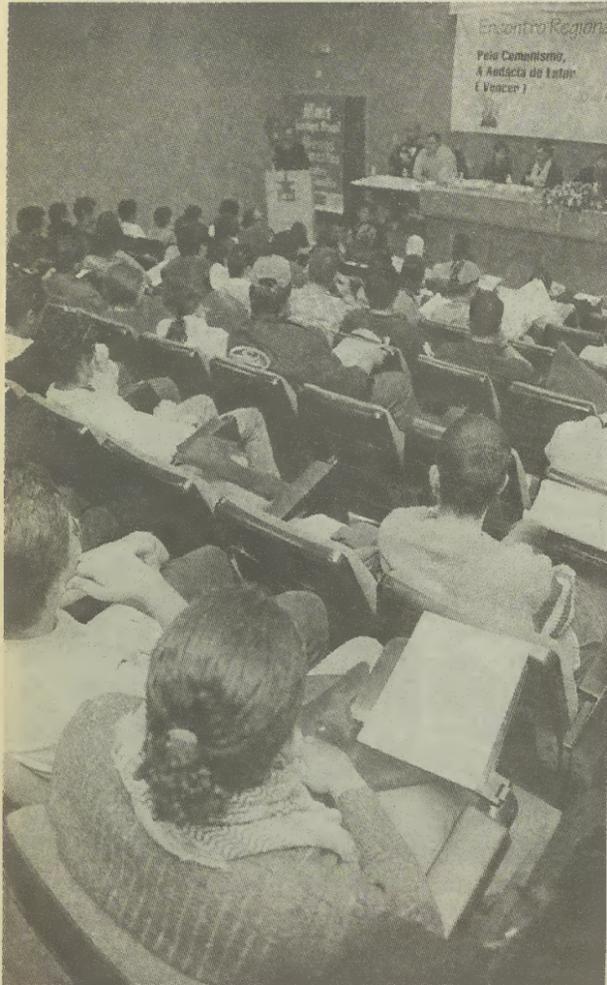
Proposto é, igualmente, um aumento, a todos os títulos exigível, do complemento aos pensionistas em situação de dependência.

Saúde

As participações praticadas no regime geral para próteses, ortóteses e outras ajudas técnicas são irrisórias e chocantes, sobretudo se se atender às baixas pensões que auferem a grande maioria dos idosos no nosso país. E são eles, os idosos, os que mais necessidade têm, em geral, de recorrer a muitas dessas ajudas técnicas compensatórias. Daí a proposta do PCP para que aquelas participações se aproximem dos valores já hoje praticados na ADSE.



A nova paixão pela saúde traduz-se afinal num novo subfinanciamento do SNS



Novas políticas, precisa-se

Carlos Carvalhas sublinha que são as condições sociais que levam ao crescimento da extrema-direita

JCP de Setúbal debate política de juventude

O 1.º Encontro Regional de Setúbal da JCP analisou a situação dos estudantes e dos jovens trabalhadores e apresentou novas propostas.

A boa disposição e a alegria reinava no 1.º Encontro Regional de Setúbal da JCP, que teve lugar no sábado. Contudo, os problemas com que os jovens se deparam no dia-a-dia não foram esquecidos pelos participantes na iniciativa.

«Cada vez mais sentimos a falta de uma verdadeira política de juventude e de autênticas melhorias na educação», lê-se na resolução aprovada.

E muitas foram as críticas apontadas ao ensino secundário: o regime disciplinar desa-

justado, a desresponsabilização do Estado com o diploma de autonomia e gestão escolar, o sistema de avaliação.

Quanto ao ensino superior, sublinha-se a tentativa por parte do Governo de substituir sucessivamente as instituições públicas pelos estabelecimentos privados. «O ensino particular e cooperativo deve ser encarado como opção e não como única alternativa», defenderam os jovens comunistas.

Os jovens trabalhadores apresentaram uma longa lista de reivindicações, como o res-

peito pelo estatuto de trabalhador-estudante, a redução do horário de trabalho para 35 horas e o combate ao desemprego e à precariedade.

No fim da iniciativa, Carlos Carvalhas manifestou-se contra o facto de a uma boa parte da juventude estar reservado um trabalho precário e mal pago, o desemprego ou a emigração.

Na sua intervenção, o líder comunista abordou outro tema caro aos jovens: a educação. «Para o PCP, o investimento no ensino é um investimento estratégico», afirmou, acrescentando que é

preciso apostar num ensino de qualidade.

Carvalhas sublinhou que são as condições sociais que levam ao crescimento da extrema-direita, como aconteceu na

Áustria. «O trabalho mal pago e sem direitos, a desresponsabilização do Estado das suas funções sociais, o desemprego e as crescentes bolsas de pobreza, a exploração dos trabalhadores clandestinos, criam o caldo de cul-

tura para o ascenso da extrema-direita que encontra assim base social para o seu populismo sem princípios», explicou.

O ensino superior particular não pode ser visto como única saída

JCP lança campanha Mais salário, melhor emprego

«Mais salário, melhor emprego» é o lema da campanha nacional lançada pela JCP na semana passada dirigida aos jovens trabalhadores. Trata-se de uma iniciativa de denúncia e luta contra a política de direita e de afirmação das propostas dos jovens comunistas. Estão previstos debates e acções de propaganda e contacto com jovens em empresas.

Entre as propostas da JCP, destaca-se o aumento imediato do salário mínimo para um valor não inferior a 64 500\$00 e o cumprimento da lei que proíbe a discriminação salarial dos jovens e o alargamento desta para a proibição da discriminação relativa aos estagiários e aprendizes. Para trabalho igual salário igual, exige a JCP.

A precariedade e a falta de segurança no emprego são algumas das principais preocupações da organização. «Cerca de 45 por cento dos jovens trabalhadores por conta de outrem têm contrato não permanente e, a estes, há que acrescentar os milhares e milhares de trabalhadores submetidos aos esquemas ilegais de contratação como o falso trabalho independente, vulgarmente conhecido por «recibos verdes»», denuncia.

A JCP sublinha ainda a importância da sindicalização. «Juntos teremos mais força. Só a união dos trabalhadores pode reforçar a sua luta pelos direitos», afirma.

Encontro regional do Algarve da JCP Por um melhor futuro

«Por uma juventude com futuro» foi o lema do 1.º Encontro Regional do Algarve da JCP, realizado no sábado, com a participação de 40 pessoas e a presença de Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política do PCP.

Vários foram os temas abordados durante o debate, nomeadamente o estado da educação no nosso país. No ensino secundário, destacou-se a necessidade de fazer uma reforma curricular e programática, que deixe espaço para a extensão criativa dos estudantes e que introduza temas actuais como o ambiente, a droga, o racismo e a educação sexual.

De referir a vontade de ver aumentada a participação dos estudantes na definição da política educativa e na gestão das escolas, com a revogação



JCP quer mais espaço para a extensão criativa dos estudantes

da actual lei de autonomia e gestão escolar.

Os alunos do ensino superior exigiram a revogação da actual lei de financiamento (onde se incluem as propinas e o conceito de estudante elegível) e a implementação de uma política que consagre a

gratuidade da educação. O fim das barreiras na transição do 3.º para o 4.º anos das licenciaturas bi-etápicas foi também reivindicado.

Os participantes do encontro propuseram ainda a utilização de energias renováveis pelas entidades públicas (em

escolas e hospitais, por exemplo) e a suspensão de alimentos transgénicos até que as suas consequências sejam comprovadas. A proibição da passagem de petroleiros a menos de 30 milhas da costa algarvia foi outra das propostas.



Mais salário,
Melhor emprego

Castelo Branco

● Hugo Duarte

Um Encontro de Montanha animado

Em pleno maciço central da serra da Estrela, nas Penhas da Saúde, a uma altitude de 1300 metros, realizou-se o I Encontro de Montanha da Organização de Castelo Branco da JCP nos passados sexta-feira, sábado e domingo.

Esta iniciativa contou com a presença de três dezenas de jovens, que aproveitaram o fim-de-semana para reflectir, cantar, discutir, passear, conversar, correr, dançar, beber e comer.

Tudo começou na sexta-feira, com o aquecimento dos motores humanos à base de nutrientes no estado líquido e no estado sólido, pois quando chegou o Jorge Fael para o debate sobre «Os Novos Rumos da Europa» já todos tinham preparado a intervenção. Devido ao interessante tema e ao ambiente quente, a discussão durou até às 6h30m.

No dia seguinte - surpreendam-se os mais cépticos -, a juventude levantou-se para ir fazer escalada e *rappel* na Parede do Fantasma, próximo do Covão da Metade. Durante a tarde houve o torneio de sueca que foi ganho por dois inexperientes e sortudos camaradas. No torneio de *trivial pursuit* não foi apurado vencedor, assim como o torneio de dardos.

O ponto alto do encontro foram as conversas com José Vitoriano, que além de nos falar do Partido, nos contou a interessante história da vida dele (que já vai em 82 anos), de operário da cortiça a vice-presidente da Assembleia da República. Conheceu-se melhor o passado e dinamizou-se incentivos para a luta. Sem saudosismos e dramatizações, foi um momento surpreendente!

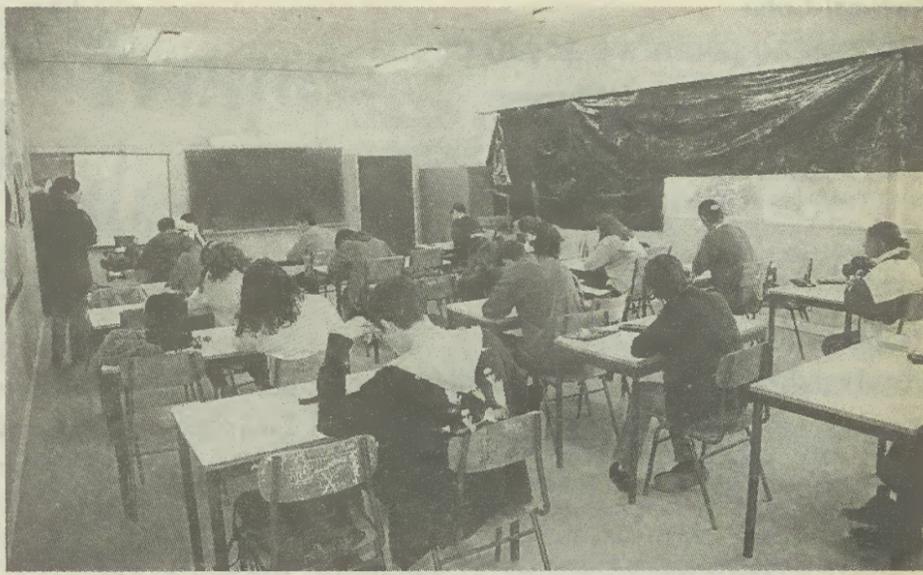
Depois do jantar houve o convívio, com uma panela de sangria e muitas intervenções, dos mais velhos aos mais novos. Com guitarradas e enchido caseiro a festa estendeu-se.

No domingo, começou-se a arrumar as trouxas e generalizou-se a análise de que o Encontro de Montanha teria sido o evento político mais importante do fim-de-semana.





Os alunos convivem diariamente com a degradação física de uma das escolas mais esquecidas pelo Ministério da Educação



Os vidros são substituídos por plásticos. Os alunos do 12.º ano de Química ainda não tiveram uma só aula nos laboratórios

Alunos e professores da «José Afonso» preparam novas lutas

A escola esquecida

Um mês depois de a Escola José Afonso ter sido encerrada pelos alunos em protesto contra a falta de condições, tudo está igual. O «Avante!» visitou-a.

«Fechado para obras», lê-se numa larga faixa estendida no gradeamento da Escola Secundária José Afonso, na Arrentela, Seixal. Fechada não está, mas as obras prosseguem em alguns locais. Não em todos em que seria necessário, mas na verdade toda a escola precisa de ser renovada, como nos dizem o professor Armando Pina e Miguel Gonçalves, estudan-

Os alunos são surpreendidos com pedaços de tecto a cair e falam em ratos

te do 12.º ano da área de Comunicação.

Aliás, não é preciso dizer. Uma simples visita àquele estabelecimento deixa bem claras as dificuldades por que alunos, professores e funcionários passam diariamente.

Mal entramos, damos de caras com uma vala cheia de cadeiras e mesas velhas, ladeadas por pedras esburacadas. Entrando no principal

edifício da escola, somos recebidos pelo ruído de berbequins. Vemo-nos rodeados por andaimes, baldes e cartões espalhados pelo chão. Sempre seguidos pelo mesmo barulho, entramos na biblioteca e encontramos alunos a ler jornais e livros, a seleccionar cassetes de vídeo e a usar computadores. Sorte não estar a chover, senão teriam de ser desligados e tapados com plásticos.

Aulas ao frio e à chuva

À volta aglomeram-se pavilhões pré-fabricados, alguns já desactivados por falta de condições. Estas estruturas têm uma longa



Cansados de uma escola provisória há 36 anos, os 2 mil alunos da José Afonso exigem condições para ter aulas

Como é possível haver aulas? «É a boa vontade à portuguesa», diz o professor. E quando não há condições? «Temos aulas... Nós não aproveitamos o facto de a escola estar nesta situação.» Passamos para as casas de banho, locais que estão muito longe do conceito de instalações de higiene e privacidade: sem sanitas e com os característicos buracos nas paredes. Miguel diz que nunca lá entrou nos seis anos em que está na escola.

dam, cada vez mais preocupados.

«Quando se faz um exame a nível nacional, não se vê se a escola tem cinco ou dez computadores, se os alunos tiveram aulas no laboratório

ou não. Nós e os nossos alunos temos de cumprir o programa.

«É isto que o Ministério não vê e que nos tem prejudicado bastante», acusa o professor.



Casas de banho: há quem se recuse a entrar nelas devido à falta de higiene e de privacidade

Mais protestos em Abril

No dia 3 de Fevereiro, os alunos da Escola José Afonso fecharam os portões a cadeado e protestaram contra a falta de condições de um estabelecimento que é provisório há 36 anos. No dia seguinte fizeram greve. Uns dias antes, um grupo de professores decidiu organizar um abaixo-assinado com o mesmo fim a entregar à Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL).

Alunos, professores e funcionários estão juntos pela mesma causa e contam com o apoio tácito do Conselho Executivo. Após o encerramento, a DREL reconheceu as carências da escola e comprometeu-se a terminar as obras até ao fim de Março.

Se isso não acontecer, prevêem-se mais protestos. «Se não resolverem a situação, vamos bloquear a avenida com carteiras e quadros, dar aulas ao ar livre», adianta o professor Armando Pina. «O portão fica aberto, mas os alunos não entram», garante Miguel Gonçalves.

história, tendo serviço de berço a quatro escolas diferentes. Os professores abrem as portas e interrompem as aulas para mostrar os problemas das salas: paredes remendadas, tectos esburacados, vidros partidos.

É fácil imaginar a chuva a entrar, o frio a obrigar a usar mais roupa, animais a avançar pelos buracos.

Miguel Gonçalves conta que já foi surpreendido com um pedaço de tecto a cair e fala em ratos a passear pelas salas. O professor Armando Pina queixa-se da falta de coberturas a interligar os pavilhões: «Quando chove os alunos apanham molhas para passar de umas salas para as outras.»

12.º ano «incompleto»

Falta-nos ainda visitar o refeitório, que nesse dia estava aberto. As instalações foram consideradas pela inspecção como as piores do país, mas para muitos alunos a única refeição do dia é aqui tomada.

Em frente está o Pavilhão de Mecânica, que, apesar das muitas máquinas e quadros eléctricos que abriga, é inundada pela chuva. Os alunos que aqui têm aulas são os mais prejudicados, a par dos de Físico-Química que ainda não tiveram aulas práticas este ano lectivo.

Armando Pina diz mesmo que o problema dos laboratórios é o mais sério. O Ministério da Educação comprometeu-se a fazer obras no Verão. No final de Fevereiro elas ainda não estão prontas. E os alunos do 12.º aguardam



Pavilhão de mecânica: sobre a maquinaria e os quadros eléctricos, os buracos do tecto deixam entrar a chuva

Portugal-Cuba

Associação promove acção de rua

A Associação de Amizade Portugal-Cuba promoveu segunda-feira uma acção de rua na baixa lisboeta, para divulgação de um folheto sobre a situação do jovem cubano Elian Gonzalez, sequestrado nos Estados Unidos.

Idêntica acção foi efectuada no mesmo dia pelo núcleo da Associação em Setúbal.

Foram recolhidas mais de 2500 assinaturas exigindo o imediato regresso da criança para junto dos seus familiares em Cuba.

«Habitar Loures»

Mostra de habitação e urbanismo

Gestão urbanística, planeamento, reconversão das áreas urbanas de génese ilegal, habitação social e salvaguarda do património edificado, são os atractivos da mostra da habitação e urbanismo, a «Habitar Loures», que nos meses de Março e Abril percorre as freguesias do concelho.

O objectivo desta exposição itinerante é mostrar o que de novo se faz em Loures nas áreas do urbanismo e habitação e os projectos de recuperação de zonas mais antigas e degradadas.

Depois de em Setembro ter estado patente ao público no Pavilhão Paz e Amizade, a «Habitar Loures» é agora inaugurada na freguesia de Prior Velho, seguindo depois para a Bobadela, São João da Talha, Camarate, Moscavide, Unhos, Apelação e Portela.

Sindicato dos Professores

Encontro em Viseu

O Sindicato dos Professores da Região Centro, membro da Fenprof, realizou sexta-feira passada, em Viseu, o Encontro Distrital do 1.º Círculo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.

Neste encontro foram abordadas três questões: a resposta social da escola - componente social de apoio à família; complementos de formação - um direito dos docentes; gestão e autonomia - os agrupamentos de escolas.

CDU/Portimão

Situação hospitalar

Em Moção apresentada na Assembleia Municipal, a Comissão Coordenadora de Portimão da CDU denuncia a situação que se vive no novo Hospital de Portimão como ponde em causa «os direitos dos utentes e dos próprios profissionais da saúde».

Nesta unidade hospitalar verifica-se uma acentuada carência de médicos, enfermeiros, técnicos e pessoal auxiliar, pois «não foi acautelada em devido tempo a dotação do pessoal necessário ao seu normal funcionamento».

Como consequência, encontram-se encerrados os serviços da unidade de cuidados intensivos e de urologia, há equipamentos que não funcionam e corre-se o risco de encerramento da maternidade. O atendimento em pediatria é feito muitas vezes por clínicos gerais, há enfermarias fechadas, consultas sistematicamente adiadas e enormes listas de espera em algumas especialidades.

Neste quadro, a CDU exige do Ministério da Saúde medidas urgentes para a resolução de tão graves problemas.

Prémio do Ambiente

Barreiro recebe menção honrosa

No âmbito do Prémio Nacional do Ambiente/Área Autarquias, a Câmara Municipal do Barreiro foi distinguido com a 2.ª Menção Honrosa, com o projecto «Melhorar o ambiente. Conservar a natureza. Da herança recebida enriqueçamos o legado às gerações vindouras!». O Prémio Nacional de Ambiente, promovido pelo Crédito Predial Português, pretende distinguir as autarquias que desenvolvem projectos de qualidade na área do ambiente.

O projecto apresentado pela Câmara do Barreiro consta da interligação de um conjunto de projectos inovadores que se enquadram no desenvolvimento sustentável de uma estratégia global tendo como objectivo a gestão integrada do ambiente, como um todo.

Letras do Porto

Alunos em greve

Os alunos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto estiveram em greve. Em causa está a exigência de criação de um regime nocturno de aulas na faculdade, onde existem cerca de 1200 trabalhadores-estudantes (25 por cento do total).

Esta reivindicação já tem alguns anos, existindo mesmo um projecto nesse sentido aprovado pelos conselhos Directivo, Pedagógico e Científico.

Os estudantes consideram que, sem condições de estudo como a existência de um regime de aulas mais abrangente, uma cantina e salas de estudo com um horário alargado, não se pode falar de qualidade de ensino nem de condições para um maior sucesso escolar.

Serra das Minas

Moradores em luta

Os moradores da Serra das Minas, em Sintra, protestaram esta terça-feira na sessão da Assembleia Municipal contra a construção de um prédio que lhes irá tirar a vista e a privacidade, a ser construído num terreno destinado a espaço verde.

Em vigílias, recolha de assinaturas e cortejos, os moradores lutam há cerca de um mês contra esta «aberração urbanística» e garantem que as distâncias regulamentares não são mantidas. Perante a insistência, o vereador Herculano Pombo marcou uma reunião para que o assunto seja discutido na presença de técnicos e analisado o projecto.

Da Guarda ao Minho, agricultores protestam contra invasão de produtos estrangeiros

Batata nacional está a apodrecer

A agricultura familiar continua a debater-se com graves problemas, sobrevivendo com dificuldade. Uma situação contra a qual protestaram nestes dias os agricultores de Aguiar da Beira e do Minho.

Milhares de toneladas de batata correm o risco de apodrecer em casa dos agricultores de Aguiar da Beira e de outros concelhos do distrito, enquanto o mercado continua a ser invadido pela batata espanhola. Esta uma das questões que levou mais de mil agricultores, acompanhados por mais de cem máquinas a agrícolas, a manifestarem-se esta segunda-feira frente à Câmara Municipal local.

A manifestação, convocada pela Associação Distrital de Agricultores da Guarda (ADAG), aprovou uma moção reivindicando a intervenção do Governo no escoamento da batata na posse dos produtores, situação gerada pela invasão do mercado nacional por batata espanhola, «fazendo cair o preço e o interesse

dos comerciantes no nosso produto».

Os agricultores exigem a atribuição de subsídio «para embalagem e comercialização ou armazenamento, tal como está a ser reclamado em Trás-os-Montes», atendendo a que «o Governo não pode atribuir subsídios à produção».

A Carta Reclamativa refere que esse apoio não deve ser inferior a 30 escudos/quilograma, para a batata da colheita de 1999, preconizando que o Governo e os representantes dos agricultores devem negociar com as grandes superfícies comerciais «a preferência e obrigatoriedade de gastarem

batata nacional» e só depois de esgotada esta, «optarem pela estrangeira».

Os manifestantes reclamaram ainda a fixação pelo Governo de um preço de intervenção para o centeio, actual-

mente «sem qualquer procura e locais para entrega que substituam as antigas funções da desmantelada EPAC».

Sobre a produção de leite, o documento afirma que se continua a assistir a «uma política nacional e

comunitária manifestamente contrárias aos produtores da região» devido a uma «cada vez maior pressão para o resgate de quotas, baixa de preços e à liquidação de muitas explorações familiares».

A moção, entregue na Câmara Municipal local, reclama ainda a revisão da Política Agrícola Comum (PAC) e a

«defesa pelo Governo português em Bruxelas de medidas concretas que tenham em conta as particularidades da agricultura portuguesa, sobretudo a de tipo familiar».

Idêntica posição foi assumida relativamente à necessidade de baixa dos custos dos factores de produção, das máquinas agrícolas e do crédito bancário, que é considerada como «condição fundamental para a modernização da agricultura e sua competitividade».

Agricultores do Minho querem apoios

Os muitos problemas com que se debatem os agricultores do Minho são esmiuçados, em nota à imprensa, pela Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga (ADADB).

No documento, a Associação exige do Governo que «crie as condições necessárias para responder às necessidades e ajudar a lavoura a debelar a crise e assegurar a manutenção das explorações agrícolas familiares», começando por alterar a política de distribuição de subsídios, «de forma a ajudar quem realmente deles precisa».

Entre os sectores em que se fazem sentir maiores problemas, a ADADB salienta a sanidade animal e as explorações leiteiras.

A invasão do mercado nacional por produtos estrangeiros, as elevadas taxas que os agricultores têm de pagar à Segurança Social «por não se ter em conta os seus verdadeiros rendimentos», a centralização de serviços «que na prática pode significar acabar com muitos dos existentes», são outras das questões referidas.



A pequena agricultura é particularmente penalizada pelas políticas nacional e comunitária

CDU de Palmela define objectivos

Confirmar a CDU como a força política mais votada no concelho, reforçar mesmo a sua votação e retomar a maioria nas freguesias de Palmela e Marateca, são os objectivos eleitorais que se propôs o Encontro Concelhio de Palmela da CDU, que teve lugar no passado sábado, no Cine Teatro São João daquela vila, e no qual participaram Fernando Pésinho, da Direcção Nacional de «Os Verdes», e João Saraiva, do CC do PCP.

Momento de prestação de contas, o encontro sublinha, em documento previamente distribuído, que «o meio mandato consolida um vasto conjunto de obras de vulto e de grande alcance e ao mesmo tempo retoma uma prática exemplar do exercício do poder que, em Palmela, se passou a designar como Autarquias Participadas».

A reunião de sábado per-

mitiu ainda a discussão de grandes temas e grandes projectos, desde as áreas do urbanismo, ordenamento do território e grandes obras até às sociais, assim como da avaliação da cooperação interautarquias e, concomitantemente, da participação das populações.

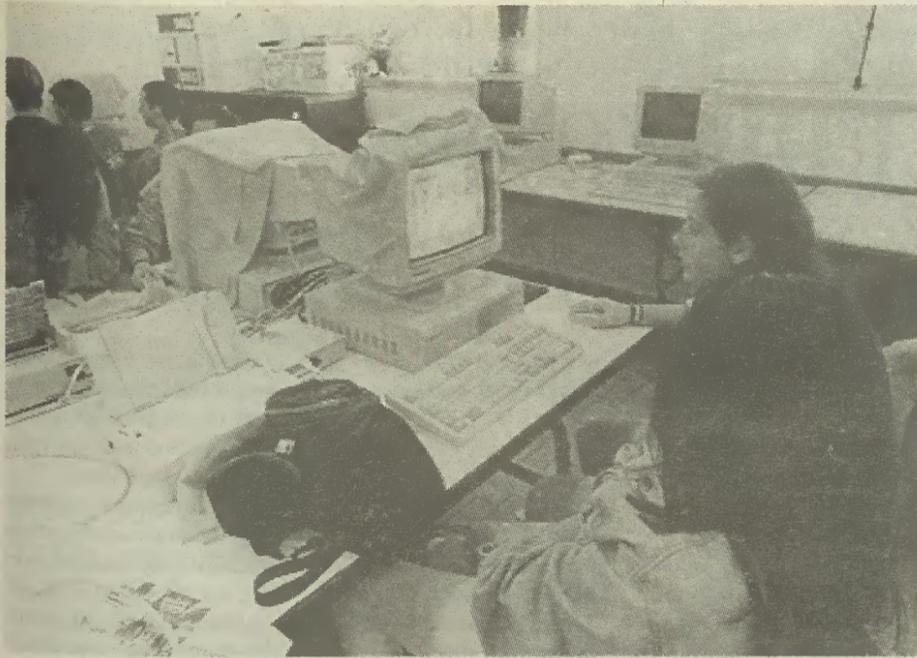
João Saraiva, na sua intervenção final, chamou a atenção para o novo regime de atribuição de meios e competências e a complexidade que muitos dos seus aspectos introduzem na condução dos órgãos autárquicos.

A Resolução aprovada consagra o conjunto de obras

e equipamentos estruturantes que, por unanimidade, a Câmara Municipal aprovou recentemente com vista à elaboração do PIDDAC. Aos eleitos do PS da Assembleia Municipal local foi lançado o repto público para que publicamente se batam pelos mesmos.



CDU de Palmela faz balanço de meio mandato



O ensino secundário está em véspera de nova reforma

Reforma do ensino secundário

O debate ainda está por fazer

A necessidade de envolvimento dos professores na mudança, foi uma questão de imediato levantada pelas organizações de pais e professores, face à revisão curricular do secundário apresentada quinta-feira passada na Escola Secundária da Amadora. Um documento que será alvo de uma discussão profunda por parte da Fenprof.

A formação e qualificação de professores surge como uma das preocupações expressas, numa primeira reacção ao projecto de reforma do ensino secundário, por parte da Confederação das Associações de Pais (Confap) e da Federação Nacional dos Professores (Fenprof). Da análise mais aprofundada do documento agora apresentado - e de que oportunamente o «Avante!» dará notícia - outras questões irão naturalmente surgir.

Relembrando, em síntese, as reformas anunciadas, o

secundário passará a incluir mais semanas de escola (33, em vez das actuais 29/30), dividindo-se o ano lectivo em dois semestres, com aulas de 90 minutos e uma carga semanal máxima de 30 horas.

Em termos de avaliação, haverá dois momentos de avaliação quantitativa semestral e, no Natal e na Páscoa, momentos de avaliação qualitativa. No 10.º ano deixa de haver provas globais. Os alunos do 12.º ano dos cursos gerais passarão a ter três exames obrigatórios

(Língua Portuguesa, uma disciplina de formação específica e outra opcional) e os que frequentam os cursos tecnológicos farão os dois primeiros exames e mais uma Prova de Aptidão Tecnológica.

Tanto os sete cursos gerais como os 17 tecnológicos têm um corpo de formação comum - língua portuguesa, educação física, língua estrangeira e filosofia -, de par das disciplinas de formação específica ou científico-tecnológica e duas novas áreas disciplinares obrigatórias: a Área Projecto, para os cursos gerais, e o Projecto Tecnológico.

Os programas estão ainda em fase de reorganização e todas estas mudanças curriculares, só agora divulgadas deverão vigorar em 2001-2002.

Parece bem escasso o tempo para debate.

Encontro CDU de Almada

Dois anos de balanço

O concelho de Almada é reconhecido como «um dos concelhos mais desenvolvidos, equilibrados e com melhores perspectivas de qualidade de vida da Área Metropolitana de Lisboa», afirma-se em Moção aprovada sábado passado no Encontro Concelhio de Almada da CDU. Um reconhecimento que, como concluíram os 150 participantes neste encontro, se deve ao elevado nível das suas «infra-estruturas económicas, sociais, culturais e desportivas».

Na Resolução, igualmente aprovada por unanimidade, em que se faz o balanço de dois anos de mandato, são referidas algumas das obras entretanto realizadas, desde o melhoramento das acessibili-

dades, a mais e melhores escolas, espaços para a juventude, equipamentos desportivos e recreativos, culturais e sociais, de par de uma melhor segurança e abastecimento.

A renovação e requalificação de áreas urbanas e áreas de génese ilegal, o apoio ao movimento associativo, mais e melhor habitação social e obras como o Parque da Paz, o Elevador Panorâmico e o seu Jardim do Rio, são outras das realizações referidas.

Os participantes no encontro lembraram, entretanto, que «o trabalho autárquico é fortemente condicionado por factores que são completamente alheios aos eleitos» e comprometeram-se a cumprir os programas eleitorais e exi-

gir do governo «a resposta positiva às propostas, aspirações e reivindicações dos órgãos autárquicos, enquanto representantes de toda a população».

Nesta perspectiva a CDU exige, nomeadamente, que o governo disponibilize verbas para «a consolidação de escarpas e falésias, terrenos para a construção de habitação social, e apoio ao movimento associativo do concelho».

Exige-se ainda um apoio mais significativo para a construção de instalações para o ensino pré-primário, de estações de tratamento de águas residuais e para as infra-estruturas do Parque de Ciências e Tecnologias de Almada/Setúbal.

Tempo de tabus

● Jorge Sarabando

O Governo inscreveu no Orçamento de Estado deste ano a receita de 500 milhões de contos, provenientes de novas privatizações. Mas o ministro das Finanças não esclareceu o País onde irá buscar tão avultada verba. «Lá para Abril se vai saber», terá prometido. Assim nasceu o tabu - feia criatura -, que marcará este ano 2000, nascido de núpcias entre o PS governante e o grande capital financeiro com auspiciosa benção do partido de Paulo Portas.

O tabu vai ficar por aí, a espreitar em discursos de ocasião, a insinuar-se nas entrelinhas, a assomar, distraído, em artigos cinzentos que, de vez em quando, os ministros e secretários de Estado mandam escrever e publicar, com a sua assinatura, em jornais de grande tiragem. Em inocentes sondagens de opinião, em estudos isentíssimos, em títulos de caixa alta colocados, como por acaso, naquele dia e naquele lugar.

Olhando para o património público privatizável, debilitado por vendas em cadeia que ajudaram as contas do Euro, encheram os bolsos de alguns e semearam ilusões em muitos, pergunta-se: de onde virão os 500 milhões de contos? Será da TAP? Mas os suíços... Será da Petrogal? Mas os italianos... Será da EDP? Mas há tantos investidores decepcionados...

Será do grupo Caixa Geral de Depósitos, a «jóia da Coroa», agora ainda mais valiosa? Mas ainda há pouco, há pouquinho, declarava o Governo que está fora de causa passar a Caixa para a iniciativa privada. «Por enquanto», acrescentava-se sibilamente. E aqui o tabu parece piscar o olho... Será da nova «holding» estatal, em que o Governo juntou a RTP, a RDP e a Agência Lusa? Mas o Primeiro-ministro terá declarado que, «para já», a RTP não vai ser privatizada, embora o ministro da tutela tenha, segundo os jornais, defendido que «a lógica de mercado é a única saída para a RTP», o que abre, indubitavelmente, uma perspectiva a prazo.

Deixemos o tabu seguir o curso que os seus autores ditaram, quando já perderam a vergonha e decidem assim esconder a mão na venda do património que ao País pertence, em matéria onde deviam agir com a clareza e a limpidez que o interesse público exige.

O processo de criação do novo grupo estatal é em tudo nebuloso, a começar pela persistente campanha que animou a imprensa nos últimos

meses, contra o serviço público de televisão.

As fontes do Governo falam de «novas vias de negócio», avançam com a ideia de parcerias com grupos privados, referem consultas com grandes empresas do sector, mas, entretanto, as Administrações não informam previamente, como a lei obriga, as organizações representativas dos trabalhadores. Falam de sinergias que se ganham, de economias de escala que se obtêm, e vão anunciando o despedimento a prazo de algumas centenas de funcionários.

Decidem juntar empresas para mais tarde criar outras empresas menores, e pelo caminho despedir trabalhadores, gerar empregos precários e mal remunerados, alimentar clientelas, satisfazer lobbies e pagar chorudos ordenados a gestores que por acaso são membros ou amigos, venerandos e obrigados,

do partido do Governo.

O que se está a passar num sector tão sensível como o da comunicação social não pode ficar no circuito fechado do Governo, do partido que o apoia e dos milionários da informação.

É uma questão que diz respeito a todos os cidadãos.

Para a liberdade de informação não é indiferente o processo de concentração em curso, em que três ou quatro grupos empresariais ficarão detentores da quase totalidade da imprensa escrita e audiovisual. Assim como não pode ser indiferente que

passem a existir apenas três ou quatro grupos empresariais a gerir o mercado de emprego, três ou quatro portas por onde possam entrar e sair os trabalhadores.

Estas são questões que não podem ficar no segredo dos gabinetes, nas meias palavras, geradoras de mal-estar, medo, passividade.

«É preciso avisar toda a gente», era um poema que se dizia e cantava ainda Abril vinha longe. Como volta a ser actual...

Neste tempo de tabus, temos o PS a governar na plenitude do seu estilo: palavras mansas, discurso optimista, proclamando a bondade e unicidade das soluções, sugerindo que não há outras alternativas, ocultando os efeitos negativos, tudo embrulhado em juras de diálogo e solidariedade. Privatizações, fusões, concentrações, enriquecimento de uns tantos, desregulação do trabalho, incerteza, angústia para muitos mais. Assim é este PS «europeu, moderno», que dizia há anos - lembram-se? - «as pessoas estão primeiro», mas patrocina uma política em que as pessoas estão, afinal, em último lugar.



AÇORES

Manter quotas do leite

Os aumentos anuais de 11% na produção de leite são consequência directa, lógica e desejada de uma política de modernização das explorações agro-pecuárias que teve, como um dos seus principais vectores, o aumento da produtividade de cada animal.

Em declaração à comunicação social, o coordenador do PCP/Açores afirma que não faz, pois, sentido pretender penalizar os lavradores pelo resultado de um esforço orientado ou anular esse esforço através da imposição de diminuições na produção do leite, base da economia produtiva da região. Pelo contrário, é fundamental «preservar essa quantidade, aperfeiçoando quanto possível a qualidade». Assim, o PCP propõe que uma das medidas específicas a consagrar no âmbito da ultraperiferia reconheça que a actual produção de leite corresponde aos esforços e aos investimentos, nomeadamente comunitários, feitos no sentido do crescimento de produção e do aumento da produtividade.

SETÚBAL

Milhões e tostões

As recentes fusões do BCP com o Banco Mello e do BES com o BPI apenas visam o aumento dos lucros do grande capital financeiro, enquanto para os trabalhadores são aprovados aumentos salariais de 3,25%, valor que não corresponde à inflação prevista acrescida da produtividade do sector. Ou seja, «para os banqueiros milhões, para os bancários tostões».

Assim, o Encontro Regional de Bancários Comunistas, recentemente realizado no Seixal, depois de alertar para a existência de trabalho extraordinário não remunerado, reafirma a justeza da luta pela reivindicação do 15.º mês, incluindo para os reformados, e por uma revisão digna e justa do ACTV.

BRAGA

Já saiu o «Anti-Vírus»

Foi lançado este mês, em Braga, o primeiro número do «Anti-Vírus», jornal cuja edição é da responsabilidade da Direcção da Organização Regional de Braga do PCP.

Com a publicação trimestral deste pequeno periódico, a organização local do Partido pretende divulgar com alguma regularidade a actividade dos comunistas e a sua posição em relação aos principais acontecimentos da região.

COVILHÃ

Vereador recebe na rua

O presidente da Câmara Municipal da Covilhã está a prejudicar o trabalho do vereador do PCP, Victor Manuel Reis Silva, ao manter a recusa em satisfazer o seu justo pedido de atribuição de um gabinete de trabalho na sede do município. Na opinião na Comissão Concelhia da Covilhã do PCP, a não atribuição de gabinete aos vereadores que não são do PSD viola a lei e cria de forma antidemocrática uma situação de existirem naquela Câmara vereadores de primeira e vereadores de segunda.

Considerando que o trabalho de um vereador só pode ser inteiramente cumprido com boas condições de trabalho, o vereador do PCP, no dia 21 de Fevereiro, como forma de protesto, colocou à entrada da Câmara Municipal uma mesa de atendimento público.

ALGARVE

Região mais longe?

Em tomada de posição pública, os comunistas algarvios repudiam a pretensão do Conselho de Administração da Portugália de suspender, a partir do final de Março, os dois voos que diariamente se estão a efectuar de Faro para Lisboa. Para além de deixar o Algarve apenas dois voos diários para Lisboa, através da TAP, a pretensão da Portugália implica o despedimento de 27 dos 30 trabalhadores sediados no Aeroporto de Faro, contribuindo para o agravamento da situação social na região.

Numa região onde não existem perspectivas de melhoria das ligações ferroviárias e se continua a adiar a construção da auto-estrada, uma tal medida, a concretizar-se, só serviria para tornar as acessibilidades ainda mais precárias, diz a Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP exigindo das diversas entidades e em particular do Governo a anulação desta medida.

O PCP propôs a introdução do OE de centenas de propostas fundamentais ao desenvolvimento das regiões

PIDDAC 2000

aumenta desequilíbrios

Apesar dos objectivos estratégicos do Governo, de reduzir assimetrias a nível nacional, o Orçamento de Estado mantém e agrava a injusta distribuição do rendimento nacional.

Esta é a opinião generalizada das organizações do PCP que, entretanto, apresentam um conjunto de propostas cuja concretização consideram fundamental para as suas regiões.

A Organização Regional de Évora considera que o Alentejo é penalizado no OE, apesar de ter crescido em termos nominais o valor que lhe é atribuído, e que aumentou o fosso que o separa das outras regiões. Está-se a assistir a uma operação de «reengenharia estatística», diz, pois o Governo alterou o critério de «regionalização» do PIDDAC e imputou aos distritos e regiões programas e verbas antes registados em verbas globais nacionais.

Para a Concelhia de Estremoz, a quantia de 97.318 contos atribuída ao concelho, particularmente os 1.000 contos de Redondo, são mesmo «uma anedota».

Já Portalegre recebeu uma «mão cheia de nada», já que, sendo um dos distritos

mais carenciados do País, tem um dos mais baixos valores (1,6%) no PIDDAC nacional.

Por sua vez, Ponte de Sor está praticamente ausente na lista de investimentos do OE, com 0,48% dos valores destinados ao distrito de Portalegre.

Os milhões de contos apregoados pelo PS têm a participação de pelo menos 25 a 30% do Município que, com os empréstimos bancários que contraiu (um milhão de contos), fechou praticamente a capacidade futura de endividamento.

Para a Direcção Regional de Braga, pese embora a dotação global de 51 milhões de contos - que parece quase duplicar as verbas de 1999 - este é um «mau orçamento» e falta ao PIDDAC «uma visão estratégica para o distrito». De facto, «não responde, ou responde de forma muito insuficiente» aos problemas estruturais e

não repõe os «prejuízos» do distrito em anos anteriores.

Que taxa de execução?

As verbas para o distrito de Bragança, para além de «feridas na sua exactidão» - a taxa de execução ronda em média os 30/40% -

estão longe de poder resolver os problemas estruturais, diz a Comissão distrital do PCP. Mesmo aplicadas na íntegra, elas não contribuem para repor os 100 milhões de contos prometidos pelo Primeiro-Ministro nem reembolsam o distrito das verbas dos PIDDAC's de 1996/7/8/9 que não foram gastas.

Em Alcobaça, o PCP protesta pelo facto de o Orçamento não contemplar qualquer verba para a construção do IC9, de novo adiando o des congestionamento do trânsito nos acessos às praias do concelho e concelhos vizinhos na época balnear.

Também para a Direcção Regional de Coimbra, o PIDDAC para o distrito, «mesmo

que venha a ser cumprido, não cumpre o objectivo de recuperação do atraso e desvalorização» a que este tem sido votado nos últimos 14 anos.

E sendo certo que existe um aumento nominal da ordem dos 28% é igualmente certo que, em 1999, metade ficou por executar e o distrito desce no «ranking» nacional (de 7.º para 8.º).

O valor global do PIDDAC para o distrito de Aveiro tem um aumento significativo mas, na opinião da organização do PCP, agrava as assimetrias existentes: do total previsto, cerca de dois terços não estão directamente atribuídos a qualquer concelho; cinco concelhos recebem menos do que ano anterior; dois têm um investimento inferior a 100 mil contos e a soma das verbas a investir nos oito concelhos com menor investimento (1,69 milhões) é dez vezes inferior aos 17 milhões anunciados para os oito concelhos mais beneficiados.

Em Ovar, o PCP regista com satisfação o reforço de verba, sublinha os aspectos positivos e negativos do PIDDAC mas mantém como válidas as propostas que defendeu no final do ano passado.

Até final de 2001, as barracas têm fim contado em Lisboa

Pensar no pós-realojamento

Dentro de dois anos, serão mais de 40 mil os fogos de propriedade da Câmara de Lisboa, que assim se torna o maior proprietário da Cidade. O PCP, membro da Coligação que governa a capital, apoia esta dinâmica e fez um balanço da construção de casas de realojamento. No sábado, 26 de Fevereiro, as questões da habitação em bairros municipais e em bairros de realojamento foram objecto de uma jornada de trabalho político e de contacto com as populações de três bairros, cada um dos quais correspondendo a um tipo de situação em matéria habitacional. A Boavista é um bairro municipal que precisa de equipamentos e arranjo de espaços exteriores e de transportes e outros serviços. O Bairro do Armador é de construção recente e ainda está em obra. O Bairro do Condado é uma zona consolidada, em fase de obras de reabilitação, a precisar de recuperação de habitações.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Georgina Pereira Gerias Barreiros

Faleceu, no passado dia 21 de Fevereiro, com 70 anos de idade, a camarada Georgina Pereira Gerias Barreiros. A camarada pertencia à organização da Marinha Grande.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Na iniciativa participaram eleitos na CML, Presidentes de Junta e outros eleitos e dirigentes comunistas de Lisboa

Na visita, foram considerados os avanços dos processos de realojamento, com o fim anunciado das barracas em Lisboa até final de 2001, vitória da Coligação sobre o atraso social do país neste sector.

Martinho Baptista, da Organização da Cidade de

Lisboa (OCL), responsável pela iniciativa, esclarece: «Não basta construir as casas e trazer as pessoas para a nova situação. É preciso pensar no pós-realojamento, na concretização dos equipamentos e serviços previstos, na inserção, na concepção de bairros integrados, nos quais pessoas de vários estratos possam conviver, de modo a não se criarem guetos. Ou então corre-se mais um risco de exclusão social, mesmo que isso ocorra em casas de alvenaria.»

Mas a questão central em termos políticos passa pela

análise das causas da exclusão social: «É preciso mudar de políticas nacionais, sobretudo com a criação riqueza e de empregos estáveis.»

«Agora, julgamos que se chegou a outra fase, que é a de se pensar no pós-realojamento. Chegou a altura de entrar decididamente pela construção e funcionamento dos equipamentos sociais que cabem ao governo, tal como está acontecendo por parte da câmara nas matérias da sua responsabilidade. É esse o debate que já estamos a fazer neste momento.»

VILA DE CANHA Uma obra sem fim

As obras de beneficiação da rede de águas de Canha, Montijo, cujo prazo de duração previsto era de trinta dias, quase se podem comparar às «obras de Santa Engrácia». Lembrando os três meses que já passaram desde o seu arranque, numa dança de «ora abre calçada, ora abre valas...», a Comissão de Freguesia de Canha do PCP solidariza-se com a reivindicação da população de ver a obra acabada e lamenta que a Junta de Freguesia se tenha mantido até agora alheada do problema.

VILA VERDE Taxas indevidas

A Misericórdia de Vila Verde, como outras misericórdias do distrito de Braga, tem vindo a cobrar taxas indevidas aos utentes do Serviço Nacional de Saúde, causando por esse facto a indignação da população. A denúncia cabe à Concelhia de Vila Verde do PCP que, em tomada de posição pública, exorta os utentes à recusa do pagamento de tais taxas e ao reembolso dos valores cobrados indevidamente. Aliás, o deputado comunista Agostinho Lopes levou já a situação à Assembleia da República, exigindo sobre a mesma os necessários esclarecimentos.

PORTO Defender o ambiente

Com o objectivo de procurar defender e recuperar valores naturais e culturais, nomeadamente através da preservação dos aspectos paisagístico, florísticos e faunísticos, os deputados João Amaral e Honório Novo, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, apresentaram na Assembleia da República um projecto para a classificação da Área Protegida das Serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Flores e Banjas. Para a aprovação e concretização do projecto, os comunistas pediram o contributo de diversas entidades, designadamente autarquias locais, associações de defesa do ambiente, universidades e outros organismos.

SANTA MARIA DA FEIRA Campanha de fundos

Depois das obras de restauro, o Centro de Trabalho do PCP em Santa Maria da Feira tem funcionado, na opinião da concelhia do Partido, como «um espaço jovem, de fruição cultural e de convívio», tendo potencialidades para a realização de diversas iniciativas. Falta, porém, acabar de pagar as obras, pelo que os comunistas lançaram uma campanha para angariação de fundos que consiste na emissão de títulos de participação, de cinco, dez e vinte mil escudos e de postais «Eu apoio», cujo valor oscila entre os 500 e os 4500 escudos, à venda no Centro de Trabalho. Quem quiser pode, ainda, dar o seu contributo através de depósitos feitos na CGD, n.º 0306 021987 730.

LOURES Metro é urgente

A questão dos transportes públicos Loures-Lisboa é um problema grave, gerador de grandes limitações aos utentes deste corredor, sendo já largamente reconhecida a necessidade de diversificação de transportes públicos para esta área, sobretudo a instalação de um transporte que permita qualidade, conforto e rapidez. Para os comunistas de Loures, esse transporte é uma extensão do Metro, daí que, reunidos recentemente em Assembleia de Organização, tenham aprovado uma moção exigindo do Governo a construção de Metro até esta cidade.

Sexualidade – Direitos, perseguição, demagogia

O tema é abordado cada vez mais abertamente, ultrapassando e reduzindo tabus. Há avanços nos princípios e na legislação, contudo há grandes atrasos em matéria de respeito, de direitos, de esclarecimento e de apoio em mais um aspecto tão importante para a formação, a saúde, o bem-estar e a felicidade dos cidadãos.



Luísa Araújo
Membro da Comissão Política

Carta dos Direitos Sexuais e Reprodutivos

Aprovada só em 1995 pela Federação Internacional de Planificação da Família, tem por base instrumentos internacionais de direitos humanos que obrigam os Estados a respeitar a sexualidade de cada cidadão.

Não legislar e não respeitar direitos são, também, formas de perseguição.

Neste âmbito é legislada a promoção da saúde sexual e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Nos estabelecimentos do ensino básico e secundário será implementado um programa para a promoção da saúde e da sexualidade humana, através duma abordagem interdisciplinar. Serão criados gabinetes de apoio aos alunos e disponibilizado o acesso a preservativos através de meios mecânicos nos estabelecimentos do ensino superior e nos estabelecimentos do ensino secundário, por decisão dos órgãos directivos, ouvidas as respectivas associações de pais e de alunos.

A lei foi aprovada em Junho de 1999. O Governo teria que a regulamentar no prazo de 90 dias. Oito meses depois ainda não o fez. Mais um ano lectivo que passa para alunos, professores e futuros professores. Não se preparam os programas curriculares e não se incentiva a instalação dos meios decididos.

Em algumas escolas do país os alunos questionam e reivindicam a concretização destes seus direitos. Os Conselhos Executivos ou não sabem ou não querem responder, ou não têm possibilidade para avançar com medidas concretas, já que algumas delas exigem meios financeiros que dependem do Orçamento do Estado que não só não está ainda aprovado como a proposta não corresponde às necessidades.

Houve alterações profundas de mentalidade em amplos estratos da população, mas a ausência de medidas concretas não aprofunda estas alterações e não ajuda a que novos passos sejam dados. Partem do Estado o incumprimento e o desrespeito pelas leis. É necessário que estudantes, professores, associações de pais, técnicos de saúde, entre outros, se

envolvam mais em movimentos de pressão para o cumprimento do princípio da educação sexual nas escolas.

Opção sexual sem discriminação

A igualdade de direitos entre os cidadãos independentemente da sua orientação sexual também é uma batalha de há muito tempo. Foi em 1897 que se fundou a 1.ª organização para a defesa dos direitos dos homossexuais. Agora conhece-se mais a expressão desses movimentos e das suas reivindicações.

A sociedade tem hoje uma melhor compreensão sobre o direito de cada indivíduo ao livre exercício da sua sexualidade. Esta compreensão não pode limitar-se à tolerância. É necessário o reconhecimento efectivo da liberdade sexual.

A Constituição da República Portuguesa consagra no Artigo 13, n.º 1, que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Este reforço do princípio da igualdade foi introduzido na última revisão constitucional. Pena é que uma outra proposta do Partido Ecologista «Os Verdes» para este mesmo artigo, que explicitava a orientação sexual como um dos critérios pelos quais ninguém pode ser discriminado, que contou com o voto a favor do PCP, não tenha sido aprovada por responsabilidade do PS.

A liberdade de opção sexual é um direito assim como o é cada pessoa escolher a maneira como quer estar na vida, definir a sua relação afectiva e fazer a sua opção de vida em comum. Perante a diferença e comportamento sexual diferente não pode haver discriminação social.

Esta natureza de problemas, que a muitos preocupa, merece uma intervenção política séria sem oportunismo, sem demagogia, sem hipocrisia e sem ânsia de visibilidade.

Os cidadãos afirmam os seus direitos. É necessário defendê-los e reforçá-los. O PCP apresenta o Projecto de Lei que consagra direitos de homossexuais que decidem viver em comum.

“ Houve alterações profundas de mentalidade em amplos estratos da população ”

No campo da informação, da educação e da liberdade sexual é essencial concretizar uma política para uma melhor compreensão da necessidade de uma sexualidade responsável e das realidades actuais relativamente aos comportamentos sexuais.

A juventude é um sector, não sendo o único, particularmente necessitado desta política e sensível a tudo o que ela comporta.

Educação sexual

Um direito legislado há 16 anos em Portugal, através da Lei 3/84, que nunca chegou a ser regulamentada no que se refere à educação sexual nas escolas. No final da anterior Legislatura foi discutido e aprovado com alterações um Projecto de Lei, também do PCP, que deu origem à Lei 120/99.



Em Mora, Carlos Carvalhas ouviu preocupações de associações e autarcas

PCP – uma força determinante

Foram muitos aqueles que, em Mora, na passada sexta-feira, quiseram testemunhar a Carlos Carvalhas a sua adesão e simpatia pelas causas e valores do PCP.

Aquilo que deveria ter sido um encontro formal com os investidores sobre a problemática do «Desenvolvimento Local», na Casa da Cultura de Mora, rapidamente se transformou numa manifestação espontânea de solidariedade e apoio à luta do PCP.

Durante a visita ao concelho de Mora, que começou na fábrica da SOPRAGOL – unidade de transformação de tomate de grande importância para a economia do concelho –, Carlos Carvalhas foi acompanhado pelo

Mora é um concelho fortemente atingido pela desertificação

deputado Lino de Carvalho, Raimundo Cabral, responsável pela DOREV, eleitos nos diversos órgãos autárquicos e membros da Comissão Concelhia.

Antes de visitar o Quartel dos Bombeiros, onde foi recebido pela Direcção e Comando, e o Centro de Saúde de Mora, recentemente privado de um médico, o secretário-geral do PCP esteve nos Estaleiros/Oficina da Câmara Municipal onde era aguardado pelos trabalhadores do sector operário, com quem contactou.

Ganhar mais militantes

A reunião com os eleitos, na Câmara Municipal, serviu para reiterar a Carlos Carvalhas a necessidade de inclusão no PIDDAC de projectos há muito reivindicados pela autarquia e que são de vital importância para um concelho fortemente atingido pela desertificação.

José Manuel Sinogas, Presidente da Câmara Municipal de Mora, sublinhou ainda o papel determinante dos deputados comunistas em algumas das lutas travadas pela população do concelho, designadamente a passagem do IC 13 pela via de Mora.

A visita culminou com um jantar de confraternização que reuniu cento e cinquenta amigos e militantes do PCP,



Carlos Carvalhas na visita ao Centro de Saúde de Mora

numa clara demonstração de enraizamento e unidade do Partido no concelho.

Na sua intervenção, Carlos Carvalhas referiu a necessidade de reforçar o PCP e de

ganhar todos os que reconhecem a coerência e a justeza das suas posições.

Os comunistas podem andar de cara bem levantada, disse, e orgulhar-se de per-

tencer a um Partido que, sem demagogia, apresenta propostas alternativas reconhecidamente válidas e luta por um Portugal de verdadeiro progresso e justiça social.

O Fórum de S. Paulo rejeitou o neoliberalismo como processo de desenvolvimento

Buscar e construir alternativas

Sob o lema «A esquerda face ao novo século... a luta continua», reuniu-se, entre 19 e 21 de Fevereiro, em Manágua, o 9.º Encontro do Fórum de S. Paulo, onde 48 partidos e organizações de 18 países latino-americanos avaliaram os 10 anos que decorreram desde a criação do Fórum, rejeitando, tal como então, que «o neoliberalismo possa constituir um processo de desenvolvimento».

Os debates durante o Encontro e nos Seminários

que o precederam (sobre mulheres, juventude, empresários, educação, actividade parlamentar, movimentos sociais, etnias e religiões), avaliando dificuldades e sucessos deste processo, concluíram que «a realidade da última década demonstrou os limites do modelo neoliberal e a sua incapacidade para resolver os problemas da humanidade», apontando «que no século XXI, a esquerda se apresenta como uma real alternativa de poder popular».

Assim o afirma a «Declaração de Niquinohomo», localidade e dia simbolicamente escolhidos, pelos sandinistas, para aprovar as conclusões deste encontro. Foi na terra natal de Augusto César Sandino, revolucionário nicaraguense, que no 66.º aniversário do seu assassinato, Daniel Ortega, após a leitura da Declaração do Encontro do Fórum de S. Paulo, se dirigiu aos milhares de pessoas que aí se manifestaram e concentraram para se referir às actuais tarefas da FSLN.

A presença nesta manifestação de encerramento, e nos trabalhos do Fórum, de delegações de 20 partidos de 15 países da Europa, Ásia e África, testemunha a solidariedade internacionalista para com este inédito processo de cooperação dos partidos e organizações de esquerda da América Latina e Caribe.

PCP solidário

O PCP, que se fez representar neste Encontro por Manuela Bernardino, membro do Comité Central e da

Secção Internacional, dirigiu uma saudação ao Fórum, num dos seus plenários. Aí se reafirmou a solidariedade para com «o valioso e original espaço de debate e troca de experiências políticas que o Fórum constitui», considerando-o «um processo rico na diversidade das suas componentes e na disponibilidade para buscar e construir alternativas às políticas neoliberais que tão dramaticamente afectam a vida dos povos da região».

Referindo-se ao carácter explorador e agressivo do imperialismo, a saudação do

PCP condenou a guerra na Jugoslávia e, como violação de aspectos elementares do direito internacional, colocou na ordem do dia a sua revisão como «um objectivo do imperialismo para assim legitimar a sua política de domínio mundial». Ao saudar a luta dos movimentos sociais, das forças de esquerda latino-americanas e Cuba socialista, a mensagem do PCP valorizou o contributo do Fórum de S. Paulo para o aprofundamento da solidariedade entre as forças políticas de esquerda e progressistas de todo o mundo.

Deputados do Porto anunciam Mandato Aberto

Mais perto das populações

Na semana passada, os deputados comunistas João Amaral e Honório Novo prestaram contas do funcionamento do Gabinete de Atendimento Público.

Criado há dois meses no Porto, este Gabinete foi já contactado por 45 eleitores individualmente e associações representativas, sendo que todas as questões tiveram encaminhamento e resposta no quadro das competências dos deputados e da Assembleia da República. Nomeadamente através de vários requerimentos apresentados ao Governo, contactos com instituições públicas e aconselhamento aos cidadãos sobre diligências a tomar.

Anunciado foi, ainda, o lançamento do Mandato Aberto, forma de trabalho com que o PCP pretende reforçar a acção destes deputados em todos os concelhos, nomeadamente através de visitas institucionais, contactos com associações e populações e, ainda, a instituição de um período de atendimento público.

João Amaral e Honório Novo iniciaram o primeiro Mandato Aberto em Gondomar, no dia 21 de Fevereiro, ouvindo as principais preocupações da região e comprometendo-se a algumas iniciativas legislativas com vista à sua solução.

Um intenso contacto

Os deputados do PCP começaram por reunir com os responsáveis da LIPOR, seguindo-se uma visita ao Centro de Formação de Ourivesaria e Relojoaria (CINDOR).

Mais tarde reuniram com a Federação das Colectividades de Gondomar e com a Federação das Associações de Pais de Gondomar de quem ouviram manifestações de apoio aos projectos de lei do PCP sobre os respectivos sectores.

Junto da Associação Comercial e Industrial de Gondomar, João Amaral e Honório Novo aperceberam-se das dificuldades que a ins-

talação de médias e grandes superfícies está a criar ao comércio tradicional.

Os deputados encontraram-se, depois, com o presidente da Junta de Freguesia de Valbom e, face às suas preocupações relativamente à extracção ilegal de areias no rio Douro, comprometeram-se a exigir do Governo medidas para pôr fim a este atentado ambiental.

Quanto às preocupações manifestadas pelo presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres, os deputados do PCP vão questionar o Governo sobre a construção das instalações da GNR e, face às apreensões dos cidadãos de S. Pedro da Cova em matéria de segurança, sobre a instalação aqui de uma esquadra da PSP ou GNR.

Por fim, João Amaral e Honório Novo ouviram do presidente da Junta de Rio Tinto a necessidade da construção de um Centro de Saúde, e encontraram-se com o Movimento Rio Tinto, com quem pensam prosseguir o diálogo.



O «Avante!» foi debatido em Almada por mais de cinquenta militantes

O «Avante!» em debate

Prosegue por todo o País o debate em torno da remodelação do «Avante!» e da campanha de promoção e difusão do jornal. Em múltiplas iniciativas, regra geral bem participadas e muitas vezes contando com a presença de representantes da comunicação social regional, muitas centenas de militantes e simpatizantes do Partido têm dado um contributo inestimável para a melhoria e maior divulgação do «Avante!».

Almada, Lisboa, Évora, Braga, Guimarães, Famalicão, Guarda, Seia e Olival Basto, foram as localidades onde, na última semana, cerca de quatrocentos camaradas e amigos debateram essas matérias com o director e o chefe de Redacção do «Avante!».

As apreciações à remodelação – recebida com agrado pela generalidade dos intervenientes – continuam a ser acompanhadas de novas ideias, sugestões, propostas visando melhorar o jornal, enriquecer o seu conteúdo e reforçar a sua capacidade de atrair novos leitores.

No que respeita à campanha de promoção e difusão, os resultados já obtidos – traduzidos em positivos aumentos de vendas – e as medidas que por todo o lado estão a ser tomadas, indiciam fortes possibilidades de ela vir a traduzir-se no êxito que se deseja, fazendo chegar o «Avante!» a um número crescente de militantes e não militantes do Partido.

Dois mil carteiros paralisam Greve nos Correios

Hoje e amanhã não há distribuição de correio em mais de cem locais de trabalho dos CTT, situados em cinco distritos. A luta pode alastrar a todo o País.

As reivindicações dos trabalhadores, já há muito expostas à administração dos CTT e aos responsáveis de vários centros e postos, têm a ver com a elevada sobrecarga de trabalho. Exigem a definição de horários contínuos, que mais não é que a aceitação pela empresa «daquilo que já faz na prática», mantendo-se ao serviço «muito mais tempo que o seu horário de trabalho», refere o SNTCT/CGTP. Reclamam «a efectiva redução» dos horários, que já foi negociada mas que «a empresa não quer aplicar, por falta de pessoal e por má gestão dos recursos humanos». Os carteiros são forçados a abdicar dos intervalos para descanso, «para evitar acidentes de serviço e roubo de correspondências», e têm que «parar para tomar refeições em locais onde só há montes, quintas, estradas».

O sindicato salienta que esta luta, nos distritos de Coimbra, Faro, Lisboa (excepto cidade), Santarém e

Setúbal, tem igualmente por objectivo «servir melhor os utentes e clientes, para que o correio chegue mais cedo ao seu destino», e poderá alastrar a todo o País, se a administração não responder às reivindicações.

Hotéis

O Sindicato da Hotelaria do Sul iniciou anteontem, no

Sheraton, uma série de acções junto de unidades hoteleiras que são propriedade de membros da direcção da associação patronal do sector, a qual «teima

em querer liquidar o contrato colectivo de trabalho, esvaziando-o dos principais direitos». A situação vai ser denunciada aos clientes, num comunicado trilingue. O sindicato denunciou ainda o facto de, nas principais unidades hoteleiras da região de Lisboa, as administrações não estarem a responder positivamente aos cadernos reivindicativos dos trabalhadores.

Optar pela luta é meio caminho andado

No Penta, foi convocada greve para hoje, devendo paralisar outras unidades, até dia 23 de Março.

Portucel

Falsas medidas de reestruturação na Portucel Industrial, em Cacia, estão na origem da greve que os trabalhadores decidiram levar a cabo na próxima segunda-feira, dia 6, caso a administração não dê «respostas claras e positivas» para que os seus direitos e o futuro não seja postos em causa. Tendo presente o processo de constituição, em 1994, da Sacocel (que está em vias de encerramento), os trabalhadores vêm com legítima apreensão que a cerca de 80 pessoas seja imposta a transferência para a CPK, constituída pela Portucel Industrial e por esta detida a cem por cento.

Estas medidas «mais não visam do que facilitar a privatização e a alienação de património empresarial público, sem garantias de que direitos e interesses dos trabalhadores sejam devidamente respeitados e acautelados, nem de que haverá modernização e rentabilização de todos os recursos da própria unidade fabril», acusa o Sindicato das Indústria de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa.



Faltam carteiros e há má gestão do pessoal, acusa o SNTCT

Pressões em Sintra

A chefe da Divisão de Resíduos Sólidos da Câmara Municipal de Sintra tentou intimidar trabalhadores, para evitar a adesão destes à greve convocada para o período de 4 a 10 de Março, contra as intenções de privatização do serviço de recolha de lixo no concelho.

A denúncia foi feita pela direcção regional de Lisboa do STAL, numa nota em que relata que aquela responsável brandiu contra funcionários «ameaças de que, se aderissem à greve, mudariam de serviço, lhes seria cortado o subsídio de turno e acabaria com os circuitos de apoio». O facto é ainda mais grave, sublinha o sindicato, porque cabe àquela chefe efectuar a notação profissional dos trabalhadores da recolha de resíduos sólidos urbanos.

A greve – que dia 8 abrangge todos os funcionários da

CM Sintra – foi convocada após a decisão camarária de alargar a mais duas freguesias a concessão a privados da recolha de lixo. Os trabalhadores reclamam defesa e melhoria do serviço público, segurança de emprego, admissão de mais pessoal e aquisição de equipamentos e viaturas.

Durante a greve da Administração Pública, no dia 18 de Fevereiro, foi recusada a entrada de dirigentes do STAL no Departamento Sociocultural do Município de Odivelas. Na Comissão Instaladora deste concelho foram feitas listas dos trabalhadores que pretendiam aderir à greve, revelou também o STAL.

Sequestro

Dois dirigentes sindicais

foram quinta-feira alvo de uma tentativa de sequestro por parte do patrão da **Sociedade Nacional de Sinalização Vertical**, em Ansião. Em carta ao governador civil de Leiria, a direcção do Sindicato dos Metalúrgicos denunciou a atitude de Alfredo Moreira, que «terá mesmo chamado um seu filho, com o objectivo de tirar desforço físico dos dirigentes», após os ter acompanhado durante uma distribuição de informação sindical aos trabalhadores e, no final, os ter conduzido ao seu gabinete. «Só com a intervenção da GNR foi possível aos dirigentes abandonar a empresa», protesta o sindicato, apelando aos «bons officios» do governador civil para que seja garantido o direito à acção sindical nos locais de trabalho.

Não haja dúvidas

● Adão Mendes

Salários baixíssimos, violação dos direitos e trabalho precário «atacam» o Distrito de Braga. Se alguém tinha dúvidas, com certeza que, após a divulgação dos dados estatísticos do INE, perdeu-as. O Distrito de Braga (e particularmente o Vale do Ave) tem a média salarial mais baixa do País, dado que é também preocupante no apoio Social (Educação, Saúde, Ensino, Água, Saneamento...) às populações.

O Distrito de Braga tem, por excelência, vários escândalos: 1. Média salarial nivelada pelo salário mínimo nacional; 2. Percentagem mais elevada de cidadãos a receberem o rendimento mínimo garantido; 3. Maiores índices de exploração do trabalho infantil; 4. Dezenas de processos pendentes em Tribunal de Trabalho,



por violação dos direitos dos trabalhadores; 5. Mais de 45 mil trabalhadores clandestinos; 6. Mais de 3 mil trabalhadores «alugados» ao dia, à semana e ao mês, a diversas empresas.

Em contraste, possui:

1. A maior concentração de Ferraris e outras marcas de alta gama;
 2. A maior concentração de riqueza individual e familiar;
 3. Famílias das mais ricas a nível nacional, com grandes fortunas nas empresas, banca, seguros e outros (ex: família Oliveira, Almeidas, Gonçalves...).
- Recentemente, a União dos Sindicatos de Braga tornou público um documento onde constam:
- a) A identificação de mais de mil trabalhadores que aguardam há 3, 5 e 6 anos receberem os seus direitos, porque decisão da Justiça já existe;
 - b) Centenas de trabalhadores «alugados» há mais de um, dois e cinco anos, em diversas empresas da Região;
 - c) Trabalhadores clandestinos e violação de direitos em empresas privadas e outras que prestam serviços públicos e sociais (IPSS, Lares, etc.);
 - d) Comportamentos inaceitáveis dos Serviços de Notário e do IEFP de Famalicão, ao serviço da Roederstein;
 - e) «Formação profissional» praticada na Têxtil Manuel Gonçalves e outras, que visa apenas «lavar o cérebro» aos trabalhadores, ao mostrar-lhes os níveis de vida e de trabalho em países asiáticos (Indonésia, Paquistão, Malásia, etc.), para que eles aceitem submeter-se aos ditames da empresa, aceitação com gosto na flexibilidade, laboração contínua e

baixos salários; f) Os trabalhadores despedidos do Complexo Grundig, que não receberam as indemnizações e já cessaram o subsídio de desemprego aguardam há 3 anos pela decisão do Tribunal de Trabalho de Braga; g) Dezenas de beneficiários diariamente protestam contra as decisões do CRSS, e que só vêm feita justiça após recorrerem para instâncias superiores ou para os tribunais.

Sofrer... e lutar!

Estes são apenas alguns exemplos que demonstram que os trabalhadores e cidadãos do Distrito de Braga sofrem cada vez mais na pele os efeitos da política deste Governo que acentua cada vez mais as desigualdades, promove as

ilegalidades e o compadrio, permeiam mais prevarica. A inércia e o compadrio estão instalados no Distrito; veja-se a facilidade com que se fecham empresas e como se despedem trabalhadores; a forma absurda como se violam os direitos e ameaçam trabalhadores; a forma como actuam as empresas «alugadoras de mão-de-obra». São factores preocupantes e que têm de merecer cada vez mais atenção. Mas estamos confiantes que, com empenho, muita denúncia e luta, vamos conseguir inverter a situação. As decisões dos tribunais ao anularem os despedimentos na Grundig e na Riopelle, a decisão sobre o caso Filda, as decisões que obrigaram a passar para os quadros das empresas centenas de trabalhadores «alugados», a reintegração de quadros sindicais despedidos, a luta vitoriosa dos têxteis, pelas 40 horas, a cada vez mais e melhor acção e intervenção da CGTP-IN nos locais de trabalho, são indicadores que nos animam e demonstram que **vale a pena lutar, teimar, denunciar**, e dirigir as nossas energias para a defesa dos trabalhadores, dos jovens, dos reformados e de outras camadas da população, que cada vez mais procuram as forças sociais e de esquerda para a resolução e promoção de políticas activas e de desenvolvimento sustentado e equilibrado.

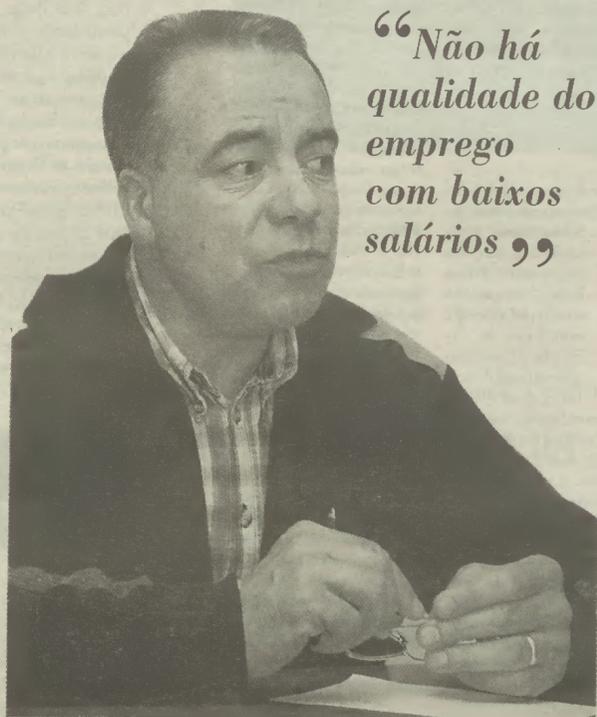
Manuel Carvalho da Silva
reafirma a importância da luta dos trabalhadores

Palavras descruzadas

Há grande contradição entre as declarações de princípios do Governo e a sua prática política, acusa o secretário-geral da CGTP-IN, na primeira entrevista concedida ao «Avante!» após o Congresso da central, em Dezembro, e a três semanas da manifestação nacional convocada para o primeiro dia da Cimeira Europeia.

«Avante!»: Como reagiram os partidos políticos, o Governo e outras entidades (que desde Dezembro a CGTP tem contactado) às decisões e ideias centrais saídas do 9.º Congresso? Manuel Carvalho da Silva: Do ponto de vista formal, tem havido receptividade. Mas uma coisa é a identificação na base de princípios e orientações gerais, outra coisa será a aplicação concreta. Em geral, toda a gente acha que é importante valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores e reconhecem que a CGTP tem colocado este problema numa contextualização actualizada. No entanto, aqueles objectivos têm dimensões concretas, nas políticas de emprego, salariais, de protecção social, da Segurança Social, nos direitos dos trabalhadores, nas bases de estruturação de um vínculo laboral... As conversas que tivemos não foram a esses pormenores e não permitem tirar uma ilação que faça a prova da afirmação de princípio.

Não foram assumidos compromissos ou expressos apoios a dada reclamação ou proposta?
Talvez a apresentação das conclusões do congresso não seja o melhor



“Não há qualidade do emprego com baixos salários”

momento para isso se verificar, a não ser em relação a temas muito amplos. Por exemplo, a redução do tempo de trabalho: houve, da parte do Partido Comunista Português, uma clara afirmação de identidade com esse objectivo e uma indicação de iniciativas que serão tomadas para dinamização dessa reivindicação, através da intervenção política que o Partido tem na sociedade e nas instâncias onde participa. Por parte do PCP, ouvimos identificação com a necessidade de articular as políticas

sociais com a valorização do trabalho, na Segurança Social, na fiscalidade, Saúde; também ouvimos aceitação e apoio à nossa ideia de um crescimento real dos salários em 2000. Quando falámos com a direcção do Partido Socialista, foi-nos expressa uma identificação genérica com as propostas gerais que a CGTP retirou do congresso. Mas não entrámos nos pormenores. Achar que a redução do tempo de trabalho é um objectivo, sim senhor, mas não há compromisso

nenhum. Foi-nos também feita referência ao interesse de debatermos especificamente o tema da Segurança Social... Mas são coisas pontuais. Com o PSD, a afirmação foi ainda mais genérica. Em momentos concretos, como a discussão do OE, é contido possível introduzir algumas matérias que encontrem sensibilidade num leque mais amplo de partidos. Tivemos uma interessante reflexão com o Patriarca de Lisboa quanto à necessidade de intervenções dentro das instituições para a valorização do trabalho e dos trabalhadores. Verificamos que a generalidade das entidades a quem apresentámos as conclusões do congresso reconheceu que este constituiu uma afirmação da vitalidade do sindicalismo, da força da CGTP, da sua implantação e da sua perspectiva de futuro inequívoca; e também do tratamento qualitativo que foi feito de vários temas.

Pouco depois do congresso, o ministro Ferro Rodrigues reconheceu a grave dimensão da precariedade no País. Estas declarações reflectiram-se em algumas medidas ou políticas que vos tenham sido referidas?
É positivo que o ministro tenha dito que é preciso tratar da questão da qualidade do emprego. Mas o debate sobre este tema está pouco mais do que no ponto zero. Não há um empenho efectivo da parte do Governo no seu tratamento sério. Algumas linhas inscritas no programa para a Presidência portuguesa são positivas, não são liberais, e isso é importante para o movimento sindical português e para o movimento sindical europeu. Por exemplo, a afirmação de que é preciso contrariar a saída precoce do mercado de

A Presidência e o emprego

O que podem esperar os trabalhadores portugueses destes seis meses em que a Presidência da União Europeia é portuguesa e em que a Comissão e os governos preparam uma cimeira extraordinária sobre o emprego?

Os trabalhadores, para esperarem alguma coisa, têm que se movimentar. É positivo que a Presidência portuguesa da UE tenha escolhido o emprego como tema de relevo, mas está a tratá-lo com um enfoque teórico extremamente futurista. Claro que as estratégias para o emprego têm que ter em conta as questões da informação, da comunicação, mas numa ligação com a realidade que se vive, e não numa abordagem

desligada do que é hoje o processo de estruturação da economia, que gera tanto desemprego e tanta precariedade de emprego.

Não há, por outro lado, um debate interno sobre os problemas do emprego que temos e de acordo com o país que somos, na nossa realidade económica, onde o capital continua a minar e onde as doses de liberalismo continuam a entrar. É inadmissível que esta Presidência não seja acompanhada por uma estratégia que leve a um debate profundo sobre factores extraordinariamente importantes que têm a ver com o emprego português: a qualidade do emprego, a produtividade, a qualificação e formação dos trabalhadores... Deveria ser uma discussão com profundidade, e não nestas encenações, em que umas quantas dezenas ou centenas de pessoas andam a saltitar de reunião em reunião.

Alguns casos que possa ficar de positivo vai depender, quase em absoluto – e não estou a exagerar –, daquilo que nós, movimento sindical, fomos capazes de fazer no que concerne ao levantamento da realidade, chamando a atenção para as contradições entre o que se afirma na teoria e aquilo que é prática política, trazendo à praça pública casos exemplares que possam ajudar a eliminar situações limite de destruição de emprego, de desregulamentação e de precariedade.



“Toda a gente acha que é importante valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores”

trabalho e criar empregos para os trabalhadores mais velhos; as referências à importância de reflectir sobre o emprego quando são definidas as grandes linhas da macroeconomia; a afirmação de que o emprego social deve ser valorizado... Isto foi escrito, mas esta não é a prática. Só os ministros Pina Moura e Jorge Coelho, em intervenções que fizeram nos últimos doze meses, têm metros e metros quadrados de propostas e afirmações que vão numa linha prática exactamente oposta ao que está inscrito naqueles documentos no que concerne às questões que referi. Defendem sempre que a macroeconomia é sagrada e, portanto, tudo se submete aos ditames macro-económicos, em cuja definição não há que ter em conta o emprego. Posições no sentido de empurrar trabalhadores precocemente para fora do mercado de trabalho são mais que muitas, quer em relação à Administração Pública, quer em relação ao sector privado. São imensas as afirmações deles de desvalorização do espaço de emprego da área social.

O movimento sindical europeu quer fazer alguma valorização do texto que o Governo português apresentou, nestas vertentes e em mais algumas. Mas nós, como portugueses e como trabalhadores, temos que pôr em evidência a contradição entre aquilo que escreveram e a política que realizam. E, neste aspecto, os indicadores dos últimos dias são piores.

O que te leva a essa apreciação?
Bem pode Ferro Rodrigues declarar a sua preocupação com a qualidade do emprego! Não há qualidade do emprego com baixos salários – e o Governo desencadeou uma autêntica campanha, anunciando moderação salarial para os próximos tempos, em sintonia com o sector privado. Sabemos que moderação significa manter salários muitíssimos baixos no nosso país. Mas apareceram notícias que o Governo não contrariou, o que só dá confirmação à existência dessa estratégia assente na moderação dos salários; veio depois um relatório do Banco de Portugal na mesma linha; aparecem os bancos a fazer o apelo à moderação salarial e vem a CIP dar

uma conferência de imprensa para mostrar a importância da moderação salarial. Isto mostra que o que está por trás da estratégia inerente ao Orçamento de Estado e às grandes medidas de macroeconomia são opções que não vão permitir qualquer evolução da qualidade do emprego. Avaliando as características e o comportamento do primeiro-ministro e dos ministros que lhe estão mais próximos e são mais determinantes (salvo uma ou outra honrosa

excepção), vemos que a grande marca comum é fazerem a política pela política, com uns salpicos de preocupação na área social, de carácter assistencialista.

A necessidade de valorizar os salários encontra eco na sociedade?

Há uma interiorização crescente, na consciência e no sentir dos trabalhadores e das trabalhadoras, de que têm direito a viver melhor e de que é necessário lutar pelos salários,

em situações de estabilidade de emprego, mas também em situações de precariedade.

É lamentável que o governo do Partido Socialista, em vez de ajudar, assumindo a valorização dos salários como um dos factores estratégicos para fazer evoluir qualitativamente o desenvolvimento do País, enverede pelo caminho oposto. Nós vamos bater-nos até à exaustão pelo crescimento dos salários. E não julguem que nos cansam, somos corredores de fundo.

Mais do que uma grande manifestação

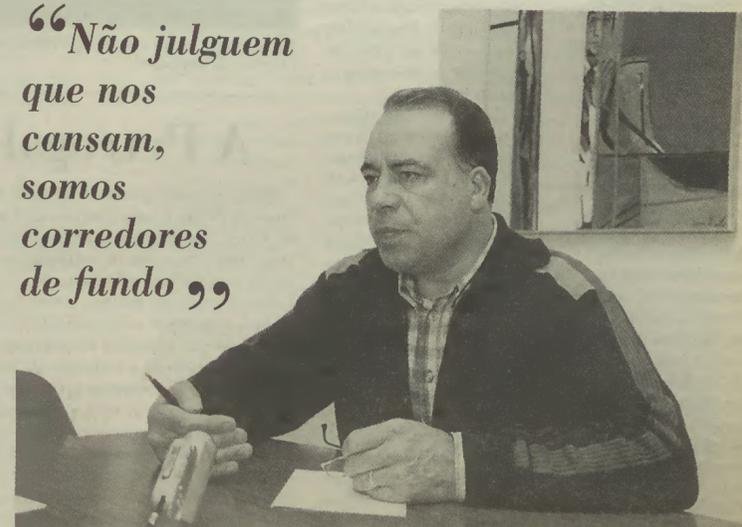
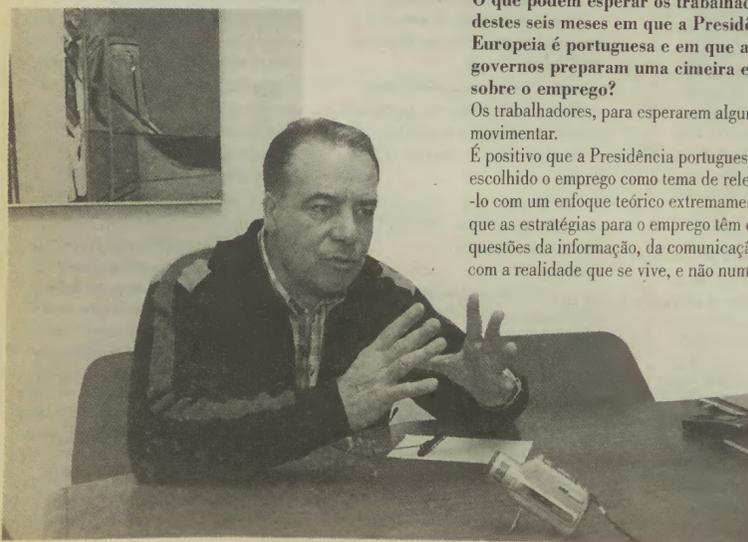
A preparação da jornada nacional da CGTP, convocada para dia 23 de Março, está a evidenciar alguns resultados das decisões do congresso sobre organização sindical?

Sim, sim. Estamos a dar cumprimento a desafios assumidos no congresso e que dependem só de nós, como trabalhadores organizados colectivamente. Um desses desafios foi aumentar a sindicalização, ao ritmo de 50 mil trabalhadores por ano, nos próximos 4 anos; e está a ser trabalhado, em articulação com a acção sindical concreta. Quando andamos na contratação colectiva e na preparação da jornada de dia 23, estamos também a trabalhar na definição e cumprimento de metas de sindicalização e rejuvenescimento. Definimos o ano 2000 como ano de crescimento dos salários e combate à precariedade, e estamos com uma forte dinâmica reivindicativa, em vários sectores e regiões, e com boas respostas dos trabalhadores. As lutas na Administração Pública são claramente das mais participadas desde há muitos anos e, na greve de dia 18, por exemplo, entraram sectores que nunca tinham participado em greves com este âmbito. Julgo que isto vai trazer efeitos, porque há grande percepção, entre os trabalhadores, da autêntica vigarice que tem sido o processo negociado na Administração Pública. Também há movimentações significativas noutros importantes subsectores e empresas. Estamos a andar bastante bem na preparação de plataformas de intervenção em áreas como a fiscalidade, a saúde, a Segurança Social, a justiça do trabalho –

articulando as reivindicações profissionais dentro de um sector e também articulá-las no conjunto dos problemas dos trabalhadores e incorporando os anseios que se expressam na sociedade portuguesa sobre os problemas específicos do trabalho, para termos êxito.

Estou perfeitamente convencido que vamos ter uma grande manifestação no dia 23, em Lisboa. Mas a jornada não é só a manifestação. Está a ser feito um grande trabalho de levantamento de situações, do qual resulta uma maior intervenção sindical, trazendo para apreciação da sociedade dados novos e gerando climas de resposta a problemas que estavam adormecidos.

“Não julguem que nos cansam, somos corredores de fundo”



Promulgada

A privatização da TAP foi promulgada pelo Presidente da República 24 horas depois de uma reunião entre um assessor de Jorge Sampaio e o Sitava, o que indicia que «a decisão estava tomada» e «a referida reunião não passou de um acto meramente formal», comentou segunda-feira o Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos. Em nota à comunicação social, o Sitava lamenta aquela decisão, que «conduzirá ao desaparecimento da companhia aérea de bandeira» e vai «diminuir a independência e a soberania nacionais», ao «dar aos suíços a possibilidade de, exercendo a chamada minoria de bloqueio, impedirem a concretização de políticas do interesse nacional». O sindicato reafirma que «continuará a acompanhar os desenvolvimentos ulteriores, nomeadamente os reflexos no plano social, lutando pela defesa dos direitos dos trabalhadores e dos seus postos de trabalho».

Falta de sala

Um julgamento foi adiado nove meses, no 2.º Juízo do Tribunal de Trabalho do Porto, porque a única sala disponível já estava ocupada com outro processo, cujas partes foram convocadas para a mesma hora. O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, ao revelar o adiamento, de 15 de Fevereiro para 23 de Novembro, de um caso que deu entrada no tribunal em Dezembro de 1998, salienta que esta não terá sido a primeira vez em que ali tal sucedeu. Nos tribunais de Trabalho do Porto, diz o sindicato, têm ocorrido «algumas cíclicas reestruturações», as quais «têm tido como consequência aumentar a morosidade». Como «quem recorre aos tribunais de Trabalho são os trabalhadores, para a reclamação de direitos desrespeitados ou contestados», «a morosidade e o mau funcionamento da Justiça só os prejudicam, beneficiando as empresas, que são a parte economicamente mais forte».

Alugadora

Por não pagar aos trabalhadores, a empresa de aluguer de mão-de-obra Symont viu o tribunal determinar que as suas instalações fossem arrombadas e os seus bens removidos, informou a União dos Sindicatos do Porto, congratulando-se com a decisão judicial e reafirmando que «tudo fará» para que «sejam erradicadas do mundo do trabalho» empresas e situações deste tipo, em que os direitos fundamentais dos trabalhadores são sacrificados ao «lucro fácil assente na exploração desenfreada».

6.º Congresso da União dos Sindicatos de Setúbal realiza-se dia 10 de Março no Seixal

Sindicalizar e rejuvenescer

Nos últimos três anos inverteu-se a tendência de diminuição e há mesmo crescimento do número de trabalhadores sindicalizados, sobretudo jovens.

Está em discussão, entre os trabalhadores e nas estruturas do movimento sindical unitário, o projecto de Programa de Acção do 6.º Congresso da União dos Sindicatos de Setúbal, que tem lugar no próximo dia 10, sexta-feira, no Forum Municipal do Seixal, sob o lema «Mais emprego com direitos, melhores salários, um distrito em desenvolvimento».

Na reunião magna dos sindicatos de Setúbal vão ser analisadas a situação social e laboral do distrito e a actividade da USS/CGTP desde o anterior congresso, em Março de 1997. Os delegados vão ainda debater e aprovar o Programa de Acção para os próximos 4 anos e eleger os

dirigentes para o mandato até 2004.

Reconhecendo as dificuldades levantadas à sindicalização e à livre actividade sindical na generalidade das empresas, sobretudo devido à política neoliberal, que provoca o encerramento e desmantelamento de muitas empresas, e ao elevado índice de precariedade de emprego, a União propõe-se prosseguir o esforço para aumentar o número de sócios dos sindicatos, apontando a sindicalização como «a acção de base para toda a organização».

Tarefas prioritárias

Com as campanhas realizadas, os sindicatos conseguiram «estancar a quebra do número de sindicalizados que se vinha verificando até há cerca de três anos e inverter a tendência, com um notório crescimento da sindicalização de jovens trabalhadores». O projecto de Programa de Acção (cujo texto pode ser consultado na Internet, em www.ussetubal.pt) salienta que «existe um vasto campo para a sindicalização e «é necessário mais do que nunca continuar a considerar esse trabalho como tarefa prioritária, diária, regular e permanente».

No congresso deverá ser definida a meta distrital de sindicalização, no âmbito da

campanha nacional da CGTP, de mais 50 mil trabalhadores inscritos, por ano, até 2004.

«Uma das tarefas prioritárias a ser levada a cabo pelos sindicatos no distrito», durante o mandato que se vai iniciar, será o rejuvenescimento da estrutura sindical. Este, «decorrendo fundamentalmente do trabalho de sindicalização, é uma tarefa essencial para o desenvolvimento da acção sindical e para a manutenção dos princípios do movimento sindical unitário, na defesa dos interesses dos trabalhadores», sublinha-se no projecto em discussão, acrescentando que, após a inscrição dos jovens no sindicato, o rejuvenescimento da organização prossegue na sua responsabilização, «como aliás, tem vindo a acontecer mais acentuadamente nas últimas eleições sindicais».

Os jovens são chamados a participar com mais responsabilidade

Segurança Social liquida têxteis

Norporte

As operárias da Norporte vão deslocar-se ao Ministério do Trabalho, no dia 8 de Março, para exigir que o Governo, como prometido,

se empenhe na viabilização da fábrica de confecções de Alhos Vedros, cuja situação se degradou depois da multinacional Helly Hansen a ter vendido, até ao encerramento, em Junho passado.

A decisão sobre novas formas de luta foi tomada anteriormente, num plenário em que, segundo a Lusa, participaram cerca de 250 dos 400 trabalhadores da Norporte.



Na Norporte houve intervenção oficial, mas da GNR contra os trabalhadores e a população (foto de arquivo)

A Petrogal antecipou-se

Estava marcada greve, na refinaria de Sines da Petrogal, para o período de 1 a 6 de Março, mas a administração decidiu antecipar a paragem da refinaria, que estava prevista para o final do mês, «com o claro objectivo de diminuir a eficácia da greve», denunciou o Sinqüifa/CGTP. Os trabalhadores, reunidos sexta-feira em plenário, aprovaram a suspensão da luta, mas mandataram o sindicato para «oportunamente» convocar nova paralisação. Com esta decisão, quiseram «demonstrar à administração que nenhuma manobra, artimanha ou artificio os fará demover dos seus justos e legítimos objectivos», salienta o Sinqüifa, notando que «a repentina alteração do plano de paragem da refina-

ria acarreta para a empresa elevados custos».

Aveiras

A «esmagadora maioria» dos cerca de 200 trabalhadores do Parque de Combustíveis de Aveiras, está com vínculo precário e apenas dez por cento deles estão integrados na CLC, a empresa que gere as instalações, sendo os restantes subcontratados (130 são da Eduardo Salvador, que não aplica qualquer contratação colectiva) – situação que o Sinqüifa considera inadmissível e pela qual responsabiliza a Petrogal (tem 65 por cento das acções da CLC), a Inspeção do Trabalho e o Governo.

Rover

Até dia 17, estão em greve os cerca de duzentos trabalhadores da AM Almeida e da JOL, empresas concessionárias das marcas Rover, MG e Land Rover para o concelho de Lisboa, informou o Sindicato dos Metalúrgicos do distrito. A paralisação, de duas horas diárias, é uma forma de luta contra a discriminação salarial e por aumentos salariais justos, aplicados no vencimento-base.

Metalsines

Depois de passarem uma semana recusando prestar trabalho suplementar, os trabalhadores da Metalsines fizeram ontem greve e deslocaram-se a Lisboa, para exigirem do presidente da ex-Sorefame a manutenção da empresa no grupo ADTranz e aumentos salariais de 4500 escudos, no mínimo. A deslocação incluía ainda o Ministério da Economia, para reclamar de Pina Moura medidas concretas de defesa da empresa e dos postos de trabalho, bem como resposta às preocupações apresentadas pela Comissão de Trabalhadores, no dia 12 de Janeiro – de acordo com uma moção aprovada em plenário na semana passada.

EDP

Dois dias de greve foram convocados pela FSTIEP/CGTP para vários serviços de distribuição do Grupo EDP, reclamando «respostas efectivas às reivindicações de enquadramento profissional». A paralisação, nos dias 28 e 29 de Fevereiro, abrangeu despachos de empresa e consumidores, centros de condução, piquetes de avarias, brigadas de manutenção e outros serviços da EDP Distribuição, da LTE, SLE, Cenel e EN, e contou com adesões de cem por cento na Amadora, Laranjeiro, Moita, Montijo, Sintra e Vila Real, entre outros, referiu ao «Avante!» o coordenador da federação.

PT

A intenção da administração da Portugal Telecom de encerrar os infantários levou as organizações representativas dos trabalhadores a convocarem um plenário de trabalhadores, em Lisboa, para analisar as medidas a tomar. As ORTs da PT apelaram à participação dos que hoje têm filhos e netos no infantário da empresa, mas também de todos aqueles que possam vir a necessitar de ali colocar descendentes.



Desemprego, precariedade e baixos salários continuam a atingir as mulheres europeias

Mulheres discriminadas no trabalho Mais direitos iguais

Os deputados da Esquerda Unitária Europeia do Parlamento Europeu vão estar em Portugal na próxima semana para debater as questões do emprego na União.

As jornadas de estudo promovidas pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (EUE/EVN) do Parlamento Europeu, do qual fazem parte os deputados do PCP, propõem-se discutir dois temas fundamentais para a problemática do emprego. São eles «As Mulheres e o Emprego», sessão marcada para 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e o «Emprego de Qualidade e com Direitos».

Entre outros aspectos, serão analisados a igualdade

profissional entre homens e mulheres no acesso ao emprego, nos salários e na promoção profissional; o combate à precariedade e às discriminações e a luta pela diminuição dos horários laborais, bem como a defesa do trabalho como direito fundamental de homens e mulheres.

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, intervirá na abertura das jornadas em que participam organizações portuguesas de mulheres, representantes de trabalhadores, organizações sindicais e algu-

mas personalidades e peritos nos temas em discussão.

O programa dos deputados do Grupo EUE/EVN inclui um encontro com o Presidente da República, Jorge Sampaio, assim como outras sessões, visitas e iniciativas várias de contacto com a realidade dos problemas do emprego no nosso país.

A oportunidade destas jornadas, que decorrem de 7 a 9 de Março no Hotel Meridien, explica-se pela realização do Conselho Europeu Extraordinário subordinado ao tema «Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social – para uma Europa de inovação e do conhecimento», que decorrerá no final de Março no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia.

Luxemburgo discrimina cidadãos comunitários

A Comissão Europeia deu razão à eurodeputada Ilda Figueiredo que acusou o Luxemburgo de discriminar cidadãos de outros estados-membros na obtenção do rendimento mínimo garantido. Numa pergunta escrita, a deputada refere que apesar da nova lei de 29 de Abril de 1999, o Grão-Ducado não anulou a exigência de um período mínimo de residência de cinco anos no país para a obtenção daquele direito.

Ilda Figueiredo considera que esta disposição coloca os cidadãos luxemburgueses em situação de vantagem sobre os de outros estados membros, facto que viola as nor-

mas comunitárias relativas à livre circulação de trabalhadores e mesmo o Tratado CE que define o direito à igualdade de tratamento.

Em resposta, a comissária Anna Diamantopoulou reconhece que as referidas disposições são incompatíveis com a legislação comunitária, posição que de resto já está expressa num parecer da Comissão emitido em Dezembro do ano passado.

Estrangeiros sem acesso

Numa outra pergunta, Ilda Figueiredo afirma que aquele país continua a limitar o

acesso à função pública a imigrantes provenientes de estados membros, matéria que, recorda, motivou um processo por infracção contra o Luxemburgo em Março de 1999.

Contudo, informa a mesma comissária, o processo foi arquivado após a adopção pelo país de uma lei que declara inaplicável a condição de nacionalidade a cidadãos comunitários candidatos a empregos nos sectores da investigação, ensino, saúde, transportes terrestres, correios e telecomunicações, bem como distribuição de água, gás e electricidade.

Quanto aos empregos na administração central e local, a Comissão considera que «compete às autoridades nacionais» apreciar cada caso específico «em função das tarefas e das responsabilidades correspondentes a cada emprego específico».

Notando que está actualmente a estudar a situação nos estados-membros no que se refere à função pública fora dos referidos sectores, a Comissão remete para os cidadãos a possibilidade de fazerem «valer o seu direito à livre circulação junto das autoridades nacionais».

As mulheres e a União Europeia

• Ilda Figueiredo

A igualdade de oportunidades entre mulheres e homens constitui parte integrante da política social da União Europeia, assumindo importância decisiva para o êxito económico e a coesão social do futuro. É deste modo que a Comissão Europeia inicia um documento que apresenta a síntese das várias directivas sobre o princípio da igualdade de tratamento, que o Tratado de Amesterdão reforçou, consagrando a igualdade como um dos objectivos da comunidade. Mas, tal como acontece em Portugal, em que a Constituição da República consagra, desde 1976, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, mantém-se um grande fosso entre os princípios legais e as práticas.

O que se passa no mercado de trabalho da União Europeia é um exemplo vivo da persistente desigualdade: o nível de emprego feminino, que é de 51%, está 20 pontos percentuais abaixo do nível de

mulheres ser a componente vital de toda a estratégia.

Mas é, igualmente, essencial que se promova, de forma dinâmica, a efectiva igualdade de oportunidades, que deve estar presente em todas as políticas comunitárias, em aplicação das conclusões da Conferência de Pequim, e que se combatam todas as discriminações, nomeadamente no acesso ao emprego, nas relações laborais, na promoção profissional, nos salários e nas áreas da tomada de decisões e da repartição do trabalho e das responsabilidades no interior das famílias.

Tal como é determinante pôr fim às políticas baseadas na desregulamentação, privatizações, baixos salários e desprotecção social, flexibilização e precarização do trabalho, de que são vítimas principais as mulheres e os jovens. Não basta dizer que o crescimento do emprego, tão vital para o sucesso económico de longo prazo, está cada vez mais dependente do aumento da participação feminina no mercado laboral. É preciso que as políticas macro-económicas da União Europeia incentivem os estados-membros a criar condições que permitam à economia e ao mercado de trabalho beneficiar plenamente da criatividade, talentos e aptidões das mulheres.

Mudar de rumo

Foi a permanência de níveis elevados de desemprego, atingindo mais fortemente as mulheres e os jovens, que

obrigou a Comissão e o Conselho a revelar preocupações, a enunciar estratégias, políticas e medidas para o emprego, designadamente a ideia de um pacto europeu para o emprego.

Mas a manutenção do pacto de estabilidade e o cumprimento dos critérios de convergência nominal subordinaram as políticas de emprego e a coesão económica e social às políticas monetárias e financeiras da UE, com graves consequências sociais. Assim, é fundamental que se mude de rumo nas políticas e nas práticas, e não se continuem a repetir apenas conclusões de anteriores cimeiras europeias como se prepara para fazer a Presidência Portuguesa, em 23 e 24 de Março.

Por isso, destaco as Jornadas de Estudo sobre «Emprego de qualidade e com direitos» a realizar nos próximos dias 7, 8 e 9 de Março, em Lisboa, pelo Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, de que são membros os deputados do PCP no Parlamento Europeu. Aí se irão debater os problemas das mulheres trabalhadoras, com a participação de organizações de mulheres, durante a manhã do dia 8 de Março. E, durante a tarde do dia 8 e a manhã do dia 9, com a participação de dirigentes sindicais e representantes de trabalhadores de diversas empresas, teremos um debate geral sobre as medidas que se impõem para conseguir mais e melhor emprego, de qualidade e com direitos.



emprego masculino, que é de 71%; a taxa de desemprego continua a ser mais elevada entre as mulheres do que entre os homens; são elas que mais engrossam as fileiras dos desempregados de longa duração e a elas são, frequentemente, atribuídos os postos de trabalho menos especializados, mal remunerados e pouco seguros. Daí que os salários médios das mulheres representem apenas 76% da média dos salários dos homens.

Concretizar objectivos

Sendo verdade que a igualdade é essencial para a construção de uma sociedade que valorize a contribuição equitativa de homens e mulheres, e que respeite as necessidades de ambos, é necessário concretizar medidas e práticas que contribuam para promover uma cultura que respeite a dignidade de mulheres e homens, considerando-os em plano de igualdade para a liderança do processo de decisão.

Assim, uma prioridade é a criação de mais de 25 milhões de empregos de qualidade e com direitos para as mulheres, de forma a colmatar a disparidade existente entre os géneros, para que, na sequência das conclusões da Cimeira de Viena, realizada no final de 1998, se concretize o objectivo de «o emprego ser a primeira prioridade da União Europeia» e a igualdade de oportunidades entre homens e

Líder camponês avista-se com Chirac

O dirigente da Confederação Camponesa, José Bové, encontrou-se com o presidente francês, Jacques Chirac, durante a inauguração do Salão de Agricultura, em Paris, no passado domingo. O encontro realizou-se no stand da confederação e durou três horas e meia, tendo o líder camponês aproveitado para oferecer ao chefe de Estado francês o seu livro «O Mundo não é uma Mercadoria», em co-autoria com François Dufour, porta-voz daquela organização. José Bové, um destacado dirigente do movimento antiglobalização, que participou nas manifestações de Seattle, nos Estados Unidos, solicitou a Chirac que aproveite a presidência francesa no segundo semestre deste ano para «orientar a agricultura europeia no sentido de uma agricultura camponesa». Bové classificou este encontro de «histórico», salientando que é a primeira vez que a sua confederação se encontra com o presidente da república francesa.

Ajuda para Moçambique

A Comissão Europeia comprometeu-se a conceder 400 mil contos suplementares em ajuda humanitária às vítimas das intempéries em Moçambique, anunciou o porta-voz do comissário responsável pelas políticas humanitária e de desenvolvimento, Poul Nielson.

«Existe o compromisso, ainda informal, de dar mais dois milhões de euros para além do milhão disponibilizado na última semana», indicou o porta-voz citado pela Lusa. O compromisso será formalizado «dentro dos próximos 15 dias em função dos pedidos de financiamento que apresentarem as entidades que se ocupam da distribuição da ajuda no terreno».

Saída de Haider não convence

Comissão Europeia mantém inalterada a sua posição em relação à Áustria após a demissão de Joerg Haider da direcção do partido de extrema-direita austríaco FPÖ, segundo anunciou um porta-voz do executivo comunitário, Peter Guilford. Joerg Haider criou um efeito de surpresa ao anunciar segunda-feira à noite que abandonava a direcção do FPÖ, legando-a a Susanne Riess-Passer, seu número dois e vice-chanceler do governo de coligação com os conservadores. Haider afirmou que abandonava a direcção do seu partido para não aparecer como um «chanceler-sombra», facto de que era acusado pela oposição de esquerda, embora não tenha excluído a hipótese de, no futuro, se candidatar à chancelaria da Áustria.

Enquanto o Eurocorpo testa forças no Kosovo, os governos tentam convencer as opiniões públicas da necessidade de novas contribuições para a defesa

Força militar em marcha

Os ministros da Defesa da União Europeia reunidos em Sintra traçaram como objectivo principal da União a criação de uma força de intervenção rápida com 60 mil homens até 2003, mobilizável em 60 dias.

Durante a reunião informal realizada na segunda-feira, os Quinze acordaram as linhas gerais do controlo de crises regionais e humanitárias no eixo euro-atlântico, que passam pela criação de uma força militar que poderá actuar em missões de paz, ajuda e resgate, e como uma força de intervenção rápida, gozando se necessário do apoio político e logístico dos estados.

Esta força deverá estar capacitada para permanecer pelo menos um ano nos teatros de crise e terá carácter rotativo, envolvendo um total de 200 mil efectivos. Caberá aos países-membros da UE decidirem quantos soldados e que meios podem disponibilizar, de acordo com as metas a atingir, prevenindo-se que ainda este ano se realize a primeira conferência sobre as contribuições, já que sobre esta matéria não foi possível chegar a consenso.

A este propósito, o ministro português da Defesa, Castro Caldas, vincou a necessidade de convencer as opiniões públicas e parlamentos do imperativo de reforçarem os respectivos orçamentos de defesa, numa percentagem até 0,8 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Sobre a mesa ficou a possibilidade de

parcerias entre países para prestarem a sua contribuição, com base em critérios de con-

diplomáticas e passando pelos embargos ao comércio externo, a força militar entrará no terreno para interposição, visando resolver o conflito e precipitar negociações.

As áreas operacionais são prioritariamente dentro e em redor da Europa, embora os membros da UE ponderem a

Segurança (CPS) que dará a orientação política em matéria de segurança, contando ambos com uma equipa de peritos militares em estratégia com sede em Bruxelas.

O exército europeu exigirá um aumento das contribuições na ordem dos 8% do PIB

teste à capacidade europeia» no domínio militar, assinalou o ministro Castro Caldas. Para o Kosovo partirá em breve uma primeira «guarda-avançada» do «eurocorpo» com



A primeira guarda-avançada do Eurocorpo parte para o Kosovo em Abril

vergência - semelhantes aos seguidos na adesão ao Euro.

Vista como parte de um leque de sanções que a UE pode adoptar contra um terceiro país, começando pelas

necessidade de terem reservas para operações de envergadura mundial, ou de menor escala.

A força europeia poderá contar com meios logísticos da Aliança Atlântica, mas sem se substituir à organização, que continuará a garantir a segurança colectiva da Europa.

Para a tomada das decisões políticas entrarão em funções um Comité Militar (CM), formado por responsáveis europeus de Defesa com a responsabilidade do planeamento; um Comité Político e de

O teste é no Kosovo

Como fez questão de salientar o Alto Representante da UE para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), Javier Solana, a UE «não está a jogar só no papel» e que a próxima rotação de forças no Kosovo (com o envio de militares do Eurocorpo) permite constatar que os europeus pretendem concretizar «no terreno» as convergências políticas no seio da União. Essa rotação de forças «será um

80 homens, aos que se reunirão, progressivamente, mais três centenas de militares.

Entretanto ficaram agendadas diversas reuniões para prosseguir e aprofundar os trabalhos do encontro de Sintra. A 20 de Março reúne-se o Conselho de Assuntos Gerais com a participação dos ministros da Defesa, e para o segundo semestre deste ano ficou acordada a realização de uma nova reunião informal de ministros da Defesa da União, disse Javier Solana.

Acordo UE/Marrocos liberaliza comércio

O acordo de associação entre a União Europeia e Marrocos, que ontem entrou em vigor após mais de quatro anos de negociações, prevê além do estabelecimento progressivo de uma zona de comércio livre, conforme às disposições da Organização Mundial do Comércio (OMC), o diálogo político regular e o reforço da cooperação económica, social, cultural e financeira.

Celebrado por um período indefinido, substitui o Acordo de Cooperação de 1976 e protocolos de adaptação subsequentes. Marrocos e a UE assinaram também um Acordo de Cooperação na área das Pescas, que vigorou entre Novembro de 1995 e Novembro do ano passado e que Rabat se recusou a renegociar alegando a necessidade de preservação das espécies. As autoridades marroquinas admitem negociar um novo acordo, mas até ao momento não foi retomado formalmente o diá-

logo político com a UE nesse sentido.

A partir de agora, os produtos industriais originários de Marrocos serão admitidos na UE sem direitos aduaneiros nem tarifas equivalentes e sem restrições quantitativas, enquanto em relação aos produtos agrícolas, as duas partes aplicarão de forma gradual uma maior liberalização das trocas e trabalharão no sentido da diversificação da produção agrícola marroquina.

Além da cooperação social e cultural, cujo domínio abarca, entre outras, questões relativas às condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores em situação laboral legal e problemas relativos à imigração clandestina, Bruxelas e Rabat acordaram na cooperação financeira com vista à modernização da economia, à promoção do investimento estrangeiro e das actividades geradoras de emprego em Marrocos.

Angola contesta Parlamento Europeu

O Governo angolano reagiu com «desagrado» à resolução do Parlamento Europeu e «desmente categoricamente que se encontrem encarcerados desde há um ano 20 jornalistas». A declaração refere que «no ano passado foram de facto inquiridos alguns jornalistas, mas apenas um esteve detido por razões profissionais por um período de cerca de dois meses. Neste momento não existe qualquer jornalista preso».

Por outro lado, as autoridades angolanas consideram que «a existência de processos-crime contra jornalistas, por abuso de liberdade de imprensa, não pode ser tomada como prova de ausência de liberdade» e sublinha que até ao momento «apenas um jornalista foi levado a tribunal, num processo absolutamente transparente, regular e imparcial, de acordo com as leis vigentes na República de Angola».

O comunicado com data de 18 de Fevereiro afirma que «o governo de Angola não subscreveu nem nunca proferiu ameaças contra a integridade física de qualquer jornalista, mesmo em relação àqueles que no exercício das suas funções atentaram contra a lei e a dignidade do Estado e dos dirigentes angolanos».

Numa referência explícita a Mário Soares, o governo angolano alude às suas «ligações políticas, ideológicas e de outras natureza com o criminoso de guerra Jonas Savimbi» e lamenta que tais personalidades «possam gozar ainda de credibilidade para conseguirem influenciar uma decisão tão grave e infundamentada do Parlamento Europeu».

Por último, o texto reitera a intenção das autoridades angolanas de «manter um regime em que serão respeitados todas as garantias, liberdades e direitos dos cidadãos, de acordo com a Lei Constitucional».

Separatistas querem alargar território do Kosovo

Albaneses ao ataque

A tensão que se vive no Kosovo está a aumentar com novas aventuras separatistas e começa a preocupar os responsáveis da NATO.

Os movimentos separatistas albaneses que com o apoio das forças da NATO procuram consagrar a separação da província do Kosovo da Sérvia, estão a levar a cabo um plano

Sérvia como «aventureirismo romântico».

Os planos dos separatistas não têm no entanto nada de romântico. Segundo testemunhos de funcionários ociden-

se estejam a formar «unidades de autodefesa» albanesas. O mês passado, alguns membros destas unidades chegaram ao ponto de se apresentarem armados e de uniforme no funeral de um albanês morto em confrontos com a polícia. Nos uniformes ostentavam os dizeres: «Exército de Libertação de Presevo, Bujanovac e Medveda».

Estão a ser transferidas armas para Presevo, Bujanovac e Medveda

De referir que a ligação daquelas localidades ao Kosovo aumentaria em 1240 quilómetros quadrados a área da província, ou seja, um aumento de 10 por cento do território.

Entretanto, em Mitrovica, milhares de sérvios desfilaram pacificamente no domingo exigindo o respeito pelas suas vidas e o direito a viverem num Kosovo multiétnico. Os manifestantes quiseram mostrar ao mundo a sua «determinação de permanecer e sobreviver no Kosovo», nas palavras do dirigente do Conselho, porque «o Kosovo sem sérvios não é o Kosovo».

Nos cartazes que ostentavam, os manifestantes não pouparam críticas às forças da NATO e à comunidade internacional, acusando-as de apenas se interessarem por «uma parte desta guerra».

Apesar de todas as evidências da crescente actividade dos separatistas albaneses, as forças da NATO continuam a acusar Belgrado e a ameaçar os dirigentes sérvios. «A NATO recia que a tensão na região leve a uma nova tentativa dos sérvios de Milosevic de entrar à força na província, porque isso poderia levar a uma nova intervenção ocidental», dizem responsáveis da Aliança.

Camionistas em luta

A subida no preço do gasóleo está a provocar a ira dos camionistas norte-americanos, que na semana passada promoveram várias manifestações exigindo a intervenção do governo para pôr cobro à subida dos combustíveis. Em Washington, uma caravana de mais de uma centena de veículos provocou o caos junto ao Capitólio no dia 22, com os manifestantes a clamarem pela intervenção dos congressistas na fixação dos preços. Segundo a Associação Americana de Camionistas (ATA), em algumas zonas do país os preços do gasóleo subiram cerca de 55 por cento nas últimas seis semanas.

Mediação na Boeing

O governo norte-americano nomeou um mediador, Richard Barnes, para o conflito na Boeing, onde há mais de duas semanas milhares de trabalhadores estão em greve. Segundo um porta-voz da empresa, o mediador deve reunir-se esta semana com representantes da empresa e dirigentes sindicais, numa tentativa para reatar as negociações. A greve, a segunda nos 50 anos de vida do sindicato do sector, Sociedade de Empregados de Engenharia Aeroespacial (SPEEA), conta com a adesão em massa dos quadros qualificados da empresa, que não aceitam as pretensões da companhia de, entre outras coisas, condicionar os aumentos salariais, reduzir os seguros de vida e proceder a cortes no âmbito da assistência médica.

Pobreza na Argentina

Mais de 7,4 milhões de argentinos, ou seja, 20 por cento da população do país, vive apenas com 65 dólares por mês, revelou há dias um estudo publicado no jornal La Nación. Os dados revelam ainda que o aumento da pobreza anda a par com o agravamento das desigualdades entre ricos e pobres. Enquanto nos últimos 28 anos os 10 por cento da população mais carenciada viu os seus rendimentos reduzidos em 54,8 por cento, os 10 por cento mais ricos aumentaram os respectivos proventos em 58,9 por cento. O estudo, elaborado pela empresa Equis com base em dados oficiais, refere ainda que o rendimento médio anual dos 20 por cento mais pobres não vai além de 781 dólares, valor que coloca a Argentina atrás de países como o Peru ou o Chile, onde o rendimento de



«O Kosovo sem os sérvios não é o Kosovo», reclamam os que defendem a identidade multiétnica da Jugoslávia

Protestos em Nova Iorque

A absolvição dos quatro polícias norte-americanos que, em 4 de Fevereiro de 1999, dispararam 41 tiros contra Amadu Diallo, um imigrante guineense de 22 anos, junto à porta da sua casa no Bronx, trouxe de novo às ruas de Nova Iorque os protestos contra a discriminação racial de que é vítima grande parte da população dos EUA.

O protesto pacífico das cerca de três mil pessoas que na noite de sábado desfilaram pela Quinta Avenida exigindo «Justiça para Amadu» acabaram em confrontos quando as forças da ordem impediram os manifestantes de avançar para o centro de Manhattan. Cerca de 90 pessoas foram presas.

Mais calma foi a manifestação em frente da sede da ONU, onde 2000 pessoas fizeram igualmente ouvir os seus protestos.

Os quatro polícias (todos brancos), foram ilibados sexta-feira por um júri público, em Albany, composto por doze jurados (sete homens brancos, uma mulher branca, e quatro mulheres negras). O júri considerou que os polícias agiram em legítima defesa quando dispararam 41 tiros sobre Diallo, suspeito de transportar uma arma. Na verdade, o jovem guineense, ao ser interpelado pela polícia, levou a mão ao bolso para tirar uma carteira com a sua identificação, e não transportava qualquer arma.

Equívocos

A brutalidade da reacção policial não impressionou os jurados, que no entanto se mostraram sensíveis às alegações dos polícias e respectivos advogados. Segundo estes, «tratou-se de um terrível equívoco», e justificaram os 41 disparos dizendo que pensaram que o suspeito se preparava para abrir fogo.

A família de Amadu Diallo e os seus advogados anunciaram ir agora recorrer à justiça federal para tentar obter a condenação dos quatro polícias por violação dos direitos cívicos do jovem assassinado, mas entretanto o caso voltou a fazer subir a tensão social, cimentando a convicção de que «nunca, nem durante um século, um chui será preso [nos EUA] por matar um negro», como afirmou para as câmaras de televisão um manifestante.

No mesmo dia em que foram absolvidos os quatro polícias, o Departamento de Estado norte-americano divulgou o seu relatório anual sobre os direitos humanos no mundo, particularmente crítico para a China. As autoridades de Pequim reagiram acusando o governo dos EUA de não prestar atenção «à suas próprias violações dos direitos humanos», mas de interferir «sempre nos assuntos internos dos outros países».

para promover a «independência» de mais uma franja do território sérvio. Nos últimos meses, as movimentações de albaneses nas povoações sérvias de Presevo, Bujanovac e Medveda intensificaram-se a tal ponto que os próprios responsáveis da NATO se dizem preocupados.

O general Wesley Clark, comandante das forças da Aliança Atlântica, viajou para Tirana a semana passada, alegadamente para convencer as autoridades da Albânia a não colaborarem nas provocações separatistas no sul da Sérvia. Segundo declarações de Arben Xhaferri, dirigente albanês da Macedónia, Clark classificou a ideia de uma nova ruptura na

tais e da própria população de origem albanesa, nos últimos tempos tem-se verificado a transferência de importantes quantidades de armas de contrabando do Kosovo para Presevo, Bujanovac e Medveda, ao mesmo tempo que crescem as provocações. Aparentemente, o objectivo é forçar a polícia jugoslava e as forças sérvias a actuarem, desencadear os confrontos e levar depois as forças ocidentais, mais uma vez, a intervirem.

Provocações

É sintomático que ao reforço das actividades policiais contra as provocações separatistas

Lei laboral gera polémica na Argentina

A reforma da Lei Laboral, visando a flexibilização do mercado de trabalho, pôs fim ao estado de graça do governo argentino do presidente De la Rúa.

O recente acordo firmado pelo governo de Aliança com o Fundo Monetário Internacional (FMI) é apresentado pelo executivo argentino como uma prova da confiança que merece à comunidade financeira internacional, mas o reverso da medalha é a primeira manifestação de descontentamento dos trabalhadores, que na passada quinta-feira levou à Praça de Maio 20 000 pessoas em protesto contra a reforma da Lei Laboral aprovada pela Câmara dos Deputados. A reforma, que institucionaliza a flexibilização, agrada ao FMI, ao patronato e aos investidores, mas os trabalhadores temem que

venha agravar ainda mais a sua situação numa altura em que o desemprego se situa nos 14 por cento. Os jovens são os principais afectados, com uma taxa de desemprego de 29,6 por cento.

A situação é tanto mais complexa quanto se sabe que o governo alcançou a semana passada um acordo com representantes sindicais (da CGT), patronais e grupos parlamentares, a que foi dado o nome de «Diálogo Social para o Emprego e a Competitividade». Aparentemente, trata-se de um acordo mais frágil do que à primeira vista se poderia supor, não só porque muitos sindicatos o contestam, mas também porque na Câmara dos Deputados os peronistas se recusaram a acatar a disciplina partidária e votaram contra a reforma, ao arripio do acertado entre

De la Rúa e três dos principais governadores provinciais do Partido Justicialista (PJ), designadamente de Buenos Aires, Córdoba e Sante Fé.

Com a polémica instalada no seio do movimento sindical e do principal partido da oposição, a expectativa está agora centrada no Senado, onde a reforma tem de ser ratificada. Para um dos dirigentes sindicais que usou da palavra na Praça de Maio, os trabalhadores estão confiantes de que os senadores «não vão votar esta lei para satisfazer o Fundo Monetário Internacional». Muito pouco seguros quanto ao seu futuro estão os argentinos (75 por cento sentem-se «economicamente inseguros»), temendo ver ainda mais reduzida a percentagem (40 por cento) dos que contam com emprego estável.

idênticos sectores da população é, respectivamente, de 813 dólares e de 1558 dólares.

Confrontos em Jacarta

Centenas de manifestantes exigiram a semana passada em Jacarta o julgamento dos generais implicados nas atrocidades cometidas em Timor-Leste. A manifestação degenerou em confrontos com a polícia, de que resultaram pelo menos uma dezena de feridos, quando alguns manifestantes tentaram subir os portões de um edifício estatal. A comissão independente indonésia que investigou os acontecimentos registados em Timor-Leste após o referendo recomendou o julgamento de seis generais, entre os quais o ex-chefe das Forças Armadas, general Wiranto.

300 mortos na Nigéria

Confrontos entre cristãos e muçulmanos, no norte da Nigéria, provocaram nos últimos pelo menos 300 mortos. Em causa estão as tentativas levadas a cabo para a adopção da lei islâmica, ou sharia, que vigora já nalguns Estados do país. As autoridades impuseram o recolher obrigatório em Kaduna, onde a situação continuava tensa apesar de um acordo de paz assinado entre os dirigentes religiosos das duas comunidades. Neste país com 108 milhões de habitantes, que há menos de um ano se libertou de 15 anos de ditadura militar, vive desde a chegada de Olusegun Obasanjo ao poder num permanente clima de conflitos étnicos que já provocaram a morte de mais de mil pessoas. A batalha pela sharia, que a maioria muçulmana pretende impor, veio agravar a situação.

Samsung investe em Espanha

A empresa sul-coreana Samsung anunciou que vai investir 10 000 milhões de pesetas nas suas instalações em Espanha, até ao ano 2002, o que deverá proporcionar a criação de mil novos postos de trabalho. O investimento visa sobretudo a produção de telemóveis, que deverão ascender a cinco milhões de unidades em 2001 e a 7,5 milhões em 2002. Actualmente, apenas 35 por cento da população espanhola tem telemóvel, uma taxa muito aquém da média europeia (65 por cento).

Militares de nove brigadas do Exército da Colômbia acusados de apoiarem grupos paramilitares

Ligações perigosas

A organização Human Rights Watch (HRW) denuncia em Washington o envolvimento do Exército colombiano na guerra suja que dilacera aquele país latino-americano.

Os laços que prendem: vínculos entre militares e paramilitares na Colômbia, é o título do documento divulgado quinta-feira em Washington pela Human Rights Watch (HRW), em que ao longo de 25 páginas se apresentam «abundantes e detalhadas provas» da existência «contínua» de «estreitos laços» entre o Exército colombiano e os grupos paramilitares que desde há décadas semeiam o terror e a morte no país.

As autoridades militares da Colômbia consideraram o relatório «calunioso» e lesivo da «honra» da instituição, enquanto o governo não esconde o seu receio de que o documento venha a pôr em causa a concessão, por parte dos EUA, da prometida ajuda militar de 1600 milhões de dólares a Bogotá, justamente em apreciação no Congresso norte-americano.

O relatório, enviado à secretária de Estado Madeleine Albright, refere casos concretos e faz acusações particularmente graves. Entre outras coisas, afirma-se expressamente que metade das 18 brigadas do Exército colombiano e alguns dos respectivos oficiais colaboram

estritamente com os chamados grupos de autodefesa (Autodefesas Unidas da Colômbia - AUC), designadamente através do fornecimento de informações, armas, munições, apoio a aéreo e assistência médica. A colaboração com os grupos paramilitares, afirma o documento, é dirigida por Carlos Castaño.

Exército fornece informações, armas, munições e apoio aéreo

Na sua resenha de casos concretos, a HRW aponta a III Brigada, sediada em Cali, dizendo que abriga os mem-

bros do grupo paramilitar «Calima», responsáveis por matanças e exódo massivo de camponeses. «As investigações estabeleceram uma ligação directa da frente Calima com oficiais no activo, na reforma e na reserva da III Brigada», afirma o relatório. A III Brigada faz parte da 3.ª Divisão do Exército Colombiano, que inclui a região onde estão concentradas unidades militares que recebem um forte apoio dos EUA.

Espiral de violência

A IV Brigada, com sede em Medellín, é outro dos casos citados; o documento



A presença dos militares é uma constante no quotidiano da Colômbia

assegura que a matança de El Aro, aldeia de Antioquia arrasada em 1997 onde foram assassinados mais de três dezenas de civis, foi levada a cabo conjuntamente pelo Exército e por paramilitares. «Sobreviventes disseram à HRW que, enquanto os soldados se mantinham num perímetro à volta das casas, cerca de 25 membros das AUC entraram na povoação.»

A XIII Brigada, com sede em Bogotá, aparece igualmente referida, acusada de desenvolver uma campanha de intimidação contra quantos se arriscam a investigar

as ligações existentes entre o Exército, grupos paramilitares e membros de «La Tercera», uma organização criminosa apontada como responsável pelo assassinato do jornalista Jaime Garzón, em 13 de Agosto último, em Bogotá. De referir que também o advogado Jesús Valle, que investigava o massacre de El Aro, foi assassinado, em Fevereiro de 1998.

Face a esta situação, o relatório da HRW defende que toda a ajuda internacional no âmbito da segurança deve ser condicionada à tomada de «medidas concretas por parte do governo

colombiano para eliminar as ligações, a todos os níveis, entre as forças militares e os grupos paramilitares». A espiral de violência na Colômbia parece entretanto imparável. Desde o início do ano registaram-se já 39 massacres, que provocaram um total de 271 vítimas civis, sendo a maioria dos assassinatos cometida pelos grupos paramilitares. A última ocorreu há dias na aldeia de El Salado onde, segundo o responsável da investigação, os «paras» chegaram, embebedaram-se, dançaram e divertiram-se, degolando depois 37 pessoas!

Greve em Espanha contra acidentes de trabalho

Os trabalhadores da construção civil em Espanha paralisaram nos dias 24 e 25 de Fevereiro exigindo medidas contra a elevada taxa de sinistralidade existente no sector. No primeiro dia de greve registaram-se mais dois acidentes mortais (em Valência e Barcelona), numa dramática confirmação das degradadas condições de trabalho existentes.

Segundo as centrais sindicais que convocaram a jornada de luta, Comissões Obreiras e UGT, a adesão à greve rondou os 89 por cento; por seu lado, o patronato afirma que a adesão se ficou entre os 10 e os 20 por cento nas grandes cidades.

Espanha ocupa o primeiro lugar na União Europeia em acidentes de trabalho. De acordo com os responsáveis sindicais, «a elevada precariedade, a falta de formação, o esgotamento provocado pelo aumento das jornadas de trabalho e a subcontratação em cadeia» são factores de risco que contribuem para o elevado número de acidentes num sector que emprega 1 133 000

personas. Só em 1999 morreram 290 trabalhadores, valor que representa 18 por cento do total dos assalariados (em 1993, a percentagem de acidentados foi de 12 por cento).

Sinistralidade aumenta

Um dos aspectos mais preocupantes da situação que se vive na construção civil em Espanha é justamente o agravamento da sinistralidade. Durante o ano passado registou-se um total de 207 673 acidentes na construção, o que representa um aumento de 25,4 por cento em relação a 1998. O número de acidentes mortais registou no mesmo período um aumento de 8,24 por cento.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, no ano transacto foram encerradas pela Inspeção de Trabalho 2034 obras por falta de condições, o que equivale a uma média de encerramento de oito obras por dia de trabalho. De acordo com os dados oficiais, em

1996, ano em que entrou em vigor a Lei da Prevenção de Riscos Laborais, foram encerradas 557 obras, número que praticamente quadruplicou em 1999.

O Ministério do Trabalho reconhece que nos últimos anos o número de acidentes na construção civil aumentou consideravelmente, mas sublinha o facto de a actividade no sector ter igualmente aumentado e de o número de trabalhadores ter crescido cerca de 43,7 por cento entre 1995 e 1999. De acordo com os seus dados, o número de acidentes por cada mil trabalhadores passou de 151 em 1995 para 175 no ano passado. Embora preocupados com o aumento da sinistralidade, os responsáveis espanhóis afirmam que a mortalidade tem vindo progressivamente a diminuir, passando de 31 acidentes mortais por cada mil trabalhadores em 1995 para 24 em 1999, o que na sua opinião «revela a melhoria da eficácia das medidas adoptadas para o controlo dos perigos mais graves».

Morreu Gilberto Vieira



Gilberto Vieira, fundador do Partido Comunista da Colômbia (PCC) e um dos fundadores da Central de Trabalhadores da Colômbia, morreu no passado dia 25 de Fevereiro.

Gilberto Vieira foi um dos mais destacados dirigentes políticos e intelectuais revolucionários da Colômbia do século XX. Como dirigente político e intelectual, Gilberto Vieira foi um exemplo de coerência e de compromisso inquebrantável com os oprimidos e com o ideal comunista.

Entre 1947 e 1991, dirigiu o PCC como Secretário-Geral e conduziu inúmeras batalhas políticas e sociais, impulsionando a unidade operária e popular, o internacionalismo antifascista no período da II Guerra Mundial, a resistência camponesa contra a violência oficial, a luta democrática contra a ditadura militar, a luta parlamentar em defesa dos interesses dos trabalhadores, apoiando a revolução cubana e as lutas anti-imperialistas na América Latina.

Gilberto Vieira apoiou com entusiasmo os processos para uma solução política do conflito armado que continua a devastar o seu país e desempenhou um papel destacado na denúncia da violência e da guerra suja contra a União Patriótica e contra o Partido Comunista.

A sentida homenagem do povo colombiano a Gilberto Vieira, no Capitólio Nacional, sede do Congresso da República, foi um eloquente testemunho do reconhecimento da grandeza da sua vida dedicada à causa comum dos povos. De todo o mundo chegaram à Colômbia mensagens de pesar pela perda deste lutador pela liberdade e a democracia. Também o PCP se juntou a estas manifestações de dor pelo desaparecimento de uma «figura destacada de patriota e revolucionário cuja vida esteve profundamente dedicada à causa libertadora do socialismo e do comunismo».

Para sanear a empresa Unilever despede 25 000 trabalhadores

Até 2004, a multinacional anglo-holandesa Unilever vai encerrar 100 das 300 unidades de produção que possui em todo o mundo e despedir 25 000 trabalhadores. O plano estratégico da empresa, anunciado a semana passada, visa poupar 1500 milhões de dólares.

Os cortes drásticos anunciados pela Unilever - cuja produção abrange vários sectores, entre os quais a alimentação, produtos de higiene e detergentes, com marcas tão conhecidas como Calvin Klein, Dove, Lux, os gelados Frigo ou os congelados Frudesa - vão eliminar 10 por cento dos 246 000 postos de trabalho que a multinacional mantém em 88 países do mundo.

Os mercados europeus e americanos são os principais visados

canos os principais visados pelo plano de reestruturação. Com o encerramento de 100 empresas a Unilever espera poupar cerca de 1500 milhões de dólares nos próximos três anos, melhorando desta forma os resultados alcançados com as vendas no ano passado: 43 650 milhões de dólares, ou seja, menos três por cento do que no ano anterior. Os lucros operativos de 1999 situaram-se em 4584 milhões de dólares, menos seis por cento do que em 1998; o rendimento líquido registou uma queda de 10 por cento em relação ao ano anterior, situando-se em 2952 milhões de dólares.

As bolsas de Londres e de Amsterdão reagiram favoravelmente ao plano apresentado pela Unilever, cujas acções subiram respectivamente 1,3 e 3,5 por cento. Menos entusiástica foi a reacção dos sindicatos. Na Holanda, o maior sindicato do sector, o FNV, disse que o plano era «uma desilusão», embora considerando que «não é radical».

A Unilever propõe-se reduzir de 1600 para cerca de 400 o número de produtos a comercializar, apostando sobretudo nas marcas mais conhecidas. Segundo o director executivo da multinacional, Anthony Burgmans, a redução da oferta «é uma medida necessária para o saneamento da empresa a longo prazo», inserindo-se na «evolução lógica da estratégia que caracterizou a companhia nos anos oitenta».

No mercado nacional a empresa está presente através da Lever Portuguesa, ligada ao grupo Jerónimo Martins



A felicidade no consumo, transmitida pela publicidade, esconde o reverso da medalha no mundo do trabalho

Menos 60 000 postos de trabalho

Privatizações em Espanha

Um estudo divulgado pela central sindical espanhola UGT revela que as privatizações levadas a cabo no país durante o mandato do Partido Popular (PP) já liquidaram 36 498 postos de trabalho, a que há que juntar no futuro próximo a eliminação de mais 24 000 empregos resultante de outras priva-

tizações já programadas.

Segundo o estudo, a Espanha é o terceiro país da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) que maiores lucros obteve com as privatizações efectuadas em 1998, de acordo com os dados comparativos disponíveis, tendo sido ultrapassada apenas pela

Itália e pela França. A venda de empresas públicas ascendeu nesse ano, no conjunto da OCDE, a um total de mais de 11 mil milhões de escudos.

No país vizinho, na legislatura que está prestes a terminar, foram privatizadas 27 empresas e outras nove estão na calha para passar do sector público ao privado. Com as operações já realizadas, o governo do PP arrecadou para o Estado cerca de 4,5 mil milhões de pesetas, e espera arrecadar com as restantes mais 700 000 milhões de pesetas.

De acordo com os dados agora divulgados pela UGT as privatizações que deram lugar a maior número de liquidação de postos de trabalho foram as da Telefonica (22 000), Endesa (7000), Tabacalera (2400), Banco Exterior (2100), Repsol (2000) e Argenteria (998).

Não ao pessimismo

• Miguel Urbano Rodrigues

Um vento de pessimismo fustiga a Europa.

A ideia de que a globalização capitalista de figurino imperial chegou para se eternizar gera sentimentos de desânimo, favorecendo atitudes capituladoras, em busca do mal menor.

Na esquerda muitos quadros esquecem que o mundo é muito mais vasto do que a troika Europa-EUA-Japão e que vivemos num tempo e espaço únicos.

Seattle foi uma advertência sobre os limites da estratégia imperial. Na América Latina, quase de repente, o fracasso das políticas neoliberais faz estalar as fachadas da falsa democracia. O descontentamento explode com violência.

Alguns exemplos expressivos:

1. No Uruguai foi necessário um acordo entre os dois grandes partidos



da burguesia, o Colorado e o blanco - historicamente inimigos - para impedir a conquista da presidência pela Frente Ampla.

2. Na Bolívia, no Peru, no Paraguai a tensão social cresce e as massas urbanas e rurais manifestam de múltiplas maneiras a sua rejeição das políticas de ajuste que aprofundaram o fosso entre as minorias privilegiadas e a esmagadora maioria, que vive abaixo do nível da pobreza.

3. No Brasil o Movimento dos Sem Terra, cada vez mais organizado, emerge como a força de oposição mais poderosa. O Comando Militar da Amazônia, reagindo aos projectos intervencionistas dos EUA, treina em Manaus oficiais e soldados para lutarem, como guerrilheiros, na selva, contra o «invasor potencial», os Estados Unidos.

4. No Equador, a insurreição das comunidades indígenas assumiu tal amplitude que um presidente corrupto, Jamil Mahuad, foi forçado a renunciar. Um contragolpe, concebido em Washington e executado pela hierarquia militar, colocou no Poder um presidente, Gustavo Noboa, tão submisso ao imperialismo como o deposto, mas novas explosões sociais fermentam nos vales da Cordilheira.

5. Na Venezuela, um presidente patriota, Hugo Chavez, desenvolve,

com o apoio maciço do povo, uma política progressista de defesa da soberania nacional. A declaração provocatória do subsecretário de Assuntos Latino-americanos dos EUA, Romero, segundo a qual o país está «desgovernado» e «os gringos são conhecidos por não terem muita paciência», é reveladora da atitude do imperialismo.

6. Na Colômbia, abrem-se a cada semana novas fissuras num sistema de poder apodrecido e desacreditado. O Governo de Andres Pastrana tem consciência da sua incapacidade para derrotar as guerrilhas, sobretudo as FARC-EP, a mais antiga organização guerrilheira da América Latina. As negociações de paz e a desmilitarização de uma área vasta como a Bélgica coincidem com a intensificação da guerra.

A constituição de uma força de elite dotada dos mais modernos

armamentos (dos EUA chegaram 1600 milhões de dólares) e a entrega dos comandos principais do Exército a oficiais de extrema-direita não alteraram a situação. As FARC-EP adquiriram uma aura de invencibilidade, o que reforça em Washington a inquietação. A ideia da intervenção ganha terreno na Casa Branca à medida que o sistema de poder oligárquico apresenta indícios de desagregação.

A intervenção militar

directa norte-americana somente não se concretizou ainda porque o Brasil reagiu negativamente às sugestões do general MacCaffery, quando este visitou o país. A recusa brasileira de colaborar em projectos de intervenção na Colômbia não resultou obviamente de simpatia pelas FARC ou pelo ELN. O distanciamento do governo de Fernando Henrique nasceu do temor das consequências da transformação da Colômbia num gigantesco Kosovo.

A intervenção norte-americana poderia ser a faúlha de um incêndio que abrasaria a América Latina.

A recusa do pessimismo deve nascer da compreensão da própria história. A política não deve ser vista como a arte do possível, como pretende a burguesia. A correlação de forças é, evidentemente, particularmente desfavorável hoje na Europa. Mas ceder à *realpolitik* seria desistir de actuar sobre a realidade, fazer, afinal, a política que os outros querem.

A *realpolitik*, a esquerda, para ser autêntica e coerente, deve opor, como sugere Marta Harnecker, «uma política que sem, deixar de ser realista, sem negar a realidade, vá criando condições para a transformar».

O pessimismo, esse, leva ao oportunismo, à capitulação, à aceitação, mesmo não consciencializada, da política do adversário.

8 de Março
comemorado
em todo
o País

Contra a pobreza e a violência

As comemorações do Dia Internacional da Mulher têm este ano a marca de uma grande iniciativa a nível internacional – a Marcha Mundial de Mulheres Contra a Pobreza e a Violência.

«2000 boas razões para marchar,» é o lema deste movimento contra a pobreza e a violência que, em Portugal, se assume como uma iniciativa unitária para Transformar a vida. Construir a igualdade.

Dia 8 de Março, a Marcha inicia-se por todo o mundo, com diversas acções defi-

nidas pelas organizações aderentes em cada país.

Em Portugal, cerca de 200 personalidades irão participar numa conferência de imprensa em que será lançado o abaixo-assinado dirigido ao secretário-geral das Nações Unidas. Um número simbólico que, em 7 de Outubro, dias antes do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, deverá ascender aos 2000.

Neste momento já são quarenta e duas as organizações que integram a Plataforma Nacional. Um movimento que tenderá a crescer, em torno de exigências comuns - contra a precariedade e a discriminação no mundo do trabalho; contra a pobreza e a exclusão social; contra todas as formas de violência doméstica; contra o aborto clandestino; contra todas as formas de discriminação: pelo direito ao desporto em

igualdade; contra a prostituição e tráfico de seres humanos.

A adesão aos objectivos de luta da Marcha Mundial tem como base a similitude de problemas e prioridades, a denúncia de políticas governamentais que «têm favorecido o neoliberalismo e opções económicas geradoras de desemprego, discriminação, precariedade e exclusão social».

Particularmente significativo é que as mulheres da Europa, apesar de viverem em países dos mais ricos, decidiram manter como prioridade os temas da pobreza e violência, pois também nos seus países a situação da maioria das mulheres não para de se degradar, fruto da desregulamentação económica, do desemprego, precariedade e exclusão social.

Igualmente significativo é que no encontro realizado o mês passado em Genebra, cinco anos volvidos sobre a conferência de Pequim, o principal passo positivo, então destacado, seja o papel desempenhado pelas organizações não-governamentais na sensibilização da opinião pública em prol da igualdade e dos estatutos das mulheres.

Muitas outras iniciativas

Muitas outras iniciativas terão lugar um pouco por todo o país, nalguns casos ligadas também à implementação da Marcha.

No dia 8 de Março, o Movimento Democrático das Mulheres - MDM irá promover diversas formas de comemoração, nomeadamente pela distribuição de

documentos e flores ou realização de jantares-convívio, nalguns casos com animação cultural, nomeadamente na Marinha Grande, Lagos, Baixa da Banheira, Barreiro, Setúbal, Aveiro, Almeida, Guarda.

Em Grândola, e com a colaboração de câmaras municipais, terá lugar um encontro regional. Sob o lema *Alentejo marcha contra pobreza e violência*, será então lançada a Marcha Mundial das Mulheres 2000.

O MDM de Évora vai organizar um concurso de fotografia sobre a pobreza e a violência.

Em Lisboa haverá distribuição de documentos à população, durante a manhã. À tarde, um grande *cordão humano* irá juntar gente do Barreiro a Setúbal.

O movimento sindical está também representado nestas e noutras iniciativas.

A CGTP-IN tem para distribuir 70 mil desdobráveis. Debates e conferências são outra das formas que as comemorações irão assumir, envolvendo temas como *Direitos e igualdade*, em Castelo Branco, *A violência no trabalho*, em Coimbra, *Igualdade de oportunidades, salário digno e emprego*, em Viana do Castelo. A JCP/Porto promove um debate sobre *O papel da mulher na sociedade*.

Em Lisboa, os metalúrgicos vão realizar visitas e distribuir 4000 cravos e postais em 60 empresas.

No Algarve, estão previstas diversas iniciativas em Faro, Silves e Lagos.

Um breve e incompleto apanhado das múltiplas realizações que terão lugar por todo o País.



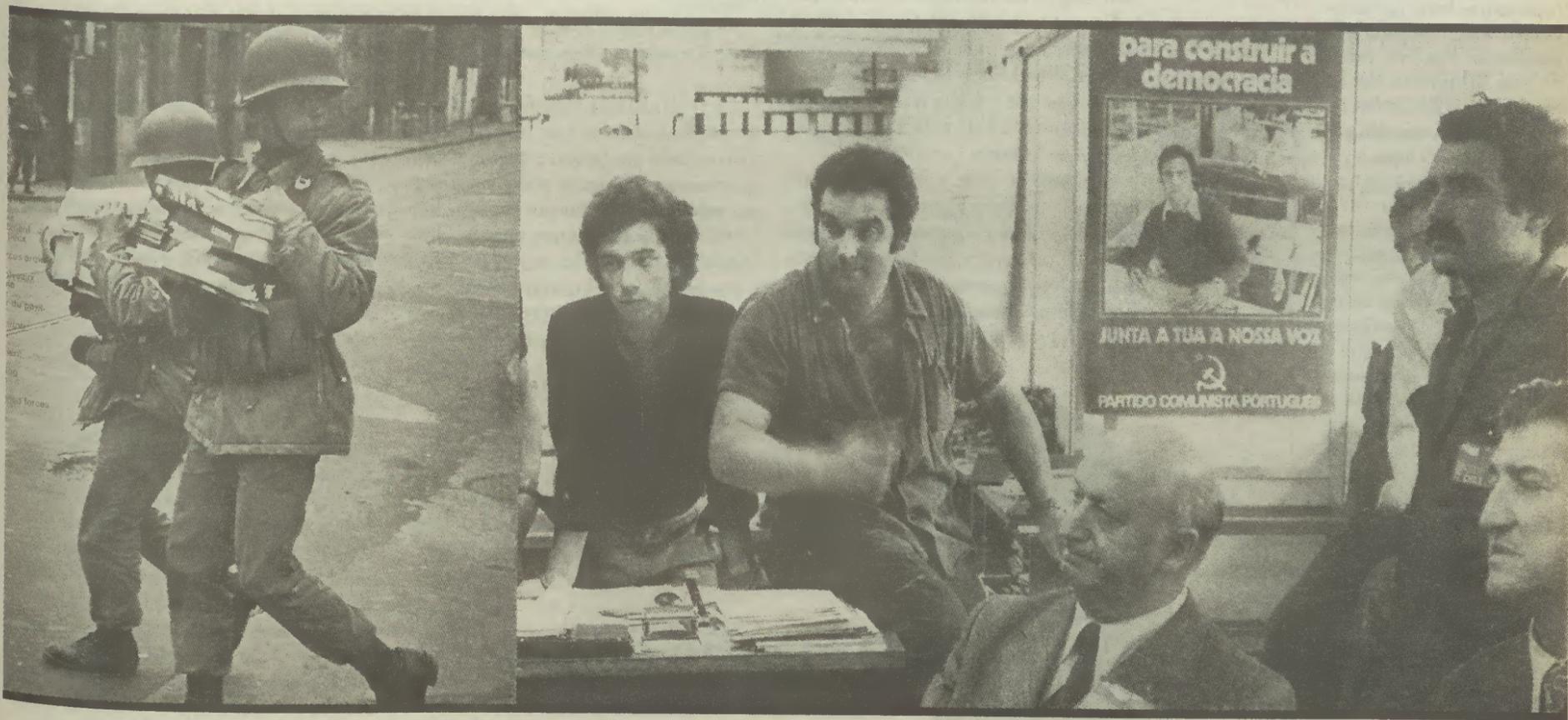
Em Portugal,
a Marcha
tem como
lema
Transformar
a vida.
Construir
a igualdade.



O difícil e belo caminhar de Volodia

• Miguel Urbano Rodrigues

Em Dezembro re-encontrei Volodia Teitelboim em Havana. Vinha do México, da Feira de Guadalajara. A escala foi brevíssima. Chegou para rever amigos, fazer uma conferência na Casa das Américas e apresentar o seu último livro: «Antes del Olvido II - Un hombre de edad media».



Volodia Teitelboim falou sobre a amizade entre os povos e os homens. Tocou temas difíceis com a franqueza e a lucidez de quem, no inverno da vida, faz da exigência de autenticidade, na recusa de máscaras, um pilar do seu ideário humanista.

Eu já lera o livro, enviado de Santiago com o seu abraço fraterno.

«Não sei o que escrever desta vez sobre o que nos contas de ti entre os 20 e os 40 anos» - disse-lhe na conversa que mantivemos.

Ele sorriu e não comentou. Foi tão cheia a vida deste comunista-escritor, como observador e combatente privilegiado, em seis décadas do século XX, que se torna muito difícil qualquer comentário abrangente.

Volodia viveu entre a política e a literatura num conflito permanente que nunca conseguiu resolver completamente porque os dois amores, por absorventes, se prejudicavam mutuamente.

Para um escritor da sua dimensão, que foi secretário-geral de um grande partido comunista, o do Chile, a reflexão sobre momentos e situações da história contemporânea repensados no final do milénio coloca grandes desafios que poucos ousariam enfrentar.

Para dar apenas um exemplo, a sua meditação sobre a URSS é muito polémica. Pessoalmente não me identifico com algumas das suas análises e conclusões. Ele pertence a uma geração de comunistas anterior à minha, com a vantagem de haver estado, em momentos decisivos, no coração das tempestades.

Mas, embora sem coincidir sempre com Volodia, a sua reflexão foi-me útilíssima. Fez nascer a necessidade de estudar autores como o historiador inglês E. H. Carr e o economista e sociólogo fran-

No Chile de Pinochet os livros eram perigosas armas a apreender, e os seus autores alvos a abater. Volodia, político e escritor, correu o mundo em defesa da liberdade (ao centro, na foto da direita, com militantes comunistas)

cês Charles Bethelleim cujas obras são muito importantes para quem pretenda descer mais fundo na compreensão das lutas sociais do período da transição do capitalismo para o socialismo na Rússia revolucionária (1917/23). Não é dessas lutas que se ocupa Volodia, mas elas ajudaram-me a identificar causas remotas da grande tragédia que foi para a humanidade o desmoronamento da União Soviética.

A aventura da vida

Não infira o leitor dessa minha reacção que o segundo tomo de «Antes del Olvido»⁽¹⁾ tem a estrutura de um ensaio político enxertado num livro de memórias. Longe disso.

O grande, o fascinante tema da obra é a aventura maravilhosa da vida de um homem para o qual «a política deveria ser irmã não somente da ética como da estética».

O romancista de «Filho do Salitre» escreve sobre o amor como poucos ficcionistas latino-americanos.

As mulheres que foram parte dele emergem no livro com uma presença tão intensa, transmitem tanto na relação humana que o leitor sente-se quase obrigado a reflectir sobre o amor e a revivê-lo na sua própria experiência pessoal. Depois de ter esboçado perfis encantatórios de mulheres amadas pelos grandes poetas chilenos, de Huidobro a Neruda (e da eterna perseguidora do amor que foi Gabriela Mistral), Volodia fala-nos neste livro das mulheres que ele amou ou que o amaram.

Que pode haver de inovador nessa evocação literária?

Muito. Aquilo que é próprio, irrepetível, na relação entre duas pessoas e faz do amor *como descobrimento e explosão* de sentimentos e sensações, o acontecimento que aproxima o homem e a mulher da última fronteira das suas potencialidades e do infinito possível.

Volodia amou com intensidade incommum; viveu a morte e o renascimento do amor. Em tempos de serenidade e em situações tempestuosas. Em páginas belíssimas, aos 84 anos, consegue, recordando o que foi e sentiu, iluminar como realidades complementares amor e revolução. O capítulo em que evoca a sua passagem pelo Campo de Concentração de Pisagua, no deserto de Atacama, é engrandecido por um episódio intercalado que é um poema em prosa. Somente no dia do adeus, antes de entrar no avião que o devolveria à liberdade, soube que era amado pela jovem telefonista de quem ouvira, tarde após tarde, as estórias antigas da cidade fantasmática cujas ruínas emolduravam o campo de horrores.⁽²⁾

A história do Chile é, do começo ao fim do livro, a estrada que o comunista e o escritor percorrem, vivendo-a, participando. É nessa longa caminhada que a reflexão sobre a fraternidade, o amor, a violência, a irracionalidade, o heroísmo se fundem nos painéis da história contemporânea, não apenas do Chile, mas do vasto mundo de que ele é uma pequena parcela isolada pela Cordilheira e pela imensidão do Pacífico.

Permanentemente, direi dolorosamente aberto ao universal, Volodia atravessou a vida como um combatente. Na frente da política como revolucionário perseguindo a utopia concreta; na frente da criação artística como um escritor insatisfeito. Num dos muitos desvios em que

se afasta do rio da narrativa para se adentrar em meditações sobre a condição humana e reflectir sobre a vida leva o leitor pela mão até Joyce. Passeia com o seu herói pelas ruas de Dublin. Ulisses aparece-lhe a ele, Volodia, como o livro dos livros, «a simbologia mais ambiciosa da literatura moderna». E porquê? «Porque condensa a totalidade da vida, todos os homens, todos os dias num só dia, numa vida, num homem».

Conheço poucos escritores que amem tão profundamente o ofício de escrever. Sofre ainda, agora que dispõe finalmente de tempo, por não haver podido viver a escrita e a mágica criação que a precede tão obsessivamente como ambicionava. Foi tocado como outros pela ambição do livro impossível, quase perfeito, o livro que nunca se escreve. Tem uma atenuante: não teve sequer a oportunidade de ensaiar a tentativa. Mas a frustração não é arrependimento. Sempre viu a «política como fonte de vida, como uma comunicação diária com seres humanos».

Volodia sabe que não se aprende somente lendo livros, que é preciso aprender caminhando, participando das lutas dos outros, dos homens do nosso tempo e de outras terras distantes.

Ele caminhou muito e de maneira exemplar. Este belíssimo tomo II de «Antes del Olvido» é prova disso.

(1) Volodia Teitelboim, «Antes del Olvido II - Un hombre de edad media», Editorial Sudamericana, Agosto de 1999, Santiago, Chile, 515 páginas.

(2) A prisão no campo de concentração de Pisagua inspirou a VT um romance, «La semilla en la arena» que foi editado em Portugal pela Editorial Caminho.

Livros



Canto de Intervenção

Para muita gente, o canto de intervenção é música de Abril e dos anos ali à volta. Vêm de mais longe, porém, as músicas e as letras que fortemente então se ouviram e se partilharam. Este livro, editado pela Biblioteca-Museu República e Resistência, vem, em muitos aspectos, pôr as músicas no seu lugar, recolocar as vozes nos seus timbres próprios, inscrever a intervenção no seu contexto e no seu tempo. Da autoria de Eduardo M. Raposo, este Canto de Intervenção vai de 1960 a 1974 e está escrito em registo histórico, como é natural da parte de um estudioso e de um historiador como o autor se apresenta. Sendo livro de recente história, procura apresentar ao leitor esta digressão a partir das suas raízes mais prováveis – o cante alentejano, por exemplo; o fado operário – e partir daí para uma panorâmica mais geral onde avultam nomes cujas vozes não se calaram ainda e outras que ficaram na memória ou nos registos.



Na Outra Margem da Guerra

De novo e ainda a guerra colonial a motivar literatura, a provar que nem tudo foi dito ou que ainda o não foi a contento de cada artista que se atreve, na senda do romance, a ir mais longe na «picada». Moçambique, onde o romance se desenrola, não é apenas um «pano de fundo» mas o lugar que inspira todos os que nele agem. E de Moçambique percebe bem o autor, Ascêncio de Freitas, que lá viveu mais de trinta anos, depois que, de terras de Aveiro, para África emigrou aos vinte e poucos anos. Não é, pois, de um «visitante» da guerra que se trata, mas de um residente nela, por muitos anos, que leva às páginas do romance *Na Outra Margem da Guerra* essa experiência. Uma edição da Ulmeiro.

Crónicas da Idade Média

• Ruben de Carvalho

A prescrição

É inteiramente possível que um conhecedor de Direito considere ridículo dedicar duas linhas que seja a semelhante assunto. Pode igualmente suceder que alguém convicto da culpabilidade de Leonor Beza no caso das transfusões com sangue contaminado defenda que tudo quanto a ex-ministra de Cavaco Silva possa dizer apenas corresponde a escusas. Mas Leonor Beza disse algumas coisas que convém ter em conta na breve entrevista feita pela SIC no dia da decisão do Tribunal Constitucional.

Conforme se sabe, o Tribunal Constitucional considerou o processo prescrito. Ao que isto poderia representar para ela de benefício respondeu Leonor Beza que era exactamente isso: um «benefício», que não tinha procurado. Ou seja, reclamava o facto de que não pretendia

uma situação de *não-processo* por prescrição, para tanto nada houvera feito, antes tinha querido a realização do julgamento onde entende que provaria a sua inocência.

É evidente que o «processo dos hemofílicos» foi dos casos mais mediáticos dos últimos anos, e exactamente por isso merece ter em conta quanto com ele se relacione.

O que Leonor Beza disse à SIC poderá resumir-se ao seguinte:

(i) O Ministério Público formulou a acusação relativa ao caso oito anos após a ocorrência dos factos, o que, em qualquer circunstância, se pode considerar um período estranhamento prolongado;

(ii) Sucede que o prazo de prescrição legal é de dez anos. Iniciativas da defesa – inteiramente legítimas do ponto de vista jurídico – no sentido de fazerem prescrever a acusação ficam assim com a vida inteiramente facilitada: tem apenas que arrastar questões processuais durante dois anos para que o caso seja arquivado;

(iii) Sucede que, como qualquer jurista esclarece, as elementares e rotineiras operações processuais tendem, no quadro do actual funcionamento dos tribunais, a arrastarem-se por prazos superiores a dois anos;

(iv) Daqui, concluir que qualquer magistrado do Ministério Público tem obrigação de saber que formular uma acusação oito anos depois do eventual cometimento do crime e dois anos antes da sua prescrição acaba a ter largas probabilidades de constituir um contributo para acumular mais um processo prescrito, na prática injustiçado.

Poder-se-á dizer que um magistrado do Ministério Público, demore lá o que demorem as investigações, tem o dever de formular a sua acusação e deixar o processo seguir os trâmites que, a seu ver, o crime requer. Mas é aqui que Leonor Beza veio recordar um aspecto que frequentemente se esquece: é que um julgamento é um juízo feito entre duas partes. Se uma ganha, a outra perde; se assim não é em absoluto, há uma divisão de responsabilidades.

O instituto da prescrição de um crime releva da realidade da vida. O tempo passa, os padrões sociais modificam-se, as situações igualmente, as pessoas também. O Direito contempla essa realidade. É certo que a faz viver lado a lado com princípios mais absolutos, mas, de certa forma, deixa ao juízo social a avaliação das alterações determinadas pelo decorrer do tempo e que a norma intemporal tem dificuldade em considerar. Dez anos depois o criminoso pode ser outra pessoa completamente diferente; a lei admite-o, a sociedade que julgue.

Sucede contudo que a prescrição toca igualmente a defesa e a acusação. Ou seja, prescrito um processo, o réu não teve de provar a sua inocência – mas a acusação não teve igualmente de provar a sua legitimidade. Mas sobre o réu ficará a impender o labéu de o ter sido, enquanto sobre a acusação quedará a diáfana auréola de, pura e simplesmente, ter cumprido o seu dever.

O que Leonor Beza veio dizer com maior ou menor clareza é que fazer acusações com prazos que desde logo fazem prever a prescrição ou, pior ainda, quando é a própria acusação pública a recorrer a dilações processuais que para tanto contribuem, se coloca nas mãos do acusador uma arma política e social terrível: formular uma acusação, apontar alguém como réu e evitar que tal acusação se confirme na barra do tribunal, deixando o acusado amarrado para sempre face à opinião pública a uma incriminação que ficou sem prova e sem julgamento.

Não parece hoje possível ter dúvidas sobre a protagonização política assumida pela justiça, tanto quanto se reconhece a crise que a afecta no seu relacionamento com o comum dos cidadãos. O número de processos prescritos tem vindo a constituir um dos eixos do problema. Valerá a pena aprofundar sobre se o que surge como imprevisto resultado de uma situação indesejada não pode também constituir o recurso a artificios inaceitáveis.

A catadupa de prescrições a que se vem assistindo não introduz apenas a desconfiança na justiça porque muitos crimes ficam impunes; também introduz a desconfiança na justiça porque legitima a dúvida sobre as acusações.

O alemão do jazz

Há precisamente cem anos, a 2 de Março de 1900, nasceu em Dessau um homem que viria a criar das mais apaixonantes e significativas sínteses artísticas do século XX: música clássica na mais rigorosa tradição germânica, jazz americano compreendido como uma essencial forma musical logo nos anos 20, uma intuição cénica e de espectáculo lendária, um empenhamento político de esquerda que determinou toda a sua vida. Kurt Weil nasceu em Dessau e começou por seguir uma carreira tradicional de estudante de música: conservatório de Berlim, aulas com Ferruccio Busoni, início de profissão no teatro de ópera da sua cidade natal. Tendo já composto diversas peças sinfónicas, seria contudo o encontro com Bertolt Brecht nos anos 20 que modificaria a carreira do jovem compositor, dele fazendo uma das peças essenciais da criação do teatro satírico e abertamente político que se integraria no apaixonado movimento cultural de esquerda da Berlim de então e sofreria das mais violentas perseguições do nazismo triunfante na década seguinte. Em 1928, interpretada pela actriz Lotte Lenya, que viria a casar com Weil, Brecht e o compositor levam à cena «A Ópera dos Três Vinténs», uma actualização da peça «Beggar's Opera», do poeta e dramaturgo setecentista inglês John Gay, que, lado a lado com «Ascensão e Queda da Cidade de Mahagonny», apresentada no ano seguinte, constituem tão impiedosas quanto acutilantes críticas da sociedade alemã da época e do capitalismo em geral. Perseguido pela polícia hitleriana, Kurt Weil abandonou o seu país em 1933, acabando por se fixar nos Estados Unidos onde morreria apenas com 50 anos, depois de se ter transformado num dos mais estimados compositores da Broadway e de numerosas das suas composições se terem transformado em alguns dos mais populares temas do jazz contemporâneo, nomeadamente o lendário «Mack, the Knife».

Kurt Weil,
silhueta
desenhada
por
Lotte Reiniger

Gastronomia

• José Labaredas

Pescarias pela liberdade

O povo do Couço, desde sempre amante da liberdade, arreigado às coisas do património e da sua identidade cultural, amigo da Natureza e da justiça social desde antes dos tempos da I República, que estava preparado para receber (e de que maneira ávida!), pois a implantou a nível local em Agosto, três meses antes da sua proclamação à janela da Câmara Municipal de Lisboa, adoptou durante a longa noite fascista várias formas clandestinas de luta, entre as quais assumiu papel relevante na estratégia de combate ao salazarismo, a realização de pescarias na margem do rio Sorraia em que, a par do convívio fraterno, se discutiam as formas de luta a desenvolver no futuro (organização partidária e manifestações e greves de cariz eminentemente político), perfilando-se como um bastião de vanguarda da luta camponesa, sob a bandeira do PCP, cujo ideário fora difundido no fim do século passado aquando da valorização da cortiça a nível industrial por operários corticeiros idos do Barreiro e que a população do Couço logo abraçou exultantemente por conterem os ideais que sempre perseguira.

Chegada a Primavera e o Verão, período de maior intensidade dos trabalhos agrícolas e, conseqüentemente, das lutas camponesas, quando a Pide cerrava cerco mais apertado às iniciativas políticas clandestinas, os camponeses coucenses serviam-se dessa forma sub-reptícia de luta – as pescarias no rio Sorraia – para prosseguir os seus objectivos políticos em busca da manhã gloriosa de Abril que tardava em raiar.

Assim, na véspera do dia aprazado, eram armadas as redes pelos pescadores artesanais que dextramente conheciam os hábitos de pernoita piscícola, junto à margem do Sorraia mais propícia à captura das espécies.

Logo de manhãzinha iam ser recolhidas e, habitualmente, apresentavam-se grávidas de barbos, bogas e fataças, sendo então escolhidos os exemplares suficientes (os barbos maiores para a Sopa de Peixe e algumas fataças para assar à merenda), sendo os restantes restituídos às águas remansosas da ribeira. Presidia à escolha dos exemplares maiores um critério de excelência pois os peixes mais adultos são os mais saborosos e (não menos importante) também porque sendo os clupeídeos, peixes caracterizados por um denso sistema espinhal, a experiência dita que os exemplares adultos são também os detentores de espinhas de maior envergadura e, portanto, as mais facilmente detectáveis pelos convivas.

Um grande lume de chão de paus de sobreiro crepitava, desde manhã, à ilharga do local de amesendação.



À aproximação do meio-dia as cozinheiras já tinham preparados os temperos que compunham a sopa que se adivinhava tentadora pela simples visão das opulentas postas dos peixes amanhados e pela frescura de todos os ingredientes. Era colocada então sobre uma ancha trempe um bojudo tacho já com a sua cebola picada, uns dentes de alho, um bom ramo de salsa, alguma pimenta preta e umas folhas de louro, ingredientes que se deixavam estalar um pouco. Juntavam-se-lhe, em seguida, antes da cebola aloirar em demasia, abundantes tomates bem maduros, limpos de sementes, e generosas tiras de pimentos verdes e vermelhos. Logo nesta fase, os eflúvios que se evolavam do tacho, disseminando-se em volta, faziam fremir as narinas e desinquietar as papilas dos circunstantes, até dos mais circunspectos.

Depois de o tomate e os pimentos terem refogado, as postas dos barbos limpas e amanhadas eram então deitadas no tacho. Ali ficavam um pouco a impregnarem-se do e a impregnarem o refogado, acrescentando-se, por fim, a água suficiente para a cozedura e apuramento do peixe.

À parte, numa ampla frigideira, era feita previamente uma salmoura, vulgarmente designada por *moura*, que não era mais que um refogado bem apurado com azeite, bastante cebola, tomate e colorau que, depois de pronta, havia de ser vertida, ainda ebuliente, sobre o peixe cozido que repousava, à parte, em ampla travessa.

A sopa propriamente dita era depois vertida para grandes malgas indo esquentar as fatias finas de pão caseiro nelas previamente depositadas, sendo acompanhada pelas postas que haviam rechinado na *moura* durante algum tempo.

À merenda, lá saltavam do lume as fataças nédias e loiras, de carne branca e firme que sobre alvas fatias de pão caseiro iam regalar as bocas mais lambareiras. Por fim, todos ajudavam diligentemente a arrumar os utensílios de cozinha, a apagar cuidadosamente o lume e a enterrar no areal os desperdícios do repasto ficando a praia fluvial impecavelmente limpa, a ombrear com a claridade das águas despoluídas da ribeira.

Em fim de tarde de calma, ressarcido o estômago, regado o canteiro da amizade, distribuídas as tarefas políticas, lá partiam todos com a certeza de que, com as acções que se avizinhavam, iriam contribuir para um futuro melhor, com mais justiça social e em liberdade plena.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Crónica de uma noite de insónia

Uma noite parda

É noite. O sono tarda.
Não, não, nenhuma angústia me arrepela.
Insónia, pronto. Então
visto o roupão
abro a janela.
É uma noite parda
e suja. Nem
as estrelas, se as há, vêm.

Que morto velam os clarões
amarelos dos altos lampiões?

A TV mete medo

Ninguém na rua. Os lobos
os assaltos, os roubos
de esticão, de navalha. E os vampiros.
E as agressões. Os tiros.
As donzelas e as senhoras honradas
que podem ser violadas
nha mãe!, tal como as coisas estão
nunca se sabe. Olha, a televisão
é o que diz. O medo abrasa.

Nã. O melhor é não sair de casa.

O terreiro

Ruiu aqui em frente
um prédio. Ao fim e ao cabo
enquanto o diabo
palita um dente
a escavadora meteu ombros
ao trabalho. Os escombros,
um monte formidável.
Foram três dias de ar irrespirável.

Está agora limpo e livre o solo.
Salão tão bom como o dos Alunos de Apolo.

A alegria da noite

Veio primeiro o dinamizador
alegre acordeão.
Juntaram-se do bairro
os homens e as mulheres
os jovens e as crianças
e bailaram, cantaram
namoraram
no imenso terreiro.
Depois foi um conjunto musical
esse mais puxante
mais rock, mais pop, que sei eu!

Abriram-se as janelas para ver
o povo mandar naquilo que é seu.

Antevisão

Tudo imaginação.
Aconchego o roupão.
Arrefeceu.
De repente
a Lua, lá no céu,
é uma sombra doente.

As casas são prisões.
É o televisor o carcereiro
deixem-se estar aí
ai que perigosa a rua
não saiam não, assaltam
matam a gente
ui, que aflição!

Mas o povo saiu da prisão.
Estou a vê-lo na rua, em liberdade.

Tudo imaginação.

Tudo verdade.

Cartoon

• Monginho



Música

Manuel Jorge Veloso

Concertos lendários

É facto inquestionável que a história do jazz sempre foi sendo primordialmente construída, desde os seus primórdios; a partir da capacidade inventiva dos seus mais decisivos criadores - de **Louis Armstrong** a **Ornette Coleman**, passando por **Duke Ellington**, **Charlie Parker**, **Miles Davis**, **Thelonius Monk**, **Charlie Mingus**, **John Coltrane**, **Eric Dolphy** -, isto para apenas referir alguns dos que se distinguiram, pela sua genialidade, de entre uma numerosa pléiade de valorosos instrumentistas e compositores.

Mas o próprio jazz não teria a expressão pública que hoje tem em todo o mundo - nem a representatividade que, por direito próprio, conquistou no âmbito da história da música em geral - se não fosse também a actividade generosa, muitas vezes desinteressada mas incompreendida, de algumas personalidades que foram buscar à força das suas convicções artísticas (mas também cívicas) uma capacidade de luta que lhes permitiu arrostar com todas as dificuldades para promover a música que tanto amaram.



Para não ir mais longe, não pode esquecer-se o papel pioneiro e insubstituível que **Luís Villas-Boas** desempenhou entre nós como motor de arranque na divulgação do jazz, numa actividade multifacetada para a qual o termo «militância» - transparente aos leitores deste nosso «Avante!» - me parece apropriado para explicar o seu esforço inicial e o exemplo que deixou aos seus seguidores.

Entretanto, a génese ligada à época escravagista dos espécimes musicais antepassados do jazz não deixou de se reflectir nos consideráveis obstáculos colocados à afirmação e expansão desta música nos próprios EUA, para tal concorrendo, ainda, o peso de características conservadoras e reaccionárias, específicas da sociedade norte-americana, como o racismo sempre latente.

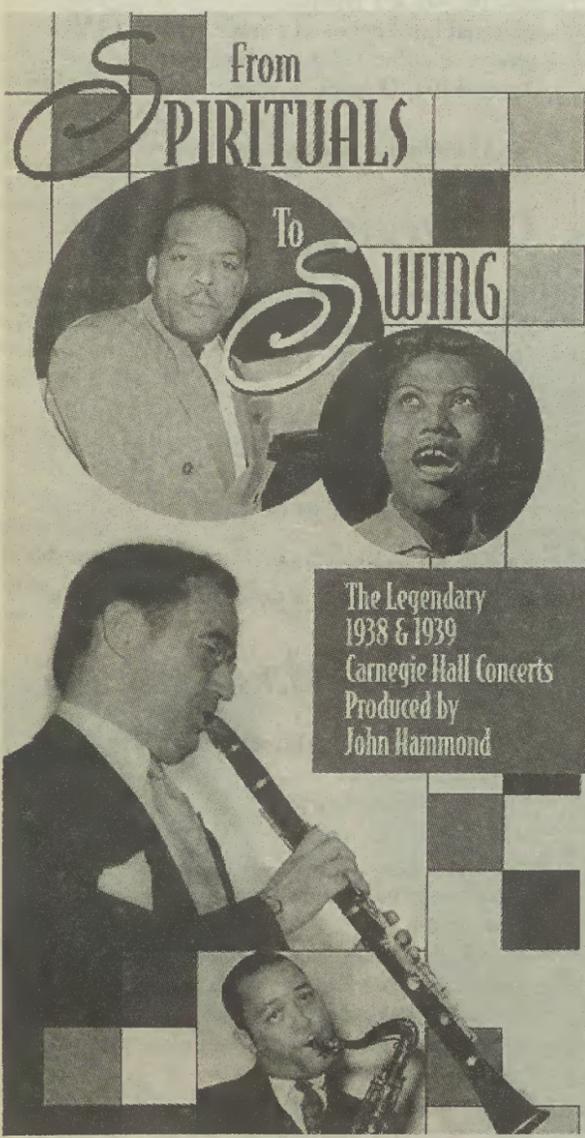
Contra estas barreiras se levantaram com coragem e abnegação personalidades com actividade relevante no campo da crítica e da promoção musical, como é o caso paradigmático de **John Hammond**, um produtor discográfico e de concertos que, animado da sua paixão pelo jazz, foi um dos mais dedicados e corajosos combatentes pela dignidade desta música e pelo reconhecimento cívico e artístico dos seus principais criadores afro-americanos, tendo feito chegar à ribalta nomes tão importantes como **Billie Holiday**, **Teddy Wilson**, **Charlie Christian** ou **Count Basie**, entre tantos outros.

Vem isto a propósito de uma valiosa edição discográfica da **Vanguard** recentemente publicada entre nós e que constitui, pela primeira vez, o repositório integral de dois concertos lendários realizados no famoso **Carnegie Hall** de Nova Iorque em 23 de Dezembro de 38 e 24 de Dezembro de 39.

Sob o título genérico «*Dos Espirituais ao Swing*», essas verdadeiras maratonas musicais foram fruto da carolice militante de **John Hammond** e constituíram, também, das primeiras manifestações artísticas que levaram a um prestigiado templo da música clássica, perante uma audiência «integrada», para além do sexteto de **Benny Goodman**, artistas e criadores negros de grande prestígio e importância no âmbito dos blues, do boogie-woogie, dos espirituais e do próprio jazz como, entre tantos outros, **Big Bill Broonzy**, **Meade Lux Lewis**, **James P. Johnson**, **Sidney Bechet** ou a grande orquestra de **Count Basie**, e que permitiram até encontros musicais raros (hoje preciosidades, preservadas em gravação) como o do guitarrista **Charlie Christian** com o saxofonista **Lester Young**.

Concertos de homenagem a **Bessie Smith**, abandonada à morte um ano antes à porta de um hospital, e cuja realização deparou com inúmeras dificuldades de produção, só ultrapassadas pelo empenhado patrocínio de uma revista cultural, a «*New Masses*» (ver fac-símile do programa original), pertencente ao **Partido Comunista Americano**, e do «*Theater Arts Committee*», uma outra destacada organização cultural marxista.

Para além de uma documentação ensaística e musical valiosíssima, esta caixa de 3 CDs é, ainda, a prova material de que, também nos EUA, em particular naqueles tempos difíceis, igualmente a Cultura se fazia com a esquerda e pela esquerda.



Pontos Cardeais

Congresso I

Usar a expressão «último congresso do PSD» para identificar o conclave laranja realizado no passado fim-de-semana é quase retórico, dado que não tardará muito a vir afoutro. Será, talvez, mais avisado identificá-lo como «o mais recente» congresso do PSD, para não cairmos no risco de ficar desactualizados no próprio dia em que falamos deste acontecimento que, pelas nossas contas, já vai na alucinante média de um congresso por ano, desde que o partido se fundou, nos primórdios da Revolução de Abril. A precaução é obviamente pertinente, dado que não falta muito para se identificar as reuniões magnas do PSD como «congressos semestrais», a que, provavelmente, se seguirão os «trimestrais»...

Congresso II

Algo, entretanto, se mantém constante nas reuniões magnas do PSD: são sempre palco de personagens em busca de um autor, como diria o Pirandelo, com o pormenor de, a cada novo conclave, a coisa ameaçar transformar-se num circo em roda livre. Respigando apenas um exemplo entre muitos, foi elucidativa a performance de Luís Filipe Meneses durante os três dias do congresso, começando por se propor como «mediador» entre as três candidaturas e a mesa que dirigia os trabalhos, numa louvável equidistância das ambi-

ções em jogo, e acabando a tentar fundir duas das candidaturas (a de Santana Lopes e a de Marques Mendes) contra a terceira (nem mais nem menos que a do próprio presidente do partido em exercício, Durão Barroso). Falhou em toda a linha, dado que não conseguiu nem «mediar» o que estava definitivamente extremado, nem dividir o que já estava completamente partido. Como não chegou a recorrer às lágrimas, supõe-se que Luís Filipe Meneses achou suficiente a figura que fez.

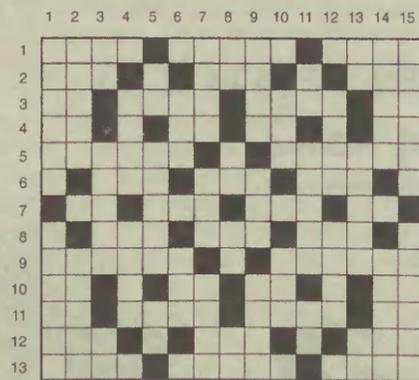
Congresso III

Uma nota final sobre «o mais recente congresso» do PSD, agora assinalando o que houve de comum nas três candidaturas: a permanente invocação da necessidade de o PSD regressar ao poder. Numa obsessão quase compulsiva, os três candidatos a líder vergastavam-se uns aos outros na base do regresso ao poder, acusando invariavelmente os outros pela demora em concretizar esse almejado regresso e, também invariavelmente, prometendo que a sua liderança (caso vencesse...) iria rapidamente reconduzir o PSD aos doces vergéis da governação. Impressionante. Nenhum deles se deu, sequer, ao trabalho de camuflar as ambições pessoais e de grupo com retóricas político-sociais, expondo, quase libidinosamente, a visão que têm do povo e do país: uma imensa teta para ordenhar a todo o custo.

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Poema; a medula das plantas; entidade fantástica dotada de poder sobrenatural. 2 - Ave corredora semelhante à avestruz; composição poética, própria para o canto; estudar. 3 - Cobalto (s.q.); relativo às ovelhas; planta da fam. das algas; Rádio (s.q.). 4 - Alumínio (s.q.); pron. pess. reflexo; suf. de agente; o espaço aéreo. 5 - Colérico; serena. 6 - Remoinho de água (prov.); interj. que imita estrondo de tiro; igualdade (pref.). 7 - Cádmi (s.q.); hora canónica; sétima letra do alfabeto grego; despido. 8 - Ovário de peixe; rim (ant.); via dentro de uma povoação. 9 - Atraiçoara; fatigar. 10 - Àquele; forma arcaica de mim; rio costeiro de França; espécie de escumilha. 11 - Cento e um romanos; estímulo; estradas; preposição. 12 - Acrescentei; estima; fruto da ateira. 13 - Lebre-das-pampas; santola; içar.

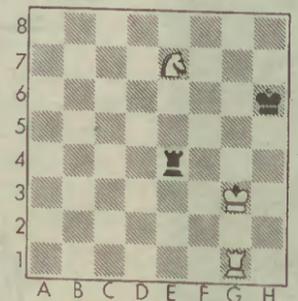
VERTICAIS: 1 - Mensagem; acometem. 2 - Sacrifica matando; triturada com os doentes. 3 - Cânhamo de Manila; mancha; comparecer. 4 - Em forma de ovo; existência. 5 - Mil e cinco romanos; irritar; pêlo de certos animais. 6 - Profundo; patrão. 7 - Frouxo; conjunto de duas pessoas; encolerizar. 8 - Prefixo que designa direcção, movimento, junção, fim; Ruténio (s.q.); satélite de Júpiter; pedra de moinho. 9 - Água no estado sólido; suavidade (fig.); garantia. 10 - Cólera; tumba. 11 - Amerício (s.q.); remara para trás; aparência. 12 - Carta escrita numa só folha (pl.); indivisíveis. 13 - O mais (ant.); pano forte e grosso de algodão (pl.); outra coisa (ant.). 14 - Ofereceram; asa do nariz. 15 - Aves trepadoras; perfumar.



SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Rima; amigo; fada. 2 - Ema; odel; ler. 3 - Co; ovil; lino; Ra. 4 - Al; me; or; ar. 5 - Danado; acalma. 6 - Ola; pum; iso. 7 - Cd; no; et; nu. 8 - Ova; ri; rua. 9 - Tra; ra; can. 10 - Aq; mi; Ag; to. 11 - Cl; alor; via; em. 12 - A; a; ama; ata. 13 - Mar; a; ar. 14 - A; rras; aromar. 15 - A; rras; aromar.
VERTICAIS: 1 - Recado; atacam. 2 - lmo; ia; to; da. 3 - M; nó; da; ir. 4 - Ova; vida. 5 - M; V; danar; la. 6 - lmo; ano. 7 - Mole; part; irar. 8 - Profundo; patrão. 9 - Frouxo; conjunto de duas pessoas; encolerizar. 10 - Aq; mi; Ag; to. 11 - Cl; alor; via; em. 12 - A; a; ama; ata. 13 - Mar; a; ar. 14 - A; rras; aromar. 15 - A; rras; aromar.

Xadrez

DCCLXII - 2 DE MARÇO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000X08
 Por: **Henri Rinck**
 «Basler Nachrichten», 1950
 Pr.: [2]: T64 - Rb6
 Br.: [3]: Cc7 - Tg1 - Rg3

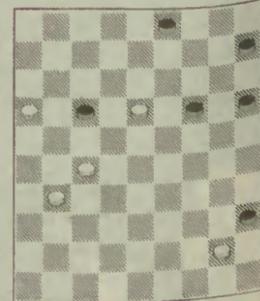


Branças jogam e ganham

 SOLUÇÃO DO N.º 2000X08
 1. Cg3+, Rg5; 2. Rb3+, Rf5; 3. Ch6+, R65; 4. Cg4+, Rf5; 5. Cc3+, Re5; 6. Tg5+, Rf6 (J4); 7. Tf5 (d5)+, R-; 8. R64 #
 A. de M. M.

Damas

DCCLXII - 2 DE MARÇO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000D08
 Por: **Th. van Prooyen**
 [NL.] - 1956
 Pr.: [6]: 3-10-17-19-20-40
 Br.: [6]: 16-18-27-31-35-44



Branças jogam e ganham

 SOLUÇÃO DO N.º 2000D08 [L.D.]
 1. 18-13! (19x8*); 2. 35-30. (40x19=D); 3. 30-25. (49x21); 4. 25x5=D. (21-26); 5. 5-37 +
 A. de M. M.

REUNIÕES DE ORGANIZAÇÃO**AMADORA**

Trabalhadores da CM - Plenário da célula: Quinta-feira, 2, às 17h30, no CT da Amadora.

Reboleira - Plenário da Organização da freguesia: Sábado, 4, às 15h, no Parque Urbano «Armando Romão».

Venda Nova - Assembleia da Organização da Freguesia: Domingo, 5, às 10h, na delegação da A.P.D. da Amadora.

Brandoa - Plenário da Organização da freguesia: Quarta-feira, dia 8, às 21h, no CT da Brandoa.

BARCELOS

Reunião geral de militantes da Organização Concelhia para debater a situação política e a Festa da Alegria. **Convívio comemorativo do aniversário do Partido** no final: sexta-feira, 3, a partir das 21h30 no Centro de Trabalho.

BARREIRO

Plenário concelhio de Quadros: Sexta-feira, 3, às 21h30, no Centro de Trabalho concelhio, com a participação de **Jorge Pires**.

BRAGA

Reunião geral de militantes da Organização concelhia - Preparação da participação da Organização na 5.ª Assembleia da ORBraga e discussão da Festa da Alegria 2000: Sexta-feira, 3, às 21h30, no CT de Braga.

ESPOSENDE

Reunião geral de militantes da Organização Concelhia para debater a situação política e a Festa da Alegria. **Convívio comemorativo do aniversário do Partido**, no final: Sábado, 4, às 21h30 no Centro de Trabalho.

LISBOA

Lumiar - Plenário de militantes da freguesia, preparatória da próxima Assembleia da Organização da Zona: Quinta, 2, às 21h30.

Beato - 5.ª Assembleia da Organização da Freguesia: Sábado, 4, 15h, no Salão da Junta de Freguesia, com discussão e eleição da Comissão de Freguesia e eleição de delegados à 3.ª Assembleia da Cidade de Lisboa. Participação de **Martinho Batista**.

Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus, S. Sebastião da Pedreira - Plenário de militantes das freguesias para discussão do projecto de resolução da IV Assembleia da Zona Norte: Sábado, 4, 15h, no CT Vitória

Olivais - Plenário de militantes da freguesia: Sábado, 4, às 15h, na S.F.U.C.O. (junto à Piscina dos Olivais).

Colina da Graça - Plenário de militantes das freguesias: Sábado, 4, às 15h, no CT da Graça.

Marvila - 5.ª Assembleia da Organização da Freguesia: Sábado, 4, 15h, no CT do PCP do Bairro do Armador (junto ao Parque Infantil), com discussão e eleição da Comissão de Freguesia e eleição de delegados à 3.ª Assembleia da Cidade de Lisboa. Participação de **Alexandre Teixeira**.

Micro e Pequenos Empresários - Plenário distrital sobre a situação política, o OE'2000 e as questões da fiscalidade, associativismo no sector, com a participação de **Agostinho Lopes**: Segunda-feira, dia 13, às 21h, no CT Vitória.

PALMELA

Trabalhadores da CM de Palmela - Assembleia da célula: Quinta, dia 2, às 17h30, no Centro de Trabalho. Participa **Valdemar Santos**.

OEIRAS

Cruz Quebrada/Dafundo - Reunião da Organização da Freguesia, a situação política e social, o XVI Congresso: Sexta-feira, 3, às 21h, no CT de Algés.

SÃO JOÃO DA MADEIRA

Macieira de Sarnes - 1.ª Assembleia da Organização da Freguesia: Sexta-feira, dia 3, às 21h, na escola do 1.º Ciclo.

Albufeira

Almoço-convívio, no domingo, 12 de Março, às 13h.

Aljezur

Almoço no restaurante «A Rosa», no domingo, 12 de Março, às 13h.

Almada

- Charneca de Caparica - almoço no Centro de Trabalho, no dia próximo domingo, 5 de Março, com a participação de Manuela Bernardino

- Costa de Caparica - Almoço no Centro de Trabalho, no domingo, 12 de Março, com a participação de Manuel Valente

- Cova da Piedade - Almoço no Liberdade Futebol Clube (Mutela) no domingo, 12 de Março, com a participação de Carlos Aboim Inglês

- Pragal - Almoço no Centro de Trabalho, no domingo, 12 de Março, com a participação de Augusto Flor

- Trafaria - Almoço no restaurante «Verde Mar», no sábado, 11 de Março, com a participação de Manuel Valente.

Amadora

Almoço na Associação Mãos Unidas, domingo, 5, às 13 horas, promovido pela organização da freguesia da Mina.

Beja

Almoço-convívio em Panóias, no Centro de Trabalho, dia 11 às 13h, com animação musical a partir das 15h.

Benavente

Jantar no restaurante «O Miradouro», em Benavente, na sexta-feira, 10 de Março, às 20h, com a participação de Domingos Abrantes. (Os bilhetes para o jantar - com um custo previsto abaixo dos 2.000\$00 - estão disponíveis nos Centros de Trabalho de Benavente e Samora Correia).

Braga

Lanche ajantarado no Centro de Trabalho: sábado, dia 4, a partir das 18.

Caldas da Rainha

Almoço, no Centro de Trabalho do PCP de Caldas da Rainha, no domingo, 12 de Março, às 13h, com a participação de Aurélio Santos.

Cascais

Convívio concelhio, no Centro de Trabalho de Tires, com «desmancha de porco», no próximo domingo, 5 de Março, às 13h00, com a participação de António Andrez. Preço por pessoa 1.200\$00 (as inscrições poderão ser ainda feitas hoje, para os C.T. de Carcavelos - 214582349; C.T. Tires - 214442253; C.T. Cascais - 214866991; C.T. Parede - 214561122; C.T. Alcabideche - 214692145).

Castro Marim

Almoço-convívio, 19 de Março, às 13h00, no restaurante «A Barragem».

Coruche

Jantar-convívio no restaurante «O Farnel», dia 10 às 20 horas, com a participação de Jerónimo de Sousa.

Famalicão

Convívio na Escola Secundário Camilo Castelo Branco, com torneio de futebol de salão, projecção de vídeo gigante, churrasco: segunda-feira, dia 6, a partir das 16 horas, com a participação de Agostinho Lopes.

Faro

Jantar no Centro de Trabalho do PCP, no sábado, 11 de Março, às 20h.

Lagos

Almoço no domingo, 19 de Março, às 13h00.

Leiria

Jantar no restaurante «A Rosa», Ponte da Pedra, no próximo sábado, 4 de Março, às 20h, com a participação de Francisco Lopes, da Comissão Política.

Lisboa

- Jantar no CT da Graça, sábado, 4, às 20 horas, promovido pela organização da freguesia dos Anjos, com a presença do camarada José Vitoriano.

- Jantar promovido pelo Sector Sindical da ORL, no Centro de Trabalho Vitória, na quinta-feira, 9 de Março, pelas 18h30, com a participação de José Vitoriano.

Marinha Grande

Jantar na Sede da Ordem, no sábado, 11 de Março, às 20h, com a participação de Vicente Merendas.

Monchique

Almoço no Centro de Trabalho, no domingo, 12 de Março, às 13h00.

Odivelas

Almoço no sábado, 11 de Março, às 13h, com a participação de Domingos Abrantes. As inscrições deverão ser feitas no Centro de Trabalho de Odivelas, até ao dia 8 de Março.

Olhão

Almoço no restaurante «El Dovic», no próximo domingo, 5 de Março, às 13h00.

Portimão

Almoço no restaurante «O Castelão», no próximo domingo, 5 de Março, às 13h00.

S. Bartolomeu de Messines

Almoço no Centro de Trabalho, no domingo, 26 de Março, às 13h00.

S. Brás de Alportel

Jantar, na próxima sexta-feira, 4 de Março, às 20h00.

Silves

Almoço na escola C+S, no próximo domingo, 5 de Março, às 13h00.

Tavira

Jantar no sábado, 11 de Março, às 20h.

Valongo

Jantar no restaurante «A Regional de Campo», em Campo, sábado, dia 4, a partir das 20h, com a presença de Vidal Pinto.

Vila Nova de Gaia

Jantar-festa, no Polivalente da Escola Secundária Almeida Garrett (ex-liceu de Gaia), no próximo sábado, 4 de Março, às 19h30, com a participação do deputado Honório Novo.

Vila Real de Santo António

Almoço na escola secundária, no domingo, 12 de Março, às 13 h.

**BEJA**

Sábado, 4, 15h, na Casa da Cultura

COMÍCIO DO PCP

79.º aniversário

Participação e intervenção de

Carlos Carvalhas

Animação musical com

Grupo Coral Alentejano - Grupo «Canto Moço»

ALMOÇO COMEMORATIVO

também com a participação de

Carlos Carvalhas

Sábado, 13h, nos Bombeiros Voluntários

de Beja

(Inscrições nos CT's e pelo tel. 284325126)

SEIXAL

Domingo, 5, 13h, na Quinta Valenciana

(Fernão Ferro)

ALMOÇO COMEMORATIVO

com a participação de **Carlos Carvalhas**

Animação musical

(Inscrições nos CT's e pelo tel. 212216952)

PORTO

CT da Boavista

Dia 3, às 22 horas

GRANDE NOITE DE FADO

com serviço de bar e petiscos

Participação de **Ilda Figueiredo**

(Sectores Profissionais da ORP)

Ser comunista, hoje**DEBATE**

com **José Casanova**

VALE DE SANTARÉM

Sexta-feira, 3, às 21h30, na sala da JF

SOLIDARIEDADE**com o POVO CUBANO****• Debate**

promovido pela Associação de Amizade Portugal-Cuba Núcleo de Setúbal com **ÁLVARO CUNHAL**
Sexta-feira, 13, 21h, Salão Nobre dos Paços do Concelho de Setúbal

• Grande espectáculo de solidariedade

promovido pela Associação de Amizade / LISBOA
Forum Lisboa - 11 de Março, às 21h
(Reservas: Tel. 213857305)

Férias em CUBA

Havana-Viñales-Santiago de Cuba-Cayo Coco-Varadero

8 a 22 de Setembro

Informações e inscrições:

PCP / Freguesia da Penha de França

Camarada Ivone - Tel. 218138119

8 de Março

Jantar comemorativo do Dia Internacional da Mulher

promovido pelo Sector de Empresas de Oeiras:
CT do PCP de Carnaxide, dia 8, às 20h30
com a participação de **Marília Villaverde Cabral**
(Inscrições: Tels. 214115746 - 914772837)

ATVer

Rogério Samora,
intérprete principal
de «Matar Saudades»



«Quatro Casamentos e Um Funeral», de Mike Newell



Matar Saudades

(Quinta, 00.35, RTP 2)

Incluído numa série dedicada ao cinema português contemporâneo que a RTP 2 está a transmitir (tarde e a más horas), *Matar Saudades* foi realizado, em fins dos anos 80, por um dos mais talentosos realizadores do Cinema Novo português, Fernando Lopes. O argumento, uma velha pecha da sétima arte nacional, foi escrito por um dos nossos especialistas mais competentes, Carlos Saboga, e conta-nos uma história de paixão e morte numa aldeia de Trás-os-Montes. Um filme em tons escuros, com boas interpretações de Rogério Samora, Teresa Madruga e Eunice Muñoz.



«Fora de Controlo», de Wolfgang Petersen

A Quimera do Ouro

(Segunda, 22.50, RTP 2)

É a época da «corrida ao ouro», com Charlot a fazer de prospectador e a tentar a sua sorte, por entre os maus humores de *Big Jim* e a paixão por *Georgia*. Uma memorável comédia clássica, verdadeira obra-prima de Charlie Chaplin e recheada de sequências de antologia - como a interminável cena da cabana a baloiçar à beira do precipício ou a dança dos pãezinhos espetados em dois garfos ou, ainda, a degustação, por *Charlot*, dessa autêntica iguaria que é uma sola do sapato, acompanhada do *spaghetti* em que os atacadores se transformam...

Bombshell

(Terça, 22.50, RTP 2)

Num dos seus melhores papéis de sempre, Jean Harlow é a protagonista principal de uma comédia de Victor Fleming que constitui, ao mesmo tempo, uma corrosiva sátira a Hollywood e aos bastidores dos grandes estúdios e na qual uma bela e loira atriz de cinema se intromete nas mais hilariantes e complicadas aventuras extracineamatográficas...

Cabo e Satélite

A problemática esquerda/direita na actual cinematografia para TV

É já amanhã que começa, no canal franco-alemão *Arte*, a transmissão durante todo o mês de Março de um ciclo de seis

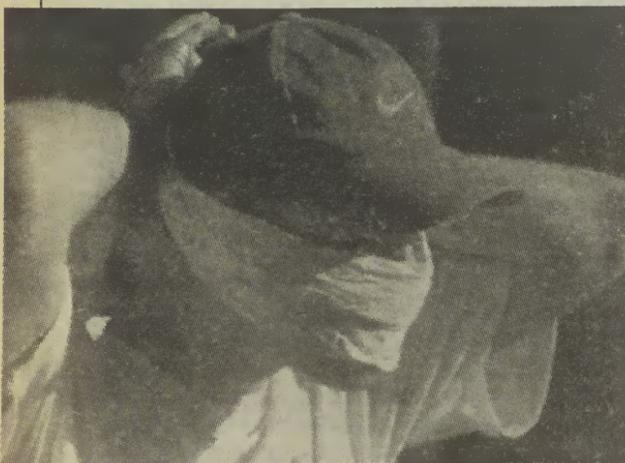
telefilmes encomendados por **Pierre Chevalier**, responsável pelo departamento de ficção daquele canal, a outros tantos cineastas e cuja temática (abordada em filmes de géneros diversos - do drama mais violento à comédia mais sarcástica) se relaciona predominantemente com os problemas sociais e económicos da sociedade francesa e a actual discussão política naquele país. Na sexta-feira 3, às 19.45, «*Le Petit Voleur*» (de **Erick Zonca**, com **Nicolas Duvauchelle**), acompanha o percurso de um jovem operário que, após ter sido despedido, parte para Marselha onde se junta a um pequeno bando de jovens delinquentes. No sábado 4, às 22.35, o docudrama «*Retiens la Nuit*», realizado por **Dominique Cabrera** (com **Ariane Ascaride**), aproveita como simbólico fio condutor a figura de uma mãe solteira para nos transportar a uma das lutas mais significativas do movimento operário europeu: a greve dos ferroviários da SNCF, de 1995.

Outros filmes deste ciclo: «*Le Détour*» (de **Pierre Salvadori**), em 10 de Março, às 19.45; «*Les Terres Froides*» (de **Sébastien Lifshitz**), no dia 15, às 23.10; «*Tonton et Tontaine*» (de **Tonie Marshall**), no dia 17, às 19.45; e «*La Voleuse de Saint-Lubin*» (de **Claire Devers**), no dia 24, às 19.45.

(Arte, sexta, das 19.45 às 20.50; sábado, das 21.40 às 22.45)



«Retiens la Nuit»



«Le Petit Voleur»

Quinta, 2

VRIP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.30 Concurso «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
14.50 Boa Tarde
16.30 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Remate
21.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.45 Parque Maior
23.00 A Lenda da Garça
23.45 Senadores
01.15 24 Horas
01.45 1.ª Página
02.20 «Duelo entre Barras», de Kiefer Sutherland, EUA/1994, com Kiefer Sutherland, Forest Whitaker, *Telefilme Dramático*.

VRIP2

07.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
16.55 Os Comboios de Champagne
18.00 Informação Religiosa
18.30 Macacos e... Macacos
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
21.30 Jornal 2
22.15 RTP / Economia
22.30 Acontece
22.50 «Academia de Comandos», de Wei Lo, Hong-Kong/1979, com Jackie Chan, Nora Miao. *Artes Marciais*.
00.35 «Matar Saudades», de Fernando Lopes, Port./1988, com Rogério Samora, Teresa Madruga. *Ver Destaque*.
02.05 Mistérios de Ruth Rendell

VSIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Os Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro

Sexta, 3

VRIP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
14.50 Boa Tarde
16.30 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Remate
21.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.40 A Raia dos Medos
22.40 A Lenda da Garça
23.30 «Férias em Las Vegas», de Stephen Kessler, EUA/1997, com Chevy Chase, Beverly D'Angelo. *Comédia*.
01.25 24 Horas
01.50 1.ª Página
02.20 NBA: Charlotte-Utah

VRIP2

07.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.05 Caminho das Estrelas
16.55 Godspeed, John Glenn
18.00 Informação Religiosa
18.30 Macacos e... Macacos (Estreia)
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.40 Basquetebol: Benfica-Telecom
21.30 Jornal 2
22.45 Acontece
23.00 Andamentos
23.30 «A Hiena Assassina», de Wei Lo, Hong-Kong/1979, com Jackie Chan, Hawg Jang Lee. *Artes Marciais*.
01.15 Crime Violento

VSIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Jornalistas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 A Força de um Desejo

Sábado, 4

VRIP1

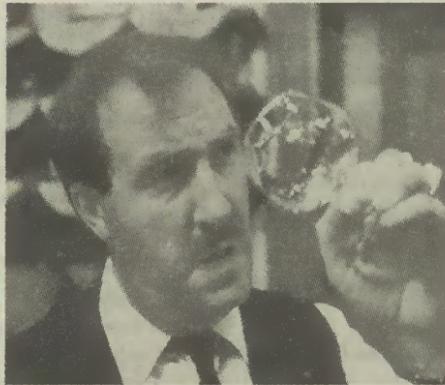
07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Academia de Polícia
16.20 «A Pequena Endiabrada», de John Hughes, EUA/1991, com James Belushi, Kelly Lynch, Alisan Porter. *Comédia*.
18.45 Aqui, Europa
19.00 Jet 7
19.50 Futebol: U.Leiria-F.C.Porto
22.00 Telejornal
23.05 Santa Casa
00.50 Con(s)ertos na Cave
23.20 Serviço de Urgência
01.20 Loja do Cidadão
02.20 Serviço de Urgência
03.20 Máquinas
04.00 24 Horas
04.20 Futebol: Resumo Sporting-Alverca

VRIP2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Saga Europeia: A Pesca do Bacalhau
12.40 A Terra
13.30 Quem Sai aos Seus
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.30 Magazine 2001
20.00 Jornal 2
20.45 A Outra Face da Lua
22.15 Dinheiro Vivo
22.45 O Lugar da História
23.45 Allô, Allô
00.15 Hippies
00.45 French and Saunders
01.15 «Papillon», de Franklin Schaffner, EUA/1973, com Steve McQueen, Dustin Hoffman, Don Gordon. *Drama*.

VSIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Querido Deus», de Garry Marshall, EUA/1996, com Greg Kinnear, Laurie Metcalf, Maria Pitillo. *Comédia*.
16.00 Big Show Sic



«Allô, Allô» e o irresistível humor britânico



«Macacos e... Macacos», série documental na RTP 2

16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Loja do Camilo
21.30 Terra Nostra
22.30 Esta Semana
23.45 «A Profissional», de Renny Harlin, EUA/1996, com Geena Davis, Samuel L. Jackson, Craig Bierko. «Thriller».
02.10 Último Jornal

TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olho Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas
21.00 Ri-te Ri-te
22.30 Reis da Música Nacional
01.35 «Poder e Ambição», de Tony Wharmby, EUA/1991, com Anthony Hopkins, Lindsay Wagner. *Drama*.

20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.10 Chuva de Estrelas
23.35 Jogo Limpo
02.00 Último Jornal

TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olho Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas
21.00 Ri-te Ri-te
22.30 Reis da Música Nacional
01.35 «Poder e Ambição», de Tony Wharmby, EUA/1991, com Anthony Hopkins, Lindsay Wagner. *Drama*.



Ana Bustorf, intérprete de «A Lenda da Garça»

20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.10 Negócio Fechado
23.40 «O Velho Oeste», de Sam Silver, EUA/1999, com Amy Lindsay, Kim Yates, Jim Stevens. *Erótico*.
01.40 Último Jornal
02.15 «O 18.º Anjo», de William Bindley, EUA/1996, com Christopher McDonald, Rachel Leigh Cook. *Drama*.

TVI

09.00 Animação
12.00 Top Rock
13.20 Desporto: Contra-Ataque
14.40 Caras Lindas (Estreia)
16.20 «A Força da Ilusão», de Richard Donner, EUA/1993, com Adam Baldwin, Lorraine Bracco. *Drama*.
18.20 «O Eterno Azarento», de Jason Alexander, EUA/1995, com Joe Mantegna, James Woods. *Comédia*.
19.50 «Virus Terminal», de William R. Greenblatt, EUA/1998, com Esai Morales, James Marshall. *Drama*.
21.50 Todo o Tempo do Mundo
23.00 «O Fim de um Sonho», de Jeff Bleckner, EUA, com Bonnie Bedelia, Ron Rifkin. *Drama*.
01.00 Directo XXI
01.40 «Predador na Sombra», de J.S.Cardone, EUA/1992, com Scott Glenn, Angela Alvarado. «Thriller».

Domingo, 5

VRTP1

07.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.15 «O Gendarme de Saint Tropez», de Jean Girault, Fr./1964, com Louis de Funès, Geneviève Grad. *Comédia.*
17.10 «Os Flintstones», de Brian Levant, EUA/1994, com John Goodman, Elizabeth Perkins, Rick Moranis. *Comédia.*
19.10 Major Alvega
20.00 Telejornal
21.05 Agora é que São Elas
22.20 Domingo Desportivo
23.50 Nada é Sagrado
01.50 Prazeres
01.45 24 Horas
02.10 «A Cidade dos Gémeos», de Kevin Allen, com Llyr Evans, Thys Ifans, William Thomas. *Comédia.*

VRTP2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.25 Desporto: Atletismo - Campeonato Nacional de Corta-Mato
13.00 O Nome da Nossa Gente
13.30 Quem Sai aos Seus
14.00 A Minha Vida com os Animais
14.30 Onda Curta: Curtas-Metragens
15.00 Desporto 2
19.00 Rotações
19.30 Jornal de África
20.00 Bombordo
21.00 Artes e Letras: «Daniel Libeskind»
21.30 Jornal 2
22.15 Horizontes da Memória
22.45 Ecos na Sombra
23.35 Travessa do Cotovelo
00.45 Teatro: «Paris Hotel»

VSIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Do Cabaret Para o Convento», de Emile Ardolino, EUA/1992, com Whoopi Goldberg, Maggie Smith. *Comédia.*
17.45 «Quatro Casamentos e um Funeral», de Mike Newell, Gr.Br./1994, com Hugh Grant, Andie MacDowell. *Ver Destaque.*
20.00 Jornal da Noite
21.00 Residencial Tejo
22.15 Herman Sic
00.15 Futebol: Benfica-Gil Vicente
02.30 Último Jornal
02.50 O Guarda-Costas

VTVI

09.00 Animação
11.00 Programas Religiosos (Inclui Missa)
13.00 Portugal Português
14.00 Caras Lindas
16.00 «Nick e Jane», de Rich Mauro, EUA/1996, com James McCaffrey, Dana Wheeler-Nicholson. *Drama.*
18.00 «A Hora dos Heróis», de Peter Hyams, EUA/1989, com Sean Connery, Mark Harmon, Meg Ryan. *Thriller.*



«Quem Sai aos Seus» e o melhor humor "made in USA"

Segunda, 6

VRTP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
14.50 Boa Tarde
16.30 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Remate
21.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.40 A Senhora Ministra
22.15 A Lenda da Garça
23.00 Jogo Falado
00.50 24 Horas

«As Lições do Tonecas», um êxito popular na RTP 1



01.15 1ª. Página
01.35 «Isto (Não) é um Rapto», de Ted Demme, EUA/1994, com Denis Leary, Judy Davis, Kevin Spacey. *Comédia.*

VRTP2

07.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
16.55 Billie Jean King
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.35 Animais & Cia
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
22.50 «A Quimera do Ouro», de Charles Chaplin, EUA/1925, com Charles Chaplin, Mack Swain. *Ver Destaque.*
00.40 Perigo Iminente

VSIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Médico de Família
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Clube dos Campeões
21.30 Terra Nostra
22.30 Roda dos Milhões

VTVI

09.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 «Querida, Encolhemos o Miúdo» - nenhuma informação actualizada por parte da TVI
22.00 «Pânico a Bordo» - nenhuma informação actualizada por parte da TVI
24.00 «As Outras Nove Semanas e Meia» - nenhuma informação actualizada por parte da TVI

Terça, 7

VRTP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
14.50 Boa Tarde
16.30 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
19.30 Liga dos Campeões: F.C.Porto-Barcelona
22.00 Telejornal
22.50 Remate
23.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
23.40 Não És Homem Não És Nada

00.20 Grande Entrevista
01.50 24 Horas
02.15 1ª. Página
02.35 Os Hughleys

VRTP2

07.30 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.05 Caminho das Estrelas
16.55 Making of Parque Jurássico
18.00 Informação Religiosa
18.30 Macacos e... Macacos
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.35 Animais & Cia
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
22.50 «Bombshell», de Victor Fleming, EUA/1933, com Jean Harlow, Lee Tracy, Frank Morgan. *Ver Destaque.*
00.30 A Queda das Monarquias Europeias

VSIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
11.30 O Povo da Floresta
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Rex, O Cão Polícia
16.00 «Os Três Fugitivos», de Francis Weber, EUA/1989, com Nick Nolte, Martin Short. *Comédia Policial.*
18.00 Vila Madalena
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Terra Nostra
23.30 Carnaval do Rio
02.30 Último Jornal
02.40 «Fora de Controlo», de Wolfgang Petersen, EUA/1995, com Dustin Hoffman, Renée Russo, Morgan Freeman. *Catástrofe.*

VTVI

09.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 «Os Goonies» - nenhuma informação actualizada por parte da TVI
22.00 «O Tigre Branco» - nenhuma informação actualizada por parte da TVI
24.00 «Ponto de Sedução» - nenhuma informação actualizada por parte da TVI

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Quarta, 8

VRTP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Ciclismo: Volta ao Algarve
15.30 Boa Tarde
16.30 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
19.40 Liga dos Campeões: Bayern de Munique-Real Madrid
21.45 Telejornal
22.35 Remate
22.50 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»

23.25 As Lições do Tonecas
24.00 Liga dos Campeões (Resumos)
01.05 Esquadra de Polícia
01.50 24 Horas
02.15 1ª. Página
02.35 Diário de Maria
03.40 Longa metragem - nenhuma informação actualizada por parte da RTP

VRTP2

07.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
16.55 Por Amor da Índia
18.00 Informação Religiosa
18.30 Macacos e... Macacos
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.00 Jornal 2
21.00 Acontece
21.15 Animais & Cia
22.15 «O Príncipe e a Corista», de Laurence Olivier, Gr.Br./1957, com Laurence Olivier, Marilyn Monroe. *Comédia.*
00.15 Sinais do Tempo

VSIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Médico de Família
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.15 Jornalistas
23.40 «Um Mundo Perfeito», de Clint Eastwood, EUA/1993, com Kevin Costner, Clint Eastwood, Laura Dern. *Policial.*
02.50 Último Jornal
02.55 Toda a Verdade: Cuidado com os Carteiristas

VTVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas
21.00 Ri-te, Ri-te
22.30 «A Dupla», de Raul Ruiz, EUA/1998, com Anne Parillaud, William Baldwin. *Drama.*
00.35 Concerto de Shania Twain em Miami

TVisto

Correia da Fonseca

As raízes

Nas escolas portuguesas há violência de diversos tipos: agressões, roubos, vandalismo, porte de armas brancas e ameaças a condizer, venda de droga, desrespeito de vários escalões a professores e pessoal administrativo, intimidação sobre os alunos mais novos e mais fracos. Disso se falou no «Esta Semana». E, a dado passo, com aparente candura, Margarida Marante perguntou por que é que tudo isso ocorria nas escolas públicas e não nas escolas privadas. Tenho como certo que por detrás da ingenuidade estava a fé que Margarida tem, como muitos outros mas nela mais visível do que é costume, nas virtudes sobrenaturais da iniciativa privada. Hoje, neste nosso país, a cega fé nos méritos miraculosos das diferentes formas de exploração privada ameaça seriamente, no invisível «ranking» das crenças, a hegemonia de Fátima.

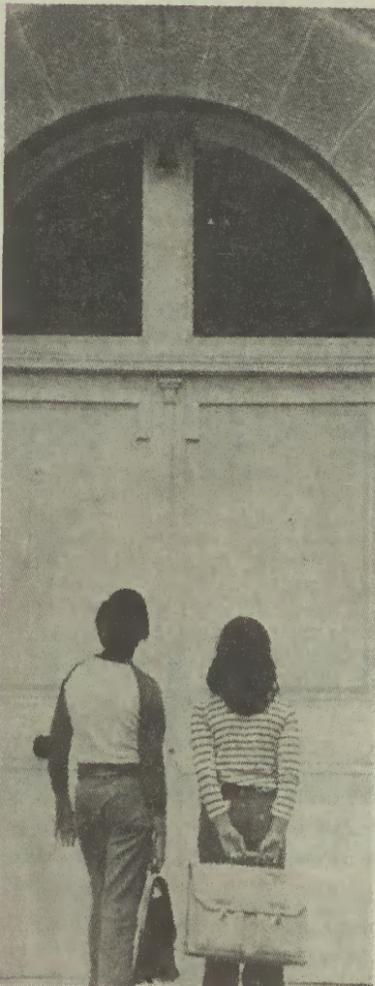
Contudo, não é preciso estar muito informado nem ter um q.i. acima da média para se perceber que na população escolar do ensino privado não entra a garotada que vive ou sobrevive nos bairros degradados, os filhos sem pais ou a quem mais valera não os ter, os miúdos em crónico mau passadio alimentar e sem casa a que com propriedade se possa chamar habitação. Que, enfim, as crianças das escolas privadas, que muito provavelmente tiveram o ainda privilégio do ensino pré-escolar, são criaturas de outro pano, de pano mais fino. E também que as escolas privadas têm em regra instalações de dimensão menor e melhor defendidas contra intrusos que saltam uma cerca vulnerável para irem roubar ou para vender droga. Que são diferentes, mas custa dinheiro ter lá os filhos. Como Margarida Marante saberá

até por experiência própria, embora, no seu caso, de peso eventualmente irrelevante para a largueza do orçamento doméstico. O secretário de Estado da Administração Educativa, Augusto Santos Silva, também presente, não aludiu às diferenças entre os segmentos sociais que fornecem alunos para um e outro sector, mas é preciso registar que teve o mérito, talvez mínimo, de identificar as raízes do mal: a inexistência de estruturas familiares adequadas, as carências habitacionais e outras, a exclusão social, aquilo enfim que se resume numa palavra caída em desuso talvez por demasiado incómodo: miséria. Mas, implícita ou explicitamente, esse conjunto sinistro de causas também pode ser designado de outro modo: trata-se de facto de situações presentes, em maior ou menor grau, em todas as variantes conhecidas do tipo de sociedade a que o nosso país também aportou e em que, no convencimento de muitos, definitivamente ancorou.

A secreção inevitável

Os outros convidados presentes também intervieram. Aconteceu até que o muito jovem Gustavo Lima, aluno da Escola Secundária Aquilino Ribeiro, foi tão surpreendentemente brilhante pela facilidade de expressão, pelo equilíbrio, eu diria até que pela inesperada maturidade, que foi de todos o mais notável e veio dar um contributo não irrelevante para a minha esperança no futuro que será o dele, não já o meu. De qualquer modo, nenhum deles tentou sequer encaminhar a conversa para aquilo a que bem pode chamar-se o nó do problema, isto é, a necessidade de arrancar ou secar as raízes da situação. Ou, dizendo-o, de um modo mais simples e sintético: mudar a sociedade.

De caminho, e já que se tratava de uma conversa na TV, também alguém podia ter lembrado a contribuição da televisão, impositora de modelos de comportamento não apenas durante o breve tempo dos «spots» publicitários, para muitas das formas de violência que irrompe nas escolas. Mas ninguém o fez, e é claro que Margarida Marante não é pessoa para lembrar a questão. Também nesse caso, porém, não se sairia da mesma explicação global. A televisão que todos os dias nos entra em casa, nas casas dos alunos que são a população discente das escolas, e mostra a agressividade como um natural método de eficácia e triunfo, lisonjeia o individualismo mais extremo e de todo ignora o civismo, semeia a avidez do máximo consumo como forma de realização pessoal, não é assim por acaso: é a secreção inevitável da sociedade que temos. E os que sentem a apetência de uma outra TV radicalmente diferente precisam de, por coerência e com coragem, encarar a necessidade de mudar o mundo.



A talhe de foice

• Anabela Fino

O próximo

A expectativa cumpriu-se. Durante um fim-de-semana inteiro, madrugadas incluídas, Viseu foi o centro do planeta laranja e não defraudou quem decidiu levar à letra o refrão da velha canção popular: «lá vou eu, lá vou eu, a caminho de Viseu...», e se nem todos encontraram o seu amor, não perderam a viagem, que o espectáculo valeu a pena. Creio mesmo, na minha modesta opinião, que a primeira conclusão a tirar desta maratona é a necessidade imperiosa de no próximo round, perdão, no próximo congresso, já sem inerências, se aumentar o preço dos ingressos, que isto de cobrar oito contos - com direito a aplaudir, ver, ouvir e calar incluídos, é bom não esquecer - é manifestamente pouco para tamanha fruição. Até porque tudo aponta para que a magna reunião que está na calha seja ainda mais animada do que as anteriores, como compete a qualquer clarificação que se preze na família ppd-psd, como muito bem diz Santana Lopes, o homem que não ganhando venceu o que tendo vencido não ganhou. Se não, vejamos: acabadas as inerências e aberto o caminho às directas, uma panóplia de questões se coloca, e não de somenos importância, a maior das quais, sempre na minha modestíssima opinião, é a de saber se apenas o líder passará a ser escolhido por sufrágio universal, ou se o mesmo princípio se deve aplicar aos restantes membros da respectiva lista. A questão é melindrosa e não custa adivinhar que perturbará as bases, dividindo-as em animados debates consoante as sensibilidades, porque se haverá quem ache positiva a primeira hipótese, considerando como mais-valia uma eleição do tipo «escolha um, leve cinco», é certo e sabido que não faltarão vozes clamando que isso é a reposição das inerências por ínvios caminhos e a consagração de um défice de legitimidade entre os diferentes dirigentes, eleito um e cooptados os restantes. Além disso, nada garante que as bases não estejam de alma e coração com um dos líderes a concurso e simultaneamente tenham muitos prós e contras em relação aos números dois ou três da mesma lista, por exemplo, ou ainda que considerem, imprevisíveis como são as bases, que o ideal para compor o ramalhete seria escolher um nome de cada lista. Imagina-se a bagunça que daqui pode resultar, para já não falar de outras pequenas minudências, como essa de saber quem é que terá direito a eleger e ser eleito, se todos os militantes sem excepção, incluindo os oportunamente inscritos em vésperas de congresso, ou se apenas os que apresentarem currículo partidário, e aqui importa saber quem define o currículo e estabelece os prazos que darão direito a voto. Num cenário destes, nem todos os Zandinga e Gabriel Alves portugueses chegarão para fazer brotar uma luz ao fundo do túnel com muitos pedidos de desculpa à mistura.

Pela parte que me toca, assistente de sofá destes eventos que o coração é fraco, só espero que o próximo congresso assinale o regresso de Alberto João Jardim às lides, garantia segura de que o espectáculo aumentará de nível. Sem desprimor para ninguém, a verdade é que sem ele falta uma estrela no firmamento laranja.

Sindicatos alertam para o perigo de despedimento na Saúde

Quinze mil em risco

Até ao final de Março, muitos trabalhadores cessarão funções no Ministério da Saúde, onde os Sindicatos temem que possam ocorrer 15 mil despedimentos durante este ano.

O alerta é dado pela Federação dos Sindicatos da Função Pública que acusa a ministra da Saúde de não dar resposta aos pedidos de audiência para discutir o futuro dos trabalhadores com vínculo precário ao serviço do Estado, o primeiro dos quais foi feito em 15 de Dezembro.

Para além da precariedade de emprego, a Federação aponta ainda outros problemas que afectam os trabalhadores, como a insalubridade, penosidade e risco e a revalorização de carreiras. A degradação das condições de trabalho do pessoal do sector «não está dissociada» da política do Governo na Saúde, cuja tónica fundamental tem sido as privatizações.

Para ontem, quarta-feira, a Federação tinha entretanto marcada uma conferência de imprensa para anunciar a adopção de formas de luta.

Por seu lado, os trabalhadores de biblioteca, arquivo e documentação (BAD) realizam amanhã, sexta-feira, um Encontro Nacional que tem como objectivo analisar a proposta de reestruturação das carreiras e decidir acções com vista

a obrigar o Governo a abrir negociações. O sector pretende que a reestruturação das carreiras de BAD tenha em conta a justa compensação pela especificidade das mesmas e a adaptação da sua estrutura às actuais necessidades funcionais.

Professores ocupam ME

Na terça-feira, dezenas de professores contratados tentaram ocupar as instalações do Ministério da Educação, em Lisboa, numa acção que visou chamar a atenção do Governo e da população para a sua situação precária. Apesar de terem sido impedidos pelos seguranças de entrar no edifício, os manifestantes não desistiram de reclamar os seus direitos. Em causa está designadamente a retroactividade a Setembro do subsídio de desemprego, prometida pelo Governo, e os prazos de garantia dos contratos de professores. Como refere um comunicado da FENPROF, o subsídio de desemprego que o Governo se prepara para publicar irá abranger um



Trabalhadores da Função Pública em luta

número muito limitado de professores porque exige um período mínimo de prestação de serviço de 18 meses, quando se sabe que muitos chegam a ser contratados por um mês.

Mas a questão mais relevante é a falta de vínculo laboral, já que os professores são os únicos trabalhadores que podem estar anos a fio

com contratos a prazo, sem qualquer limite. A Federação Nacional dos Professores, que não subscreveu o acordo com vista à atribuição do subsídio de desemprego, denuncia a total insensibilidade e incapacidade do Ministério da Educação e do Governo de resolver a questão da precariedade dos professores.

Os mineiros têm razão

Os mineiros de Aljustrel estiveram ontem em greve. Na origem da luta está a defesa do contrato colectivo do sector e a falta de resposta aos trabalhadores, por parte das administrações das Piritas Alentejanas e da Empresa de Desenvolvimento Mineiro, no que respeita aos aumentos salariais, às novas admissões e ao ritmo e condições para a extracção de minério.

Segundo declarações de um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira à Agência Lusa, os trabalhadores exigem também «saber o que é que está a ser feito para a reabertura das minas de Aljustrel, visto

que se estão a realizar prospecções e amostras no terreno», e uma resposta quanto à clarificação do papel do Estado na gestão e controlo da exploração. «Não sabemos o que está a ser preparado», criticou o dirigente sindical, desconfiando das intenções do Estado.

O Estado pode estar interessado em privatizar as Piritas Alentejanas, alerta, admitindo que a intenção da EDM alienar parte ou a totalidade do capital que detém na Somincor (Neves Corvo) poderá estar «interligada com uma mesma decisão para as minas de Aljustrel».

A Direcção da Organização Regional de Beja do

PCP, que está a acompanhar com preocupação o processo desencadeado pela anunciada venda do capital da multinacional Rio Tinto, solidariza-se com os mineiros de Aljustrel e de Neves Corvo e defende que qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Governo para Neves Corvo deve assegurar a participação maioritária do Estado, garantir o futuro da

empresa e salvaguardar os postos de trabalho.

O PCP chama, por fim, a atenção do Governo e da opinião pública para as denúncias feitas pela Comissão Europeia e pela World Wildlife Fund for Nature em relação aos problemas ambientais existentes nas bacias de retenção de resíduos de metais nas minas de Aljustrel e de Neves Corvo.

Carris voltou a parar

Os trabalhadores da Carris, voltaram a paralisar, na terça-feira, entre as 16 e as 20 horas. No Plenário Geral descentralizado que tomou a decisão e teve uma adesão de 99%, os trabalhadores aprovaram uma moção que repudiava o comportamento do Conselho de Administração pelo atraso negocial e o baixo valor apresentado - 2% na tabela e menos de 2% nas restantes matérias - e reafirma a determinação dos trabalhadores de continuar a luta até que sejam satisfeitas as suas reivindicações.

Os trabalhadores pretendem um aumento real de salários que tenha em conta

os ganhos de produtividade e a necessária aproximação aos níveis salariais médios europeus, a redução do horário de trabalho e a continuação das negociações tendo em conta as propostas sindicais.

Caso o CA mantenha a sua atitude e não se aproxime das posições sindicais, aos trabalhadores não restará outra alternativa que não seja a de intensificarem a sua luta.

Compensações do Chiado

Após 11 anos de luta, os trabalhadores do Chiado viram por fim aprovado o decreto-lei que altera os decretos regulamentares da FEARC, informa o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio (CESP).

O decreto-lei n.º 13/2000, publicado a 21 de Fevereiro, atribui «um subsídio a fundo perdido destinado à atribuição

de uma compensação de carácter social aos trabalhadores das entidades estabelecidas na Área Sinistrada do Chiado à data do incêndio de 25 de Agosto de 1988».

Para preparar o processo de atribuição do subsídio, os trabalhadores vão reunir-se no próximo dia 4 de Março, pelas 15 horas, na Voz do Operário, em Lisboa.

